

rbc REVISTA BRASILEIRA DE CONTABILIDADE

REVISTA EDITADA PELO CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE – ANO XLVIII N.º 237 – MAI/JUN 2019

Entrevista

Zulmir Breda, presidente do CFC

Artigos abordam importantes temas para a profissão



PALAVRA DO PRESIDENTE

A palavra inovação – e tudo o que ela significa – entrou na agenda da classe contábil de forma contundente. A cada dia surgem novos recursos, disponibilizados pelas constantes renovações tecnológicas, e precisamos estar atentos e abertos para aproveitar as oportunidades.

Isso se torna ainda mais imperativo quando nos damos conta de que a aproximação entre as organizações e os seus públicos de interesse pode ser mais rápida, direta e eficiente, se a comunicação entre nós utilizar plataformas gratuitas e de fácil acesso, como as redes sociais. Esses aplicativos, como o *Instagram* e o *Facebook*, entre outros, nos permitem trocar informações e manter conexões sobre nossos interesses comuns, de forma interativa.

Ciente desse potencial, o Conselho Federal de Contabilidade vem, há anos, aumentando a sua participação nas redes sociais, por meio de suas páginas oficiais. Uma novidade que utilizamos, recentemente, foi a realização de uma *live* no *Instagram*. A ideia foi comemorarmos o Dia do Profissional da Contabilidade – 25 de Abril – com um contato direto com a classe.

As perguntas da entrevista, enviadas por profissionais e respondidas ao vivo, versaram sobre temas que expressam preocupações e inquietações da classe, como a falácia – veiculada erroneamente por alguns veículos de comunicação – de que a profissão contábil vai acabar; as alterações trazidas pelo Código de Ética (Norma Brasileira de Contabilidade NBC PG 01), que entrou em vigor neste mês de junho; as anuidades pagas aos Conselhos Regionais (CRCs); e vários outros assuntos.

Diante da importância desse conteúdo, que fez parte da nossa primeira *live* no *Instagram*, compartilhamos com os leitores da RBC, para que leiam e se inspirem a participar das próximas. Afinal, a RBC, a despeito de ser uma revista centenária, vem sendo modernizada em sua forma, com a finalidade de ser conteúdo técnico acessível a um número cada vez maior de leitores.

Mas deixo aqui uma ressalva: embora a inovação e a modernização estejam em pauta na RBC, isso não significa que a alta qualidade dos artigos será prejudicada. Temos o compromisso de continuar editando uma das revistas técnicas mais relevantes para a profissão, e disso não abrimos mão.

Boa leitura!

Divulgação CFC



Zulmir Ivânio Breda
Presidente do CFC



cfcbssb

AO VIVO

74



batista.sandra21



mralcazar
CFC Inovando,
fortalecendo e valorizando
ainda mais os profissionais
da contabilidade.
Parabéns!

Comentar



ENTREVISTA

Entrevista com o presidente do CFC, Zulmir Breda

Por Comunicação CFC

As redes sociais, assim como as ferramentas da tecnologia da informação, são partes da nossa vida pessoal e profissional. Com a finalidade de aproveitar a facilidade de comunicação que as redes sociais possibilitam, o CFC realizou uma entrevista ao vivo, no Instagram, com o presidente Zulmir Breda. A ideia por trás da “live” foi colocar o presidente para comemorar o Dia do Profissional da Contabilidade – 25 de Abril – com contadores, técnicos e estudantes, respondendo a perguntas enviadas pelos usuários do perfil do CFC. Por cerca de 30 minutos, Zulmir Breda falou diretamente com a classe por meio do Instagram. Essa foi a primeira iniciativa do CFC nesse sentido e contou com a mediação da jornalista Rafaella Feliciano. A entrevista foi gravada e, diante da importância e da variedade de assuntos que o presidente do CFC respondeu, sem se esquivar de temas polêmicos, o conteúdo foi reproduzido aqui na RBC. Acompanhe a seguir:

Rafaella – “É um prazer estar com vocês aqui, celebrando o Dia do Profissional da Contabilidade. Para comemorarmos esta data, hoje lançamos um novo programa, que é o CFC Entrevista, e começamos com o presidente do CFC, Zulmir Breda. Parabéns, presidente, pelo seu Dia. Estamos hoje, aqui, na primeira entrevista, para conversarmos sobre as novidades do mundo contábil. E

se você, que está conosco hoje, quiser participar, é só mandar a sua pergunta, que vamos tentar responder”.

Breda – “Parabéns à nossa querida classe contábil, a todos os contadores e a todos os técnicos em contabilidade, pela passagem de mais um Dia comemorativo da nossa profissão. Esse Dia é comemorado há quase 100 anos no País. Foi em 1926, em um evento ocor-

rindo em São Paulo, quando o então senador João Lyra, em um discurso efusivo, defendendo a regulamentação da nossa profissão, proclamou aquela data, 25 de Abril, como sendo o dia destinado ao profissional da contabilidade. Então, ao longo desse tempo, temos uma trajetória que mostra a evolução da nossa profissão, que mostra o crescimento da classe contábil no País”.

#futurodaprofissão

Rafaella – E já começamos esse bate-papo com uma pergunta polêmica, enviada pelo nosso seguidor Meri Elpidio. Presidente, a profissão de contador vai acabar?

Breda – Não, a profissão não vai acabar. Essa afirmação, há algum tempo, está aparecendo na mídia e nas redes sociais, em razão de algumas pesquisas que tratam de questões de mercado, da evolução da tecnologia, da quarta Revolução Industrial, a chamada revolução da era digital, da Inteligência Artificial, relacionando isso com o fim de algumas profissões. Mas isso, absolutamente, não vai acontecer porque a nossa profissão tem tido, ao longo do tempo, uma capacidade muito grande de se adaptar a todas as mudanças tecnológicas que vêm acontecendo, e fazendo o melhor uso disso no dia a dia da nossa atividade profissional. O profissional da contabilidade já passou por outras fases, nas quais tivemos que incorporar novas metodologias de

trabalho, novas ferramentas tecnológicas. Por isso, não será nesta era da Inteligência Artificial que nós vamos deixar de incorporar as tecnologias nas nossas atividades. A profissão vai continuar crescendo e vai absorver todas as tecnologias. Com isso, nós teremos, inclusive, melhores condições de prestar um serviço de mais qualidade para os nossos usuários. Na minha opinião, a revolução tecnológica veio para nos favorecer e, não, para extinguir a profissão.

#mercadodetrabalho

Rafaella – O Vilmário, de Minas Gerais, pergunta: por que escolher o curso de Ciências Contábeis?

Breda – A resposta para essa pergunta é bastante simples. A procura pelo curso está atrelada, exatamente, às oportunidades que a profissão oferece no mercado de trabalho. E essas oportunidades estão em vários segmentos de atividades da profissão contábil. Ao longo dos últimos anos, pesquisas feitas por agências de recrutamen-

to de pessoal, apontam a profissão contábil como uma das mais procuradas no mercado de trabalho, ou seja, está entre aquelas em que as empresas mais abrem oportunidades de trabalho, seja em períodos de crise econômica ou de bonança financeira. Isso demonstra que o profissional da contabilidade é indispensável dentro das organizações, seja em empresas privadas, em órgãos públicos ou mesmo nas entidades do Terceiro Setor. Essa procura pelo profissional da contabilidade chega ao conhecimento daqueles que estão fazendo a escolha de um curso superior como carreira profissional. Nos últimos anos, nós temos observado, inclusive, o crescimento do número de candidatos que procuram se inscrever para o vestibular do curso de Ciências Contábeis, ao ponto que, hoje, no Brasil, o curso é o quarto com maior número de matrículas. Podemos concluir que estamos em uma posição privilegiada em comparação com outras profissões regulamentadas. Assim, respondendo à pergunta de uma



“Não, a profissão não vai acabar. Essa afirmação, há algum tempo, está aparecendo na mídia e nas redes sociais, em razão de algumas pesquisas que tratam de questões de mercado, da evolução da tecnologia, da quarta Revolução Industrial, a chamada revolução da era digital, da Inteligência Artificial, relacionando isso com o fim de algumas profissões.”

forma mais direta: porque o curso de Ciências Contábeis oferece oportunidades de trabalho em todos os segmentos da nossa profissão e é isso que as pesquisas feitas pelo mercado vêm comprovando.

#examedesuficiencia

Rafaella – E depois de concluir o curso, há o Exame de Suficiência. A Juliana Ribeiro, do Ceará, pergunta: Qual a importância do Exame?

Breda – É um requisito para o registro profissional. E nós exigimos que o Exame de Suficiência seja aplicado para a concessão do registro, com o objetivo de ajudar a melhorar a qualificação do profissional que vai ingressar no mercado de trabalho. Como o CFC não dispõe de mecanismos que possam interferir na qualidade dos cursos de Ciências Contábeis que existem no país – e atualmente são mais de 1.300 cursos –, a instituição do Exame se fez necessária para que houvesse esse controle qualitativo do ingresso de novos profissionais no mercado de trabalho, considerando a premissa de que cabe ao CFC zelar para que o melhor serviço seja prestado aos usuários e à sociedade. Desta forma, o Exame de Suficiência é a ferramenta que nós dispomos para

que, no ingresso da profissão, possamos avaliar se aquele profissional que pretende trabalhar na atividade contábil tem um conhecimento mínimo necessário sobre as matérias da atividade que vai exercer.

#empreendedorismo

Rafaella – O Luan Souza quer saber se o cenário ainda é promissor para o estudante que pretende montar um escritório quando sair da faculdade.

Breda – Sem dúvida, esse é um dos segmentos a que o profissional que ingressa no mercado pode optar. Ou seja, montar a sua própria empresa, a sua organização contábil. O próprio CFC tem incentivado o empreendedorismo na área contábil. Montar a sua empresa, o seu negócio e explorar a atividade. Evidentemente que, como em qualquer atividade profissional, o início sempre é um pouco difícil. A busca de espaço, a conquista de clientes, a formação de um nome no mercado, são atributos adquiridos ao longo do tempo. Não se consegue isso do dia para a noite. Mas alguns ingredientes ajudam nesse processo, que são a boa formação acadêmica, a busca pela educação continuada, ou seja, o ensino permanente, constante, e também o compro-

misso com o Código de Ética Profissional do Contador. Muitas vezes, nós percebemos profissionais ingressando no mercado de trabalho que, no afã da conquista de espaço nesse mercado, buscam, de alguma forma, algo que não está de acordo com o Código de Ética. Isso não é bom para a classe. O espaço existe para o profissional competente, sério, dedicado, cumpridor de normas e ético. Assim, ele avançará no mercado de trabalho como empreendedor, como empresário, muito mais rapidamente e alcançará o sucesso.

#tecnologia

Rafaella – E com todos esses avanços tecnológicos, nós temos também muitos questionamentos sobre as atividades que estão sendo robotizadas. Como fica o mercado para os profissionais? Como é que eu posso fazer para continuar no mercado de trabalho?

Breda – A nova Era da Inteligência Artificial está introduzindo uma série de ferramentas de alta tecnologia no mercado. Isso efetivamente impacta a nossa profissão, como também está impactando todas as demais profissões – em umas mais, em outras menos. A nossa profissão é muito impactada por

esse desenvolvimento tecnológico. O profissional da contabilidade precisa buscar os conhecimentos necessários para operar as novas tecnologias. Isso aconteceu em todas as outras etapas precedentes, quando nós tivemos o ingresso de novas ferramentas tecnológicas na nossa profissão. Podemos remontar há 30 anos, quando começaram a surgir os primeiros computadores dentro das organizações contábeis e das empresas de auditoria. Eu não vejo isso como uma ameaça à nossa profissão. Ao contrário, vejo como uma oportunidade de crescimento profissional. Porém, isso vai exigir algum investimento pessoal de cada profissional na busca desse conhecimento, até mesmo da aquisição de equipamentos e de *softwares*, que permitam a ele fazer desse desafio – que representa a nova tecnologia –, uma oportunidade de melhoria dos seus negócios, inclusive, com aumento de lucratividade. Todo au-

mento de lucratividade, progresso e desenvolvimento vem sempre acompanhado de algum investimento precedente. Para isso, há meios no mercado, e, do ponto de vista da educação continuada, os Conselhos de Contabilidade oferecem os treinamentos necessários na área de atuação de cada segmento da nossa profissão.

#valorização

Rafaella – O Luciano Santos, de São Paulo, também mandou para gente um questionamento sobre o que o CFC tem feito na busca pela valorização do profissional contábil perante a sociedade.

Breda – A valorização é um desafio que acompanha a profissão contábil desde a sua criação. Desde que ela foi regulamentada, trabalha-se pela valorização profissional. Muitas ações são feitas nesse sentido, como o Programa de Educação Continuada. Também melhoramos a regulamentação da profissão há pouco tempo e aperfeiçoamos os sistemas de fiscalização da atividade. Uma importante questão para o desenvolvimento e a valorização profissional é que isso deve partir muito de cada um de nós, ou seja, da atitude que cada um toma, no seu dia a dia, na sua atividade profissional, em relação à atividade que exerce. Quando falo isso, refiro-me às questões de conhecimento técnico, porque a respeitabilidade do cliente em relação ao profissional vem acompanhada da sua demonstração de conhecimento técnico naquela matéria que ele se propôs a executar, no seu comportamento, na sua postura, nas suas relações com os clientes e, também, na sua capacidade de negociar ou de estabelecer bons contratos de prestação de serviço. E, por último, se comple-

ta com a sua atitude ética em relação aos colegas e à classe. Esse conjunto de fatores, que são personalíssimos de cada um profissional, isso é o que constrói a efetiva valorização da profissão. As entidades da classe existem para ajudar, para oferecer as diretrizes, para colaborar com esse desenvolvimento, mas não há desenvolvimento de uma classe ou de uma profissão que não parta da atitude pessoal de cada profissional.

#combateàcorrupção

Rafaella – Falando sobre esse papel do profissional perante a sociedade, nós recebemos vários questionamentos também sobre como a Contabilidade pode servir de instrumento para o combate à corrupção, às fraudes e aos crimes de lavagem de dinheiro.

Breda – Essa é mais uma questão que envolve a ética. A melhor forma que temos para combater a corrupção, a lavagem de dinheiro ou a possível utilização de recursos privados para fins ilícitos diz respeito à nossa atuação de forma ética. Todo profissional da contabilidade, quando atende ao seu cliente, ou ao seu empregador, em cada operação que registra, em cada informação gerada para o público interno ou externo, deve ter, acima de tudo, o compromisso com a verdade e a absoluta realidade dos fatos. Este é o principal fator com o qual ele pode ajudar no combate à corrupção, à sonegação e à lavagem do dinheiro. Digo isso porque todas as operações ilícitas que aconteceram em anos recentes, no Brasil, como as que foram ou estão sendo apuradas pela Operação Lava Jato, entre tantas outras promovidas pelos órgãos de polícia, todas elas tiveram, em certo momento, a passagem por alguma operação formal travestida de licitude, mas que, na sua essência, eram operações ilícitas. Desta for-



ma, a Contabilidade como instrumento de combate à corrupção é aquela da verdade dos fatos, que registra a essência das operações, que não se submete e não aceita operações que possam, à luz da nossa legislação, serem consideradas ilícitas. E nós defendemos isso. Temos, inclusive, o compromisso com o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) de, anualmente, informar o órgão em relação aos nossos clientes, sobre as operações consideradas suspeitas de lavagem de dinheiro. Essa é uma grande contribuição que a Contabilidade e o profissional da área prestam para o combate contra a corrupção, à lavagem de dinheiro e aos crimes que são praticados com o uso de recursos privados ou públicos.

#ética profissional

Rafaella – E o nosso Código de Ética, atualizado, quais são as principais alterações, presidente?

Breda – Fizemos alterações no Código de Ética após uma ampla discussão e debate dentro da nossa classe. Constituímos uma comissão especial para tratar dessas alterações, porque sentimos a necessidade de que ele fosse adaptado, justamente, quanto às questões mercadológicas que estamos vivenciando atualmente – que são fruto das mudanças da nova era digital, da Inteligência Artificial e de todas essas ferramentas que alteraram bastante as relações dentro do mercado de trabalho. O nosso Código estava um pouco defasado em relação a essas questões; e as alterações principais realizadas foram no sentido de tratar melhor os aspectos de publicação e divulgação dos serviços para que, de certa forma, haja um respeito maior ao consumidor quando nós publicamos e fazemos a publicidade dos serviços que nós prestamos. São,

essencialmente, em questões mercadológicas e de formação de preço e, também, na relação do cliente com o profissional, ou seja, no contrato de prestação de serviços. Alguns aspectos foram mudados no Código de Ética para a sua melhoria, a fim de darmos uma melhor diretriz para o profissional da contabilidade em relação a esse momento que estamos vivendo, em relação à oferta de serviços ao público em geral, especialmente no mercado privado.

Rafaella – Temos mais uma pergunta sobre o Código de Ética. Ele fere as leis concorrenciais?

Breda – De forma alguma. Essa é uma ação que circulou, há pouco tempo, a respeito de uma possível infringência do novo Código de Ética às leis concorrenciais. Mas essa infringência não aconteceu, pois tivemos uma preocupação muito grande em examinar toda a legislação brasileira, especialmente a concorrencial, para que o Código não interferisse e não ferisse nenhuma dessas legislações. Pelo contrário, buscamos nos alinhar a alguns dispositivos legais, como, por exemplo, o Código de Defesa do Consumidor, porque o nosso Código de Ética não protege somente o profissional da contabilidade. O Código também protege o usuário do serviço contábil em relação ao serviço que o profissional está oferecendo. Temos que cuidar das duas partes que têm interesses, por isso fomos buscar também a orientação legal da legislação brasileira que trata de aspectos de defesa do consumidor, da lei de concorrência e de toda a legislação que pudesse afetar esses dispositivos que nós inserimos no Código. Eu posso afirmar, com convicção, que não há nenhuma infração à legislação brasileira nos dispositivos inseridos no Código de Ética Profissional do Contador.

Rafaella – Ainda sobre ética, a Clara Núbia, de Salvador, pergunta se, no Brasil, é possível agir eticamente em todos os âmbitos da profissão.

Breda – A atitude ética de qualquer profissional, em qualquer profissão, é uma decisão pessoal. A pessoa pode ser ética em alguns atos ou em todos os atos, é uma escolha que cada um de nós faz. O Código de Ética dá os parâmetros para as diretrizes que o profissional deve seguir. Mas a escolha é do profissional, se ele vai seguir isso em todos os momentos da sua vida ou em apenas alguns. O que desejamos é que o Código seja observado em todos os momentos. Muitas vezes, o profissional é colocado à frente de decisões nas quais precisa escolher entre o certo e o errado. O Código vem para dizer “olha, isso é certo e isso é errado”. Evidentemente, se ele optar, em determinado momento, em não seguir o Código de Ética, ele vai ficar sujeito às penalidades e às sanções que o Código traz. Mas todos nós, na nossa vida cotidiana, enfrentamos situações onde precisamos decidir entre o certo ou errado –, não só na nossa vida profissional, mas também na nossa vida pessoal. Nossa recomendação é: tome sempre a decisão certa e siga o nosso Código de Ética.

#desburocratização

Rafaella – O Alexandre Saramelli, de São Paulo, mandou para a gente a seguinte pergunta: Qual é a orientação do CFC aos contadores do país sobre o imprescindível processo de desburocratização?

Breda – No Brasil, fala-se sobre o assunto da desburocratização, talvez, desde que o País se transformou em uma República. Nós viemos de um sistema cartorial, no qual, realmente, temos um número excessivo de normas, regulamentos,

leis, decretos e instruções normativas, próprios de um país de cultura latino-americana. E na cultura latina, de uma maneira geral, predomina o império do direito positivo. Então, de fato, há no Brasil um excesso de normas. Trazendo a questão para a nossa realidade, o Conselho Federal de Contabilidade participa de diversos grupos de trabalho com o Governo federal, no sentido de promover a desburocratização, mas no sentido de simplificação de procedimentos para melhorar o que é chamado de ambiente de negócios, ou seja, melhorar as condições de trabalho para as empresas e para os profissionais da contabilidade. Como uma coisa está relacionada à outra, esse é um trabalho constante e permanente que fazemos, cotidianamente. Tratamos sobre a simplificação do eSocial, que é um instrumento novo da Receita Federal e do Governo como um todo, para tratar das informações relativas aos empregados das empresas. O eSocial está em fase de implantação, e nós já estamos discutindo maneiras para buscar uma simplificação desse processo. A desburocratização, nesse sentido de melhoria do ambiente de negócios, é uma diretriz do CFC e está nas nossas plataformas de gestão. Estamos trabalhando com essa diretriz em todas as

frentes, mas, especialmente, às relacionadas ao Governo federal. Nos Conselhos Regionais de Contabilidade (CRCs), esse trabalho também é realizado no âmbito dos governos estaduais e dos municípios. É claro que não é possível que isso seja feito de uma hora para outra. Esse é um processo que precisa de alteração de legislação; de mudanças, inclusive, de sistemas; requer investimentos de recursos; e, muitas vezes, não se consegue fazer isso tudo na velocidade que se deseja. Acredito que temos avançado bastante nesse sentido. Vários sistemas que estão em utilização, como o próprio Sistema Público de Escrituração Digital (Sped), a nota fiscal eletrônica e tantos outros instrumentos que foram criados nos últimos anos, estão contribuindo para que haja agilidade dentro desse ambiente de negócios e, também, para que se possa, desde o nascimento de uma empresa até o seu encerramento, ter mais agilidade em todas as estruturas legais pelas quais passa a vida e a atividade de uma empresa no Brasil.

#Ipsas

Rafaella – O Lucas Schuede, de Curitiba, quer saber quais os desafios do profissional contábil da área

pública, em decorrência da adoção das *International Public Sector Accounting Standards (Ipsas)*?

Breda – No Brasil, neste momento, estamos passando pelo processo de adoção de um padrão internacional de contabilidade pública, que são as Ipsas. Esse processo vai até 2021 e a implementação deve ser concluída até 2024. O grande desafio, nesse processo de convergência às Ipsas – assim como nós enfrentamos, no setor privado, quando adotamos o padrão IFRS para as empresas do Brasil –, é a capacitação e a preparação dos profissionais para essas mudanças, porque, realmente, o padrão internacional que adotamos no Brasil, em termos de IFRS para as empresas e, agora, as Ipsas para a contabilidade pública, promove uma mudança bastante substancial nos conceitos das normas. E isso precisa ser assimilado pelo profissional. Nosso grande desafio tem sido a capacitação. O que nós temos feito para isso? O passo mais importante foi fazer uma parceria com a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e com o Governo federal para que eles nos auxiliassem nesse processo de convergência das Ipsas para as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, e também nos ajudassem a promo-

“A atitude ética de qualquer profissional, em qualquer profissão, é uma decisão pessoal. A pessoa pode ser ética em alguns atos ou em todos os atos, é uma escolha que cada um de nós faz. O Código de Ética dá os parâmetros para as diretrizes que o profissional deve seguir.”

ver a capacitação dos profissionais das prefeituras, das autarquias, das fundações dos estados, enfim, de toda a área pública brasileira, nas suas três esferas do Governo. E isso está sendo feito por meio de um programa de treinamento que estamos levando para todos os estados brasileiros, que começou em 2015. São as Semanas Contábil e Fiscal para Estados e Municípios (Secofem) e os Encontros de Gestores Públicos, que são realizados em todos os estados.

Estamos trabalhando também junto aos Tribunais de Contas dos Estados para que eles, por meio da sua estrutura em cada Unidade da Federação, possam desenvolver esses treinamentos com a comunidade contábil dos municípios. As normas que são editadas são passadas, em uma linguagem muito acessível para a compreensão, por meio de manuais de contabilidade que são produzidos pela Secretaria do Tesouro Nacional. Praticamente, a cada ano, é lançada uma nova edição desse Manual, no qual, de uma forma muito didática, são explicadas as novas normas, para que o profissional tenha maior facilidade de compreensão e aplicação no dia a dia da sua atividade, em cada município e em cada ente público onde eles estiverem atuando.

#anuidade

Rafaella – Presidente, nas últimas semanas têm surgido alguns debates sobre a questão das anuidades dos Conselhos e a razão da existência dessas instituições. O que o senhor tem a dizer sobre isso?

Breda – Essa discussão talvez seja muito relacionada à mudança

que houve na legislação dos sindicatos no Brasil, que tornou as contribuições sindicais, digamos assim, facultativas, na medida em que depende de anuência do empregado – de ele decidir se quer contribuir ou não. Essa discussão também acabou sendo levada para o âmbito dos conselhos. É preciso ter muito claro, em primeiro lugar, qual é a diferença entre sindicatos e conselhos, pois eles têm funções completamente distintas. Os sindicatos têm o papel e a função de defesa da categoria que representa, de buscar defender melhorias nas condições de trabalho, de melhorias das condições salariais da categoria representada. Esse é o papel básico, essencial e primordial dos sindicatos. Os conselhos têm outro papel, que é o de proteção e defesa da sociedade, ou seja, dos usuários dos serviços daquela categoria profissional que eles representam. Nós temos mais de 20 ou 30 conselhos de profissões regulamentadas no Brasil. Então, essa é a grande diferença. Os conselhos fiscalizam a profissão, normatizam, regulamentam para buscar a melhoria da qualidade do serviço em defesa do usuário desse serviço. Por isso, estamos cuidando da proteção da sociedade. A forma que se buscou organizar essa fiscalização, no Brasil, é por meio dos conselhos, que são compostos pelos próprios profissionais de cada categoria. Dessa forma, a atividade principal dos conselhos é a fiscalização do exercício profissional, para cuidar que haja uma fiscalização com rigor técnico, um absoluto zelo pela ética profissional e seguindo as normas e as leis existentes no País. Os conselhos

cuidam para que haja a correção do trabalho prestado pelo profissional, para que o usuário não saia prejudicado.

O nosso maior interesse é a defesa de uma boa prestação de serviço, então, trabalhamos em prol da sociedade. É claro que os conselhos também se preocupam, e devem se preocupar, com a melhor formação e o desenvolvimento do profissional. Fazemos isso por meio dos diversos programas que existem dentro das entidades, pois quanto mais bem preparado estiver o profissional, quanto mais atualizado e adaptado às novidades tecnológicas, melhor serviço ele vai prestar aos seus usuários. E se nós nos colocarmos como usuários de qualquer serviço, o que nós desejamos? Desejamos ser bem atendidos, encontrar um profissional qualificado e preparado e que cumpra as suas orientações éticas. Assim, se desejamos isso como usuários, vamos defender a existência dos conselhos, porque é disso que eles cuidam: que tenhamos, no mercado de trabalho, profissionais com o melhor gabarito possível, com toda a integridade para prestar o melhor serviço à sociedade.

Sobre essa proposta que traz a possibilidade de anuidade facultativa aos conselhos, nós somos contra, porque representaria o fim dos Conselhos e, consequentemente, o fim da fiscalização sobre essas atividades profissionais. Passaríamos a ter uma situação de um mercado sem controle, sem regulação e, principalmente, sem fiscalização sobre todas as profissões regulamentadas que existem hoje no Brasil.



Avaliação da segurança da informação em sistemas contábeis

O objetivo deste trabalho é avaliar a segurança da informação em sistemas contábeis utilizados nos escritórios de contabilidade sob a ótica do contador.

Para tanto, a pesquisa foi realizada por meio do método *survey*, utilizando questionário como instrumento da pesquisa, com 10 (dez) questões e 3 (três) alternativas: sem adequação, parcialmente adequado e adequado. A aplicação do *survey* se deu pela sua aplicabilidade em estudos descritivos, e sua utilização ocorre quando se tem por finalidade responder sobre incidência, distribuição e relação entre determinadas características da população. O objetivo geral consiste em avaliar a segurança da informação em sistemas contábeis sob a ótica do contador em escritório de contabilidade. Os resultados foram que a maioria das respostas ao questionário foi dada como parcialmente adequadas.

Endrik Lima Gomes

Professor do Curso de Ciências Contábeis – Universidade Federal do Tocantins (UFT), mestre e Ciências Contábeis - Unisinos.
E-mail: Eendrik@hotmail.com

Karrario Ferreira da Silva

Professor do Curso de Ciências Contábeis – Instituto de Ensino e Pesquisa Objetivo (Iepo), Mestre em Ciências Contábeis (Unisinos), especialista em Gestão Pública (Farmatec), Bacharel em Ciências Contábeis (UFT).
E-mail: karrario@hotmail.com

Sibele Leticia R de O. Biazoto

Professora de Direito Penal – Faculdade Serra do Carmo (Fasec). Mestre em Linguística pela Universidade de Brasília (UnB), é Advogada.
E-mail: slbiazotto@gmail.com

2088 - Recebido em 15/7/2018. Distribuído em 16/7 e 25/9/2018. Pedido de revisão em 1/11/2018 e 26/11/2018. Resubmetido pelo autor em 21/11/2018 e 21/3/2019. Aprovado em 28/3/2019, na quinta rodada, por três membros do Conselho Editorial. Publicado na edição maio-junho de 2019. Organização responsável pelo periódico: Conselho Federal de Contabilidade.

1. Introdução

Com a rápida disseminação da tecnologia da informação, cresceram na mesma proporção os crimes relacionados a essa tecnologia. Por isso, surgiu a necessidade de manter as informações das empresas, contidas no programa contábil, livres de riscos e perigos que possam expor os clientes.

Os empresários do ramo de Contabilidade utilizam o sistema de informação contábil para realizar diversas atividades dentro de um escritório, gerando, com isso, diversos relatórios informativos sobre as empresas para as quais o contador presta serviço. Essas informações acabam ficando vulneráveis e à disposição dos colaboradores contábeis.

Assim, todo o sistema em rede, seja por meio da internet ou intranet, depende do manuseio de funcionários, seja para alimentar o sistema ou para gerar relatórios. No entanto, nenhuma solução ou mecanismo tecnológico é suficiente para garantir a eficiência e eficácia do sistema de segurança de informação contábil. Destaca-se que a eficácia só pode ser atingida por meio da aplicação de uma estratégia corporativa de segurança que envolve procedimentos e sigilo das informações contidas nos programas (KAYWWORTH; WHITTEN 2010).

A contabilidade produz, basicamente, todas as informações fiscais, contábeis e de recursos humanos de uma empresa com acessos aos programas por meio de senhas pessoais, em que cada servidor tem a sua. Dessa forma, as informações ficam vulneráveis e expostas a riscos de serem usadas para outras finalidades diversas da contábil.

Segundo Moscové, Simkin e Bagranoff (2002), o principal distribuidor e que produz informações pertinentes às empresas é a Contabilidade. Mas é im-

portante frisar que os sistemas de informações contábeis são expostos às vulnerabilidades e ameaças, o que se apresenta como limitação à integridade das informações contábeis contidas no programa.

Os principais riscos associados ao sistema de informação contábil estão associados a uma possível violação da política de segurança da informação, como a falta do *backup* e do cuidado do uso vulnerável de senhas, afetando diretamente a segurança do sistema de informação contábil, podendo custar caríssimo tanto em termos financeiros quanto na reputação e credibilidade da organização contábil.

Com a finalidade de orientar o empresário contábil sobre a importância de uma informação contábil confiável e com mais segurança, essa pesquisa mostra a relevância do assunto para a classe contábil a fim de trazer informações oportunas sobre o tema, uma vez que a segurança das informações produz uma percepção de disponibilidade, consistência, confidencialidade, autenticidade, integridade, conformidade e fidedignidade aos usuários, minimizando os riscos ao negócio e garantindo a continuidade da organização contábil.

Diante disso, delimita-se o problema desta pesquisa: **Como avaliar a segurança da informação em sistema contábil sobre a ótica do contador em escritório de contabilidade?** O objetivo geral consiste em avaliar a segurança da infor-

mação em sistemas contábeis sobre a ótica do contador em escritório de contabilidade, fragmentando-se nos objetivos específicos de avaliar o grau de importância da segurança da informação do sistema contábil, evidenciar as oportunidades de melhoria na segurança da informação do sistema contábil, desenvolver instrumentos de segurança da informação e, por fim, verificar a consequência da falta da segurança da informação no sistema contábil.

2. Segurança da Informação

Segurança da Informação é uma forma de gestão de negócios e também um meio de proteger as informações, pois, segundo Beal (2005) e Sêmula (2003), a gestão causa impacto nos negócios, que são minimizados por meio de medidas de segurança. As informações são protegidas de ameaças à confiabilidade, à disponibilidade e a sua integridade e também de acessos não autorizados aos sistemas das empresas. De acordo com Jessen e Hoepers (2010, p. 28), "a segurança da informação de uma empresa garante, em muitos casos, a continuidade de negócios, incrementa a estabilidade e permite que as pessoas e os bens estejam seguros de ameaças e perigos".

Com o objetivo de se ter uma boa gestão na segurança da informação, devem-se evitar vazamentos, fraudes, espionagem comercial, sabotagem e diversos outros problemas que possam prejudicar as pessoas e as empresas que têm informações contidas no programa contábil.

Para Marciano (2009), a vulnerabilidade representa uma potencial falha com um elemento relacionado à informação, sendo possível ser explorada por alguma ameaça, que pode ser um servidor ou sistema computacional, uma



instalação física e até mesmo um usuário ou gestor de informação considerados sensíveis.

Na Figura 1, a seguir, Madnick e outros (2006) demonstram o ciclo de construtores da informação.

Wilkinson e outros (2000) asseveram que o sistema de informação contábil é uma estrutura unificada dentro de uma entidade que emprega recursos físicos e outros componentes para transformar dados econômicos em informação contábil, com o propósito de satisfazer a vários usuários.

Para Boockholdt (1999) e Riccio (2001), o sistema de informação contábil consiste em um conjunto de atividades que registra, processa, realiza operações de coleta de dados e reporta as transações passadas de acordo com os padrões contábeis aceitos. É o que será exposto a seguir.

2.1 Pronunciamento Conceitual Básico (CPC)

Em dezembro de 2011, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis aprovou o Pronunciamento Conceitual Básico com uma nova estrutura, em que as características de melhoria são: comparabilidade, verificabilidade, tempestividade e compreensibilidade. Essas características favorecem o benefício

gerado pela informação que é relevante e fidedigna, ajudando a identificar qual de duas alternativas declaradas semelhantes – na medida de relevância e fidedignidade de representação – deve ser utilizada para representar um fenômeno. Assim, necessitam ser maximizadas no maior alcance possível, e mesmo que sejam individualmente ou em grupo, elas têm a capacidade de tornar a informação útil, se esta for irrelevante ou não for representação fidedigna (CPC, 2011).

Segundo o CPC (2011), a representação perfeitamente fidedigna, para ser retratada, precisa de três atributos, que, juntos, caracteri-

zam a confiabilidade da informação contábil: completude, neutralidade e exatidão.

A completude estaria ligada ao retrato da realidade econômica, em que há toda a informação necessária para que o usuário compreenda o fenômeno retratado. A neutralidade da informação se relaciona à capacidade de retratar a realidade econômica desprovida de algum viés na seleção ou na apresentação da informação contábil-financeira; e a exatidão se traduz na representação fidedigna, que deveria ser isenta de erro em todos os aspectos relevantes ou omissões no fenômeno retratado.

Figura 1 – Construtores de Segurança de Informação



Fonte: Madnick e outros (2006, p. 32).

“Com o objetivo de se ter uma boa gestão na segurança da informação, devem-se evitar vazamentos, fraudes, espionagem comercial, sabotagem e diversos outros problemas que possam prejudicar as pessoas e as empresas que têm informações contidas no programa contábil.”

Têm-se como características qualitativas fundamentais a relevância e a representação fidedigna.

A informação financeira relevante é aquela que influencia a tomada de decisões pelos usuários, mesmo que não desejem aproveitá-las. As informações financeiras são capazes de ser o diferencial nas decisões tomadas pelos usuários havendo preditivo ou de confirmação. O valor preditivo pode ser utilizado pelos usuários para prever os resultados futuros, revendo as avaliações anteriores (FASB, 2013, tradução dos autores).

Quanto à representação fidedigna, os relatórios financeiros são fenômenos econômicos em palavra e números; as informações financeiras devem representar fielmente os fenômenos relevantes, para serem úteis. Sendo fidedigna a representação, deve ter três características: completa, neutra e exata (FASB, 2013, tradução dos autores).

Segundo Niyama e Silva (2011), os empresários precisam analisar o desempenho das empresas, por meio de relatórios de anos anteriores, utilizando a comparabilidade.

Para a Fasb (2013), a comparabilidade é uma característica qualitativa, permitindo com isso aos empresários identificar e compreender as semelhanças e diferenças entre eles.

No Quadro 1 a seguir, estão apresentadas as qualidades das informações à luz do CPC 2011 e da segurança da informação.

2.2 Riscos

Os sistemas de informações contábeis contêm dados confidenciais e privados que podem ficar comprometidos se deixados desprotegidos. O uso não autorizado de um sistema contábil pode ser desastroso, com risco de perda de informações, entrada incorreta de dados e uso indevido de informações confidenciais. A segurança dos sistemas contábeis é uma prioridade em muitas empre-

sas. É interessante notar que a segurança das informações contábeis é uma responsabilidade da alta gerência, não apenas um problema da contabilidade ou TI.

A seção 404 da Lei Sarbanes-Oxley (SOX) tornou obrigatório que a administração mantenha controles internos sobre relatórios financeiros, e isso inclui sistemas contábeis, que geram números para os relatórios.

Os riscos com os sistemas contábeis são reais, desde transações falsas até o roubo de *backup* de dados com todas as informações financeiras. São exemplos de riscos:

- roubo de números de previdência social de funcionários e contratados;
- pagamentos para fornecedores falsos;
- exclusão / perda de dados
- danos ao *backups*;
- roubo de servidores ou computadores.

Segundo Horan (2017), nenhuma organização está a salvo de ameaças à segurança de computadores. O avanço tecnológico criou uma avenida para os criminosos virtuais explorarem as vulnerabilidades dos sistemas de informação das organizações. As principais ameaças são *hackers*, *virus*, *spyware*, *adware*, *phishing*, *worms*, *spam*, *rootkits* e ataques de negação de serviço.

De acordo com a *Australian Computer Society* (2016), ameaças à segurança de computadores existem em várias formas, abrangendo ataques de negação de serviço em sites, extorsão, manipulação de dados, chantagem, roubo e destruição. As ferramentas geralmente usadas incluem *malware*, *ransomware*, engenharia social e *spyware*. O *malware* ainda é uma ameaça comum, mas a última década é marcada com o surgimento de ameaças do tipo sem ataques, como infiltrações criptografadas e furtos de credenciais que são mais desafiadores para identificar (MCA-FEE LABS, 2015).

As descobertas da Verizon (2017) reconheceram algumas das ameaças que representam risco para a segurança da informação em sistemas contábeis. O estudo identificou erros de entrega, publicação de erros, erros de disposição, configuração incorreta, omissão, erro de programação, mau funcionamento e erro de entrada de dados como ameaças.

Segundo Tanya et al. (2018), o roubo de informações corporativas, acesso de pessoas não autorizadas, o uso indevido de privilégios de acesso à internet e vírus são ameaças comuns à segurança da informação em sistemas contábeis. Wahab (2003) também atesta que o vírus de

Quadro 1 – Qualidades da informação CPC e SI

| | Comitê de pronunciamento Contábil (CPC, 2011) | | Segurança da informação | Laureano e Morais (2005) |
|--|--|---|-------------------------|--------------------------|
| Características Qualidades da Informação | Características Qualitativas Fundamentais | Características Qualitativas de Melhoria | Vulnerabilidade | Integridade |
| | Relevância | Tempestividade | Acessibilidade | Disponibilidade |
| | Representação Fidedigna Completude, neutralidade e exatidão | Compreensibilidade Comparabilidade Verificabilidade | Confiabilidade | Confiabilidade |

Fonte: elaborado pelos autores com base no CPC (2011), ABNT (2005) e Laureano e Morais (2005).

computador é uma das maiores ameaças ao sistema informatizado.

Muitos estudos utilizaram várias abordagens empíricas para investigar ameaças na maior parte do mundo, por exemplo, na China (HOOD & YANG, 1998); Jordânia (ZWEILF, 2009; HANNINI, 2012); Egito (ABU-MUSA, 2005); Nigéria (MUHRTALA & OGUNDEJI, 2013); Quênia (POLO & DIMA, 2013). As descobertas de Hong e Yang (1998) revelaram ameaças de segurança humana, particularmente, o ataque malicioso de pessoas de fora, como as ameaças de segurança mais significativas que os sistemas contábeis informatizados.

Waren (2002) identificou fraquezas nos procedimentos tecnológicos de segurança como um desafio significativo dos sistemas de informação em empresas britânicas e australianas, mas a entrada errada de dados financeiros no sistema como o problema entre as empresas americanas.

As descobertas de Zweilf (2009) corroboram Abu-Musa (2005) de que a entrada intencional de dados incorretos, destruição não intencional de dados pelos funcionários, compartilhamento de senhas pelos funcionários, introdução de vírus no sistema de computador, a visibilidade não autorizada de documentos está entre as ameaças à segurança dos sistemas contábeis informatizados.

Outros estudos sugerem que a entrada acidental de dados incorretos pelos funcionários, a destruição de dados por funcionários, funcionários compartilhando credenciais de *logon*, introdução de vírus no sistema, acesso não autorizado à informação e visibilidade de documentos não autorizados por meio de exibição na tela são as principais ameaças à segurança dos sistemas informatizados de contabilidade (MUHRTALA & OGUNDEJI, 2013).



As atividades criminosas realizadas através de computadores e da internet continuam a ameaçar organizações e são as instituições financeiras que geralmente se tornam vítimas dessas ameaças crescentes. Resultados do *Global Economic Crime Survey*, da PWC (2016), mostram que 54% das organizações no mundo foram ameaçadas via atividades fraudulentas e outras atividades criminosas econômicas. Esta taxa de criminalidade caiu para 49% em 2018, quando um estudo semelhante foi realizado pela PWC.

É óbvio que algumas organizações são mais vulneráveis a esses ataques cibernéticos do que outras. Estudos mostram que organizações-alvo para cibercrimes são os bancos. PWC (2014) classifica cibercrime como o segundo tipo mais comum de crime econômico que ameaça bancos. Cerca de 65% do total de casos de fraude reportados pelas instituições são relacionadas à tecnologia (PWC, 2015).

2.3 Controle interno de um sistema contábil

O sistema de contabilidade fornece às empresas uma maneira uniforme de usar seus dados e informações financeiras. As três principais divisões dentro do sistema contábil, de análise, projeto e implementação devem ser complementadas com um sistema de controle. Esse controle interno é um sistema dentro de um sistema, mas desempenha um papel fundamental no sucesso do sistema contábil. Os controles internos protegem os negócios contra abuso e fraude; eles garantem que as informações que estamos recebendo sejam precisas e oportunas e que todos os requisitos regulatórios estejam sendo cumpridos.

Existem cinco elementos-chave de controle interno: controle am-

biental, avaliação de risco, procedimentos de controle, monitoramento e informação e comunicação. Cada área contribui com uma parte essencial do sistema de controle como um todo e, sem que todos os elementos-chave estejam presentes, o sistema de controle não funciona.

O controle ambiental refere-se à atitude e ao comportamento da gerência e dos funcionários. As metas e objetivos da gerência afetarão o comportamento e a atitude dos funcionários em toda a empresa e se a meta e o objetivo da administração forem atingir determinados níveis de vendas a todo custo; isso desestimula os funcionários a aderir aos controles internos e incentiva a realização do que a gestão quer, não importa a consequência. O departamento de recursos humanos de uma empresa fornecerá grande parte da contribuição para o controle ambiental efetivo.

A avaliação de risco incorpora a capacidade do negócio de analisar os riscos do negócio, estimar sua importância e reagir ou agir de acordo. A avaliação de riscos geralmente é uma função gerencial, mas pode ser incluída em uma análise diária dos funcionários, se o ambiente de trabalho incluir riscos e perigos.

Os dois primeiros elementos de controles internos não parecem ter muito a ver com um sistema contábil, mas cada uma dessas áreas pode ter um tremendo efeito sobre a lucratividade e a operação bem-sucedida de um negócio. Portanto, eles são uma parte essencial dos controles internos dos sistemas contábeis.

O próximo elemento, os procedimentos de controle, simplesmente fornece os métodos declarados para executar os controles ambientais, a avaliação de riscos, o monitoramento e a comunicação de informações que devem ocorrer no processo de controle interno. Para diminuir o potencial de fraude pes-

“Os procedimentos de controle afetam muito o aspecto de informação e comunicação do negócio, na medida em que grande parte da comunicação do estado do negócio depende das informações fornecidas por cada departamento.”

soal, com treinamento inadequado, e eliminar erros de processo, os procedimentos de controle beneficiam a empresa, a administração e o funcionário de uma empresa.

Os procedimentos de controle afetam muito o aspecto de informação e comunicação do negócio, na medida em que grande parte da comunicação do estado do negócio depende das informações fornecidas por cada departamento. As verificações e os equilíbrios que os procedimentos de controle fornecem garantem que cada departamento fornecerá informações oportunas e honestas, bem como precisas e úteis.

O monitoramento dos controles internos para eficácia e necessidade é o elemento de *feedback* do processo. Sem o monitoramento adequado dos procedimentos implementados, o negócio não consegue determinar a eficácia dos sistemas.

A segurança da informação eletrônica tornou-se uma preocupação crítica. Acadêmicos, gerentes, contadores e auditores devem estar familiarizados com ameaças emergentes e medidas de segurança que sejam eficazes para manter seguros os sistemas de informações contábeis.

Proteger as informações pessoais e proprietárias e garantir a in-

tegridade dos componentes do sistema de informações contábeis no ambiente digital atual apresentam muitos desafios. A implementação de requisitos efetivos do sistema de informações deve fornecer uma garantia razoável de que o sistema de informações contábeis produzirá informações relevantes e confiáveis para atender às necessidades de relatórios internos e externos.

Com ou sem o SOX, o controle interno deve ser uma prioridade máxima. Políticas e procedimentos devem exigir a manutenção de registros que detalhem com precisão e reflitam de forma justa transações e disposições de ativos; fornecer garantia razoável de que as transações são registradas adequadamente; garantir que os recibos e despesas sejam feitos somente de acordo com a devida autorização; e fornecer uma garantia razoável em relação à prevenção ou detecção oportuna de aquisição, uso ou alienação não autorizados de ativos que poderiam ter um efeito relevante nas demonstrações financeiras.

Identificar, implementar e monitorar alguns requisitos básicos do sistema e soluções sustentáveis para os desafios de segurança gerais e exclusivos que podem surgir em uma empresa eletrônica ilimitada com um ambiente tecnologi-

camente rico devem ser realizados. Isso inclui políticas e procedimentos relacionados a senhas de *e-mail* e uso, soluções antivírus e *antispyware*, *firewalls*, acesso autorizado, autenticação, separação de tarefas, privacidade, criptografia, assinaturas e certificados digitais, não repúdio, integridade de dados, armazenamento, arquivos de *backup*. O estabelecimento do tom certo no topo em relação à privacidade e à segurança, bem como a contratação de funcionários vigilantes e éticos, é essencial para garantir nosso sistema de informação contra ameaças perigosas.

Ameaças aos sistemas de informação contábil vêm de uma variedade de fontes. Se ignoradas, elas podem destruir a relevância e a confiabilidade das informações financeiras, levando a decisões erradas de vários interessados.

No ponto de coleta de dados, é importante estabelecer controles de segurança que garantam que os dados da transação ou do evento sejam válidos, completos e livres de erros materiais. *Masquerading* (fingindo ser um usuário autorizado) e *piggybacking* (tocando em linhas de telecomunicações) são exemplos de atividades de *hackers* que podem impactar seriamente a coleta de dados válidos.

Ameaças aos sistemas de informação contábil também podem ocorrer durante a fase de processamento de dados. Criar programas ilegais, acessar ou excluir arquivos, destruir ou corromper a lógica de um programa por meio de vírus ou alterar a lógica de um programa para fazer com que o aplicativo processe os dados incorretamente, todos representam ameaças.

Ameaças ao gerenciamento de banco de dados podem incluir acesso não autorizado que permite alterar, excluir, corromper, destruir ou roubar dados. A falha em manter arquivos de *backup* ou outras técnicas de recuperação representa uma perda potencialmente devastadora de dados. Ameaças à geração de informações e fase de relatórios também devem ser consideradas. Por exemplo, o roubo, a má orientação ou o mau uso da saída do computador podem prejudicar a competitividade ou a reputação da organização.

2.4 Medidas de segurança

As medidas de segurança também são conhecidas como controles e podem ser preventivas, para evitar riscos, ou investigativas, para identificar problemas após o fato. Uma vez identificados os riscos, os controles podem ser configurados para proteger o sistema. Algumas medidas de segurança são:

- mudanças frequentes de senha
- criptografia de dados;
- revisão mensal do supervisor de relatórios de fornecedores;
- servidor seguro e proteção do ambiente computacional;
- arquivamento *off-site* seguro e protegido de *backup*.

Controles de segurança referem-se a ferramentas que fornecem serviços de segurança, por exemplo, senhas e *firewalls*. O controle de segurança dos sistemas de informação é um meio de garantir a continuidade dos negócios e minimizar os danos

aos negócios, evitando e mitigando o efeito de ameaças ao sistema (DHILLON, 1995; VON SOLMS, 1998).

A literatura existente identificou várias medidas de controle de segurança necessárias para mitigar ameaças aos sistemas contábeis informatizados. Essas medidas de controle foram categorizadas como controles físicos; controles técnicos e controles administrativos.

Dougan (1994) sugeriu os seguintes controles de segurança: minimizar os perigos na sala de computadores; manter os sistemas informáticos e salvaguardar os arquivos do sistema. Dougan, portanto, categorizou esses procedimentos de controle de segurança no site da sala de informática (acesso físico); Documentação; Manutenção; e Proteção.

Qureshi e Siegel (1997) propuseram controles de acesso físico (identificação, senhas e cartões / chaves) e controles de segurança de comunicação, como segurança de linha, segurança de transmissão, assinatura digital, segurança criptográfica, segurança de emissões e segurança técnica como controles de segurança eficazes. Os pesquisadores classificaram os controles de segurança em Detectivo; Preventivo; Investigativo e Corretivo.

As descobertas de Hood e Yang (1998) revelaram que senha, *backup* diário e monitoramento das atividades da rede são os principais controles de segurança. Em Moscow (2001), o pesquisador discutiu a segurança e controles e sugeriu alguns procedimentos para proteger sistemas de ameaças e acesso não autorizado para incluir: Acesso físico; Senha; Criptografia de dados; Recuperação de desastres; Segurança baseada em software; e Software de detecção de intrusão para monitorar o sistema do computador e suas partes.

Em 2008, o escritório do Secretário de Defesa nos Estados Unidos (EUA) mandou a Agência Nacio-

nal de Segurança (NSA) para priorizar uma lista de medidas de controle de segurança para ajudar o Departamento de Defesa (DoD) a classificar seus gastos com segurança cibernética.

Um consórcio liderado por John Gilligan, do *Center for Internet Security* (CIS), e Alan Paller, do Instituto Sans, também participou de uma parceria público-privada para o mesmo conhecimento de priorização de controle para agências governamentais. A associação do consórcio foi ampliada para incluir o Grupo de Segurança de Comunicações Eletrônicas do Reino Unido (Cesg) e Centro para a Proteção da Infraestrutura Nacional (CPNI), o chefe do Departamento de Defesa, Arquitetos de Redes de Computadores, *Defense Cyber Crime Center*, três Departamento de Energia (DOE) e empresas como McAfee e Lockheed.

O consórcio unanimemente concordou com 20 controles críticos que podem abordar as ameaças prevalentes encontradas em agências governamentais e indústrias. Esses controles de segurança foram aceitos, adotados e implementados por muitas organizações e departamentos do mundo.

2.5 Controles internos de um sistema contábil

O sistema de contabilidade fornece às empresas uma maneira uniforme de usar seus dados e informações financeiras. As três principais divisões dentro do sistema contábil, de análise, projeto e implementação devem ser complementadas com um sistema de controle. Esse controle interno é um sistema dentro de um sistema, mas desempenha um papel fundamental no sucesso do sistema contábil. Os controles internos protegem os negócios contra abuso e fraude; eles garantem que as informações que estamos recebendo sejam precisas e oportunas e

que todos os requisitos regulatórios estejam sendo cumpridos.

Existem cinco elementos-chave de controle interno: controle ambiental, avaliação de risco, procedimentos de controle, monitoramento e informação e comunicação. Cada área contribui com uma parte essencial do sistema de controle como um todo e, sem que todos os elementos-chave estejam presentes, o sistema de controle não funciona.

O controle ambiental refere-se à atitude e ao comportamento da gerência e dos funcionários. As metas e objetivos da gerência afetarão o comportamento e a atitude dos funcionários em toda a empresa e se a meta e o objetivo da administração forem atingidos determinados níveis de vendas a todo custo. Isso desestimula os funcionários a aderirem aos controles internos e incentiva a realização do que a gestão quer, não importa a consequência. O departamento de recursos humanos de uma empresa fornecerá grande parte da contribuição para o controle ambiental efetivo.

A avaliação de risco incorpora a capacidade do negócio de analisar os riscos do negócio, estimar sua importância e reagir ou agir de acordo. A avaliação de riscos geralmente é uma função gerencial, mas pode ser incluída em uma análise diária dos

funcionários, se o ambiente de trabalho incluir riscos e perigos.

Os dois primeiros elementos de controles internos não parecem ter muito a ver com um sistema contábil, mas cada uma dessas áreas pode ter um tremendo efeito sobre a lucratividade e a operação bem-sucedida de um negócio. Portanto, eles são uma parte essencial dos controles internos dos sistemas contábeis.

O próximo elemento, os procedimentos de controle, simplesmente fornece os métodos declarados para executar os controles ambientais, a avaliação de riscos, o monitoramento e a comunicação de informações que devem ocorrer no processo de controle interno. Para diminuir o potencial de fraude, pessoal com treinamento inadequado e eliminar erros de processo, os procedimentos de controle beneficiam a empresa, a administração e o funcionário de uma empresa.

Os procedimentos de controle afetam muito o aspecto de informação e comunicação do negócio, na medida em que grande parte da comunicação do estado do negócio depende das informações fornecidas por cada departamento. As verificações e os equilíbrios que os procedimentos de controle fornecem garantem que cada depar-

tamento concederá informações oportunas e honestas, bem como precisas e úteis.

O monitoramento dos controles internos para eficácia e necessidade é o elemento de *feedback* do processo. Sem o monitoramento adequado dos procedimentos implementados, o negócio não consegue determinar a eficácia dos sistemas.

A segurança da informação eletrônica tornou-se uma preocupação crítica. Acadêmicos, gerentes, contadores e auditores devem estar familiarizados com ameaças emergentes e medidas de segurança que sejam eficazes para manter seguros os sistemas de informações contábeis.

Proteger as informações pessoais e proprietárias e garantir a integridade dos componentes do sistema de informações contábeis no ambiente digital atual apresentam muitos desafios. A implementação de requisitos efetivos do sistema de informações deve fornecer uma garantia razoável de que o sistema de informações contábeis produzirá informações relevantes e confiáveis para atender às necessidades de relatórios internos e externos.

Com ou sem o SOX, o controle interno deve ser uma prioridade máxima. Políticas e procedimentos devem exigir a manutenção de re-

“Existem cinco elementos-chave de controle interno: controle ambiental, avaliação de risco, procedimentos de controle, monitoramento e informação e comunicação. Cada área contribui com uma parte essencial do sistema de controle como um todo e, sem que todos os elementos-chave estejam presentes, o sistema de controle não funciona.”

gistros que detalhem com precisão e reflitam de forma justa transações e disposições de ativos; fornecer garantia razoável de que as transações são registradas adequadamente; garantir que os recibos e despesas sejam feitos somente de acordo com a devida autorização; e fornecer uma garantia razoável em relação à prevenção ou detecção oportuna de aquisição, uso ou alienação não autorizados de ativos que poderiam ter um efeito relevante nas demonstrações financeiras.

Identificar, implementar e monitorar alguns requisitos básicos do sistema e soluções sustentáveis para os desafios de segurança gerais e exclusivos que podem surgir em uma empresa eletrônica ilimitada com um ambiente tecnologicamente rico devem ser realizados. Isso inclui políticas e procedimentos relacionados a senhas de e-mail e uso, soluções antivírus e *antispyware*, *firewalls*, acesso autorizado, autenticação, separação de tarefas, privacidade, criptografia, assinaturas e certificados digitais, não repúdio, integridade de dados, armazenamento, arquivos de *backup*. O estabelecimento do tom certo no topo em relação à privacidade e à segurança, bem como à contratação de funcionários vigilantes e éticos, é essencial para garantir nosso sistema de informação contra ameaças perigosas.

Ameaças aos sistemas de informação contábil vêm de uma variedade de fontes. Se ignoradas, elas podem destruir a relevância e a confiabilidade das informações financeiras, levando a decisões erradas de vários interessados.

No ponto de coleta de dados, é importante estabelecer controles de segurança que garantam que os dados da transação ou do evento sejam válidos, completos e livres de erros materiais. *Masquerading* (fingindo ser um usuário autorizado) e *piggybacking* (tocando em linhas de telecomunicações) são exem-

plos de atividades de *hackers* que podem impactar seriamente a coleta de dados válidos.

Ameaças aos sistemas de informação contábil também podem ocorrer durante a fase de processamento de dados. Criar programas ilegais, acessar ou excluir arquivos, destruir ou corromper a lógica de um programa por meio de vírus ou alterar a lógica de um programa para fazer com que o aplicativo processe os dados incorretamente, todos representam ameaças.

Ameaças ao gerenciamento de banco de dados podem incluir acesso não autorizado que permite alterar, excluir, corromper, destruir ou roubar dados. A falha em manter arquivos de *backup* ou outras técnicas de recuperação representa uma perda potencialmente devastadora de dados. Ameaças à geração de informações e fase de relatórios também devem ser consideradas. Por exemplo, o roubo, a má orientação ou o mau uso da saída do computador podem prejudicar a competitividade ou a reputação da organização.

3. Procedimentos Metodológicos

3.1 Quanto à finalidade metodológica

Trata-se de uma pesquisa aplicada voltada para os fins práticos, que tem por objetivo solucionar os problemas concretos da vida moderna (ANDRADE, 2002), marcada por ações práticas que envolvem o contato com o campo seja na observação e/ou levantamento.

3.2. Características da pesquisa

O presente trabalho classifica-se em descritivo, pois, conforme Malhotra (2001, p. 106), pode “prover critérios e compreensão [...]”, e visa a descrever as características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de rela-

ções entre essas variáveis, no caso busca a verificação e compreensão dos critérios para segurança da informação no sistema contábil com base no levantamento dos dados coletados na pesquisa.

Quanto à abordagem do problema da pesquisa, é quantitativa, modelo advindo das ciências da natureza que legitimam seus conhecimentos por processos quantificáveis que podem se transformar em leis e explicações gerais (GOLDENBERG, 2000). Traduz-se em números, opiniões e informações para classificá-los e organizá-los, além de proporcionar melhor visão e compreensão do contexto do problema.

Para alcançar os objetivos propostos, a pesquisa foi realizada por meio do método *survey*, com questionário como instrumento. Para Pallares (2011), a aplicação do *survey* se dá pela sua aplicabilidade em estudos descritivos e sua utilização ocorre quando tem por objetivo responder sobre incidência, distribuição e relação entre determinadas características da população.

Conforme Hoppen (1998), a pesquisa *survey* é a metodologia mais utilizada em 72% das pesquisas empíricas, pois permite avaliar e diagnosticar o problema pesquisado.

A coleta de dados foi feita por meio de um questionário eletrônico, em que se utilizou o *google docs* para enviar os questionários por *e-mails* aos escritórios de contabilidade no Estado do Tocantins.

O prazo para respostas foi de duas semanas do envio do convite inicial. Outro *e-mail* foi enviado aos potenciais respondentes, agradecendo aos que já participaram e lembrando os demais da importância da sua participação.

Importante destacar sobre a população e amostra da pesquisa. O Estado do Tocantins faz parte da região Norte do Brasil, possui 139 municípios e uma população de 1.343.445 milhões de habitantes, de

acordo com o censo 2010 do IBGE. Desses habitantes, 228.332 moram na capital, Palmas, 150.484 no município de Araguaína e 76.755 moram no Município de Gurupi.

A população desta pesquisa está concentrada nesses três principais polos citados, os municípios de Palmas, Araguaína e Gurupi, por serem as três maiores cidades do estado e desempenharem papéis importantes no suprimento de bens e serviços para as cidades menores. A escolha dessas cidades para amostra deve-se ao fato de serem as cidades com maiores números de organizações contábeis, permitindo uma maior evidência da amostra. A população desta pesquisa está concentrada nesses três principais polos citados, os municípios de Palmas, Araguaína e Gurupi.

A Figura 1 apresenta as três regiões do Estado do Tocantins e os municípios selecionados que fazem parte desse estudo.

De acordo com o CRCTO, a população é formada por 288 organizações contábeis dos três municípios distribuídos conforme Quadro 2.

O critério utilizado foi a localização dos escritórios contábeis situados nos três maiores municípios do Estado do Tocantins.

Da amostra constituída de 118 empresas que responderam ao questionário, 10 questionários foram rejeitados por não estarem completos. Foram utilizadas para compilação dos dados as medidas de tendência central que fornecem um valor numérico representativo do valor médio (central) de uma distribuição de valores e as medidas de dispersão, que, embora o valor médio seja uma medida importante, ele sozinho não fornece toda a informação relevante sobre um conjunto de medidas.

Basicamente, o nível de significância é uma medida do grau de certeza que queremos ter de nossos resultados – valores baixos de signi-

ficância correspondem a uma baixa probabilidade de que os resultados experimentais ocorreram por acaso e vice-versa. Os níveis de significância são expressos como decimais, o que corresponde ao percentual de chance de os resultados experimentais ocorrerem ao acaso.

O nível de significância utilizado foi de 0,05, definido antes da coleta dos dados, o que significa que foi assumida uma probabilidade de apenas 5% de que a diferença en-

contrada no estudo não seja verdadeira, apesar de, estatisticamente, ter sido demonstrada, estar 95% certo sobre a correlação entre duas variáveis é considerado como uma demonstração “bem-sucedida” de uma correlação entre os dois. A margem de erro estabelecida para as inferências estatísticas ficou em 5%. Sendo assim, os resultados encontrados podem ser considerados corretos em nível de significância de 95%. Segue a Tabela 1 com dados.

Figura 1 – Mapa da divisão do Estado do Tocantins – Principais Polos



Fonte: SEPLAN/TO

Quadro 2 – Quantidade de escritórios de contabilidade em cada cidade

| Cidade | Quantidade de Escritórios |
|-----------|---------------------------|
| PALMAS | 161 |
| ARAGUAINA | 79 |
| GURUPI | 48 |

Fonte: CRCTO.

Tabela 1 – Taxa de resposta do questionário e composição da amostra

| Cidade | Enviados | Respondidos | Incompletos ² | Amostra | % |
|--------------------------|----------|-------------|--------------------------|---------|------|
| Palmas | 162 | 78 | 5 | 73 | 62% |
| Araguaína | 186 | 28 | 1 | 27 | 23% |
| Gurupi | 96 | 20 | 2 | 18 | 15% |
| Incompletos ¹ | - | 2 | 2 | - | - |
| Total | 444 | 128 | 10 | 118 | 100% |

Nota: ¹ Respostas sem cidade; ² Respostas com dados faltantes.

Fonte: elaborado pelos autores.

3.3 Instrumentos de coleta de dados

3.3.1 Elaboração do instrumento de coleta de dados

O instrumento de coleta de dados utilizado nesta pesquisa foi um questionário baseado nas seguintes literaturas: CPC (2011), Marciano (2009), Madrick (2006), Jessen e Hogpers (2010) e Simkin e Bargranoff (2002); conteve 10 (dez) perguntas com 3 (três) alternativas distintas: sem adequação, parcialmente adequado e adequado. Para a sua elaboração, primeiramente foi feita uma entrevista semiestruturada para comparar se as motivações já identificadas na revisão bibliográfica abrangem totalmente a segurança da informação contábil. Posteriormente, foi realizado um pré-teste com o instrumento de pesquisa para verificar se este estava adequado.

A coleta de dados foi feita por meio de um questionário eletrônico utilizando o *google docs*, enviado para as empresas entrevistadas via *e-mail*. Foi enviado um convite inicial, outro e-mail enviado aos potenciais respondentes, agradecendo aos que já participaram, e lembrando os demais da importância da sua participação. Posteriormente, executaram-se a tabulação e a análise estatística dos dados.

3.3.2 Análise dos dados

De posse dos dados decorrentes da aplicação dos questionários, estes foram tabulados em *software Microsoft Excel 2010*®.

Para apresentar e analisar os resultados, foi utilizada a estatística descritiva por meio das distribuições de frequências absolutas (n) e relativas (%), valores mínimos e máximos, mediana, médias aritméticas e seus respectivos desvios-padrão. (Gráfico X).

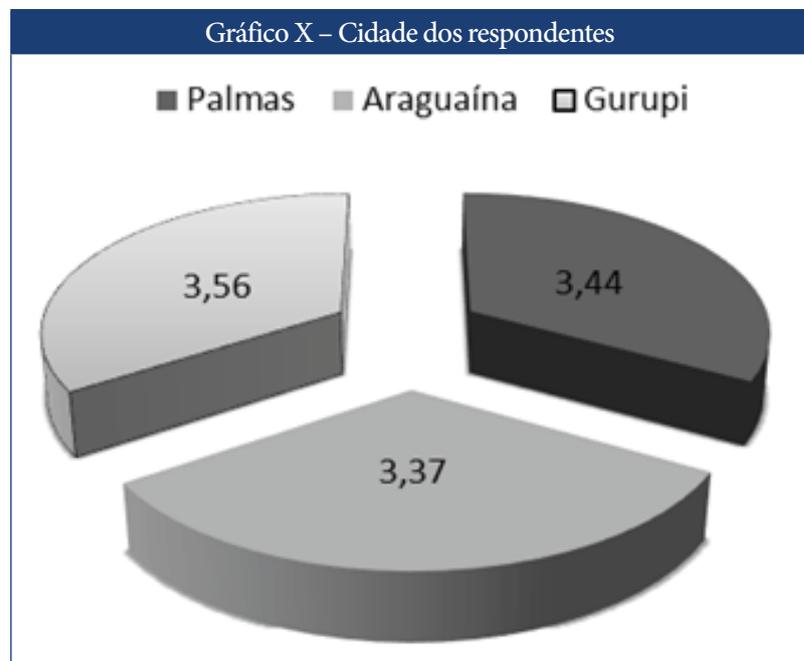
A composição do público-alvo ficou assim distribuída: Araguaína,

com 23%; Gurupi 15% e Palmas, 62%. Palmas teve o maior público devido ao número expressivo de sua população e também de escritórios.

Os resultados obtidos na primeira questão estão representados na Tabela 2.

Ao considerar o nível de adequação dos sistemas contábeis usados pelos escritórios, observa-se

que os contadores não os percebem como adequados. A média geral foi estabelecida em 3,23, havendo espaços para melhorias na segurança dos sistemas contábeis. Em particular, percebe-se um maior nível de adequação na cidade de Gurupi, com 3,5, sendo seguida pela cidade de Palmas (3,21) e Araguaína (3,11) (Tabela 3).



Fonte: elaborado pelos autores.

Tabela 2 – Qual o nível de adequação dos sistemas contábeis usados pelo escritório?

| | Média | Mediana | Moda | Variância | Desvio-Padrão |
|-----------|-------|---------|------|-----------|---------------|
| Geral | 3,23 | 3,00 | 3,00 | 0,90 | 0,95 |
| Palmas | 3,21 | 3,00 | 3,00 | 1,00 | 1,00 |
| Araguaína | 3,11 | 3,00 | 3,00 | 0,41 | 0,64 |
| Gurupi | 3,50 | 3,00 | 3,00 | 1,21 | 1,10 |

Nota: escala Likert de 5 pontos, sendo 1 (Não Adequado) e 5 (Adequado)

Fonte: elaborado pelos autores

Tabela 3 – Qual o nível de não conformidade (falhas, limitações) em seu sistema contábil em relação à segurança da informação?

| | Média | Mediana | Moda | Variância | Desvio-Padrão |
|-----------|-------|---------|------|-----------|---------------|
| Geral | 3,31 | 3,00 | 3,00 | 0,71 | 0,84 |
| Palmas | 3,33 | 3,00 | 3,00 | 0,67 | 0,82 |
| Araguaína | 3,33 | 3,00 | 3,00 | 0,54 | 0,73 |
| Gurupi | 3,22 | 3,00 | 3,00 | 1,24 | 1,11 |

Nota: escala Likert de 5 pontos, sendo 1 (Não Adequado) e 5 (Adequado)

Fonte: elaborado pelos autores.

Consequentemente, quanto ao nível de não conformidade no sistema contábil, os contadores também não os percebem como adequados. A média geral foi estabelecida em 3,31. Assim, percebe-se que existe uma probabilidade de falhas nos sistemas contábeis. Em particular, percebe-se um maior nível de adequação nas cidades de Palmas e Araguaína, com 3,3, e em seguida pela cidade de Gurupi (3,22), havendo um maior desvio-padrão (1,11) em relação às duas outras cidades (Tabela 4).

Em relação ao nível de medidas de segurança para eliminar ameaças e vulnerabilidades no sistema contábil, observa-se que os contadores percebem como parcialmente adequados. A média geral foi estabelecida em 3,37. Verificou-se que a cidade de Palmas, com 3,42, superou a média geral, seguida de Araguaína (3,30) e Gurupi (3,28), tendo um maior desvio-padrão (1,23) em relação às duas outras cidades.

A Tabela 5 mostra o nível de adequação adotado para política e procedimentos de segurança no sistema contábil, o qual os contadores consideram como parcialmente adequados. A média geral foi estabelecida em 3,53, podendo visualizar que a maioria dos escritórios possui a política de segurança, mas ainda existe uma lacuna para melhoria nos procedimentos adotados nos sistemas contábeis. Conforme a tabela, houve maior nível de adequação na cidade de Palmas (3,59), depois Araguaína (3,56) e, em seguida, na cidade de Gurupi (3,28), onde houve um maior desvio-padrão (1,11) em relação às duas outras cidades.

A Tabela 6 mostra o nível de adequação adotado quando existe alguma vulnerabilidade no sistema contábil. Na opinião dos contadores do Tocantins, os sistemas usados nos escritórios não estão totalmente adequados. A média geral

é igual à média da cidade de Palmas, porém o maior nível de não adequação foi encontrado na cidade de Gurupi, com 3,56 de média. O maior desvio-padrão também foi encontrado na cidade de Gurupi (1,10), comparada com as outras duas cidades da pesquisa.

Conforme Tabela 7, os contadores procuram investir recursos financeiros para financiar a segurança da informação, mas não conseguem obter um nível adequado em relação a não conformidade. Na cidade de Gurupi, a média de não adequação foi maior do que a

Tabela 4 – Qual o nível de adequação adotado nas medidas de segurança para definir ações que visam a eliminar algumas ameaças a vulnerabilidades no sistema contábil de informações?

| | Média | Mediana | Moda | Variância | Desvio-Padrão |
|-----------|-------|---------|------|-----------|---------------|
| Geral | 3,37 | 3,00 | 3,00 | 0,89 | 0,94 |
| Palmas | 3,42 | 3,00 | 3,00 | 0,69 | 0,83 |
| Araguaína | 3,30 | 3,00 | 3,00 | 1,06 | 1,03 |
| Gurupi | 3,28 | 3,00 | 3,00 | 1,51 | 1,23 |

Nota: escala Likert de 5 pontos, sendo 1 (Não Adequado) e 5 (Adequado)

Fonte: elaborado pelos autores.

Tabela 5 - Qual o nível de adequação adotado para política e procedimentos de segurança no sistema contábil?

| | Média | Mediana | Moda | Variância | Desvio-Padrão |
|-----------|-------|---------|------|-----------|---------------|
| Geral | 3,53 | 4,00 | 4,00 | 0,99 | 0,99 |
| Palmas | 3,59 | 4,00 | 3,00 | 1,00 | 1,00 |
| Araguaína | 3,56 | 4,00 | 4,00 | 0,64 | 0,80 |
| Gurupi | 3,28 | 3,00 | 3,00 | 1,51 | 1,23 |

Nota: escala Likert de 5 pontos, sendo 1 (Não Adequado) e 5 (Adequado)

Fonte: elaborado pelos autores.

Tabela 6 - Qual o nível de adequação adotado quando existe alguma vulnerabilidade no sistema contábil?

| | Média | Mediana | Moda | Variância | Desvio-Padrão |
|-----------|-------|---------|------|-----------|---------------|
| Geral | 3,44 | 3,00 | 3,00 | 1,02 | 1,01 |
| Palmas | 3,44 | 3,00 | 3,00 | 0,92 | 0,96 |
| Araguaína | 3,37 | 3,00 | 3,00 | 1,24 | 1,11 |
| Gurupi | 3,56 | 3,50 | 3,00 | 1,20 | 1,10 |

Nota: escala Likert de 5 pontos, sendo 1 (Não Adequado) e 5 (Adequado)

Fonte: elaborado pelos autores.

Tabela 7 – Qual o nível de adequação em investimentos dos recursos financeiros para financiar a segurança no sistema de informação?

| | Média | Mediana | Moda | Variância | Desvio-padrão |
|-----------|-------|---------|------|-----------|---------------|
| Geral | 3,42 | 3,00 | 3,00 | 0,89 | 0,95 |
| Palmas | 3,37 | 3,00 | 4,00 | 0,74 | 0,86 |
| Araguaína | 3,26 | 3,00 | 3,00 | 1,05 | 1,02 |
| Gurupi | 3,83 | 4,00 | 5,00 | 1,21 | 1,10 |

Nota: escala Likert de 5 pontos, sendo 1 (Não Adequado) e 5 (Adequado)

Fonte: elaborado pelos autores.

geral, mas também foi a que mais se desviou, pois teve um desvio-padrão de 1,10.

Na Tabela 8, os resultados encontrados, em relação aos usuários externos são robustos, se comparados com as outras tabelas, pois a média, a mediana e a moda demonstram que o acesso às informações pelos usuários externos foi considerado parcialmente adequado pelos contadores. E novamente a cidade de Gurupi teve a maior média (3,94) em relação às duas outras cidades da pesquisa. Já a cidade que mais se desviou da média foi Palmas, com um desvio-padrão de 1,04.

Já a Tabela 9, quanto à exposição do sistema contábil à vulnerabilidade, os dados mostram que os contadores não os percebem como adequados, concluindo-se que há espaço para serem melhorados.

Na Tabela 10, quanto ao compartilhamento da informação, os dados mostraram pouca adequação. Nesse caso, a cidade de Gurupi teve a menor média (3,06), e a média geral foi de 3,22.

Por fim, a Tabela 11 verificou o nível de adequação do sistema contábil para os usuários dessas informações. As cidades pesquisadas mostraram que não estão com os sistemas totalmente adequados quanto à segurança da informação aos usuários. Com média geral de 3,18, as médias das cidades foram muito parecidas. A mediana e a moda ficaram com valores iguais; já a maior variância foi na cidade de Gurupi (1,28), sendo também a cidade que mais se desviou da média, com 1,13 de desvio-padrão.

5. Conclusão

A segurança da informação deve ser utilizada com o objetivo principal de proteger os dados tabulados no sistema. Com esse instrumento, este trabalho pesquisou

a segurança dos sistemas contábeis utilizados pelos empresários contábeis do Tocantins. Os principais resultados são descritos a seguir.

Conforme a Tabela 7, os contadores procuram investir recursos financeiros para financiar a segurança da informação, mas não con-

seguem obter um nível adequado em relação a não conformidade, conforme demonstrado na Tabela 3. Também em relação às ameaças e à vulnerabilidade, não se conseguiu obter um nível adequado de conformidade, de acordo com os dados da Tabela 4.

Tabela 8 – Em que nível de adequação o sistema de informação contábil permite que usuários externos tenham acesso às informações de cliente?

| | Média | Mediana | Moda | Variância | Desvio-Padrão |
|-----------|-------|---------|------|-----------|---------------|
| Geral | 3,65 | 4,00 | 4,00 | 1,00 | 1,00 |
| Palmas | 3,53 | 4,00 | 4,00 | 1,09 | 1,04 |
| Araguaína | 3,78 | 4,00 | 4,00 | 0,79 | 0,89 |
| Gurupi | 3,94 | 4,00 | 4,00 | 0,88 | 0,94 |

Nota: escala Likert de 5 pontos, sendo 1 (Não Adequado) e 5 (Adequado)

Fonte: elaborado pelos autores.

Tabela 9 – Em que nível de adequação o sistema contábil é exposto a alguma vulnerabilidade?

| | Média | Mediana | Moda | Variância | Desvio-Padrão |
|-----------|-------|---------|------|-----------|---------------|
| Geral | 3,36 | 3,00 | 3,00 | 1,00 | 1,00 |
| Palmas | 3,36 | 3,00 | 3,00 | 0,98 | 0,99 |
| Araguaína | 3,22 | 3,00 | 3,00 | 1,03 | 1,01 |
| Gurupi | 3,56 | 3,50 | 3,00 | 1,08 | 1,04 |

Nota: escala Likert de 5 pontos, sendo 1 (Não Adequado) e 5 (Adequado)

Fonte: elaborado pelos autores.

Tabela 10 – Qual o nível de adequação que a instituição obedece quanto às normas que definem como e quando a informação contábil pode ser compartilhada?

| | Média | Mediana | Moda | Variância | Desvio-Padrão |
|-----------|-------|---------|------|-----------|---------------|
| Geral | 3,22 | 3,00 | 3,00 | 1,16 | 1,08 |
| Palmas | 3,29 | 3,00 | 3,00 | 1,24 | 1,11 |
| Araguaína | 3,15 | 3,00 | 3,00 | 1,05 | 1,03 |
| Gurupi | 3,06 | 3,00 | 3,00 | 1,11 | 1,06 |

Nota: escala Likert de 5 pontos, sendo 1 (Não Adequado) e 5 (Adequado)

Fonte: elaborado pelos autores.

Tabela 11 – Qual o nível de adequação da segurança das informações contábeis para os usuários?

| | Média | Mediana | Moda | Variância | Desvio-Padrão |
|-----------|-------|---------|------|-----------|---------------|
| Geral | 3,18 | 3,00 | 3,00 | 1,09 | 1,04 |
| Palmas | 3,19 | 3,00 | 3,00 | 1,18 | 1,09 |
| Araguaína | 3,19 | 3,00 | 3,00 | 0,77 | 0,88 |
| Gurupi | 3,11 | 3,00 | 3,00 | 1,28 | 1,13 |

Nota: escala Likert de 5 pontos, sendo 1 (Não Adequado) e 5 (Adequado)

Fonte: elaborado pelos autores.

Na Tabela 8, os resultados encontrados, em relação aos usuários externos, se mostraram interessantes, pois foi considerado parcialmente adequado pelos contadores. Para Macêdo (2010), os usuários externos, que são os acionistas, credores e autoridade tributária, estão diretamente interessados nas informações contábeis contidas no sistema e, por isso, o resultado deveria ser adequado.

Já na Tabela 9, quanto à exposição do sistema contábil à vulnerabilidade, os dados mostram que os contadores não os percebem como adequados, demonstrando com isso que há espaço para serem melhorados. Para Doherty e Fulford (2005), a confidencialidade, a disponibilidade e a integridade da informação, para serem preservadas, têm de ser alcançadas por meio da implantação de procedimentos e controles que protejam a informação contra as diversas vulnerabilidades e ameaças internas e externas das empresas.

Em visita a três escritórios da amostra, verificou-se que não adotavam uma política de segurança e proteção das informações, que realizavam apenas rotinas em relação a cópias de segurança dos dados e algumas orientações no uso e proteção de senhas, mas que existe uma grande preocupação com a fragilidade das informações. Isso ocorre principalmente quanto à insegurança no uso dos dados dos colaboradores das organizações, especialmente quando eles são demitidos. Um empresário relatou que um ex-funcionário coletou os dados de fornecedores de um cliente e abriu seu próprio negócio do mesmo ramo. Outro caso preocupante é o acesso do suporte técnico da empresa do *software*, que, com frequência, coleta os dados para solução de problemas.

Por fim, os resultados encontrados nesta pesquisa se mostraram, em sua maioria, parcialmente adequados. Em outras palavras, os sistemas de informação contá-

bil utilizados pelos empresários de contabilidade em Palmas, Gurupi e Araguaína necessitam de alguns ajustes e precisam ser melhorados, para, com isso, obterem a confiança tanto dos usuários externos como dos internos.

Para enriquecer a base teórica do estudo, sugerem-se, para futuras pesquisas, análises mais profundas do tema avaliação da segurança da informação em sistemas contábeis. Além disso, considera-se viável a realização de estudo comparável com os sistemas das empresas de contabilidade do Tocantins com outros estados. Novos estudos também são pertinentes para comparar os resultados de desempenho dos sistemas utilizados nos escritórios de contabilidade. Demonstra-se, com isso, que existe um grande campo de pesquisa para ser explorado, de modo a contribuir para ampliar o conhecimento sobre o sistema de informação utilizado por esses prestadores de serviços.

6. Referências

Abu-Musa A.A. (2005) *“Investigando as ameaças percebidas sistemas contábeis informatizados em países em desenvolvimento: Um estudo empírico sobre organizações sauditas”*, Computer and Information science, vol. 18: 1-26.

ABNT - *Tecnologia da informação - Técnicas de segurança*. Disponível em: <www.abnt.org.br/noticias/4196-tecnologia-da-informacao-tecnicas-de-seguranca>. Acesso em 18/05/2017.

ANDRADE, M M de. *Como preparar trabalhos para cursos de pós-graduação: noções práticas*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

BOOCKHOLDT, J. L. *Accounting information systems: transaction processing and controls*. McGraw-Hill Professional, 1995.

BEAL, A.; *Segurança da Informação: princípios e melhores práticas para a proteção dos ativos de informação nas organizações* – São Paulo: Atlas, 2015.

CPC - COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. Pronunciamento Conceitual Básico. 2011. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/pronunciamentosIndex.php>>. Acesso em: 10/05/ 2017.

DOHERTY, N. F; FULFORD, H. Do information security policies reduce the incidence of security breaches: an exploratory analysis. *IGI Global*, 2005.

FASB. financial Accounting Standards Board 2013. <<http://www.fasb.org/jsp/FASB/Page/SectionPage&cid=1218220137102>> Acesso em 19/05/2017

GOLDENBERG, M. *A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em*

Ciências Sociais. 4. ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

HOPPEN, N. *Sistemas de informação no Brasil: uma análise dos artigos científicos dos anos 90*. Revista de Administração Contemporânea, v. 2, n. 3, p. 151-177, 1998.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. *Sinopse do Censo Demográfico 2010*. Disponível em:

<<http://www.censo2010.gov.br/sinopse/index.php?uf=17&dados=0>>. Acesso em: 7 Jun. 2017.

JESSEN, K. S.; HOEPERS, C. BLUE PHOENIX. *Boas Práticas de Segurança*. <<http://www.cert.br/docs/palestras/certbr-ptt-forum2010.pdf>> acesso em 16/05/2016.

KAYWORTH, T.; WHITTEN, D. Effective information security requires a balance of social and technology factors. *MIS Quarterly executive*, v. 9, n. 3, p. 2012-52, 2010.

LAUREANO, M. A. P.; MORAES, P. E. S. Segurança como estratégia de gestão da informação. *Revista Economia & Tecnologia*, v. 8, n. 3, p. 38-44, 2005.

MOSCOVE, S. A.; SIMKIN, M. G.; BAGRANOFF, N. A. *Sistemas de informações contábeis*. São Paulo: Atlas, 2002.

MALHOTRA, N. *Pesquisa em Marketing: uma orientação aplicada*. Porto Alegre: Bookman, 2001.

MADNICK, S.; MADNICK, S.; ANG, W. H.; LEE, Y.; MISTREE, D.; SIEGEL, M.; STRONG, D. M.; WANG, R. Y. The House of Security: Stakeholder Perceptions of Security Assessment and Importance. 2007.

MARCIANO, J. L. P. *Segurança da informação: ... Tese (Doutorado em Ciência da Informação)-Universidade de Brasília, Brasília, 2006*.

MACÊDO, J. M. A., PEREIRA, L. A. C., ANJOS, L. C. M. D., RIBEIRO FILHO, J. F., Lopes, J. E. D. G., & Silva, D. J. C. D.. Informação contábil: usuário interno, externo e o conflito distributivo. REVISTA de CONTABILIDADE do MESTRADO em CIÊNCIAS CONTÁBEIS da UERJ (ON-LINE), v. 13, n. 3, 2010. Disponível em < <file:///C:/Users/sony/Downloads/618-773-1-PB.pdf> > Acesso em 14 jul. de 2017.

McAfee Labs (2015) "*Previsões de ameaças de 2016*", disponível em www.mcafee.com.

Moscoe, S.A. (2001) "*Segurança e controle do comércio electrónico*", CPA Journal, 71 (11).

Muhratala, T.O. & Ogundeji M. (2013) "*Sistemas informatizados de informação contábil e ameaças à segurança percebidas em economias em desenvolvimento: o caso nigeriano*", Revista Universal de Contabilidade e Finanças, vol. 1 (1): 9-18.

NIYAMA, J. K.; SILVA, C. A. T. *Teoria da Contabilidade*. 2º ed. São Paulo: Atlas, 2011.

OBRIEN, J. A.; MARAKAS, G. M. *Administração de Sistemas de Informação*. Uma introdução. 13.ed., São Paulo : McGrawHill, 2008.

PALHARES, C. A. M. C. *Governança de TI: Cenário atual das Instituições de Ensino Superior Brasileiras*. São Paulo: Centro Estadual de Educação Tecnologia Paula Souza, Dissertação de Mestrado em Tecnologia, 2011.

Polo, J. & Oima, D. (2013) *Efeitos de sistemas de contabilidade informatizados na gestão de risco de auditoria em empresas públicas: Um caso de Kisumu County, Quênia*, Jornal Internacional de Educação e Pesquisa, vol. 1 (5): 1-10.

Pwc (2015) "*Tendências atuais de fraudes nos setores financeiros*", disponível em <https://www.pwc.in/publications/publications-2010-11.html>.

Pwc (2016) "*Global Economic Crime Survey 2016*", disponível em www.pwc.com/crimesurvey.

RICCIO, E. L. *Efeitos da tecnologia de informação na contabilidade: estudo de casos de implementação de sistemas empresariais integrados-ERP*. 2001. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

SANS Cyber Defense (2014) "*Os 20 principais controles de segurança críticos (online)*" Disponível em: <http://www.sans.org/critical-security-controls>. Acesso em 24 de março de 2019.

SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO - SEPLAN. *Mapas*. Disponível em: <<http://www.seplan.to.gov.br/mapas/...>>. Acesso em: 7 jun. 2016.

SILVA, E. L.; MENEZES, E. M. *Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação*. 3. ed. rev. e atual. Florianópolis: 2001.

SÊMOLA, M.; *Gestão da Segurança da Informação: uma visão executiva*. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

Verizon (2017) "*Relatório de investigações de violação de dados*" (10ª edição), disponível em <http://www.verizonenterprise.com/verizon-insights-lab/data-breach-digest/2017/>. Acesso em 24 de março de 2019.

Von Solms, R. (1998) "*Gerenciamento de segurança da informação: o código de prática para gerenciamento de segurança da informação*", *Information Management and Computer Security*, vol. 6 (5): 224-225.

Wahab, A. (2003) *Uma Abordagem à Contabilidade, 2ª Condição*, Estados Unidos da América: Irwin McGraw Hill Publishers.

WILKINSON, J. W.; CERULLO, M. J.; RAVAL, V.; WONG-ON-WING, B. *Accounting Information Systems-Essential Concepts and Applications*. John Willey and Sons. 2000.

Zweifel, A. (2009) "*A natureza das ameaças dos sistemas de informação de contabilidade eletrônica: Um estudo de aplicação das companhias de seguros da Jordânia Arabian*", *Journal of Accounting*, 46-64.

Apêndice

Questões Relacionadas à Segurança da Informação.

Atribua uma das 5 alternativas para cada pergunta.

Avaliação: Quanto ao nível de adequação da sua organização, considera importante esta assertiva de segurança da informação. Caso você não tenha conhecimento de algum detalhe específico sobre a segurança da informação na sua organização, por favor, forneça a sua melhor estimativa. Por gentileza, não deixe questões em branco.

| Questionário | | | | | |
|---|---------------|--|-----------------------|--|----------|
| Qual a sua cidade? | Sem adequação | | Parcialmente Adequado | | Adequado |
| Questões | | | | | |
| 1. Qual o nível de adequação dos sistemas contábeis usados pelo escritório? Moscove, Simkin e Bagranoff (2002) | | | | | |
| 2. Qual o nível de não conformidade (falhas, limitações) em seu sistema contábil em relação à segurança da informação? Madnick et al. (2006) | | | | | |
| 3. Qual o nível de adequação adotado nas medidas de segurança para definir ações que visam a eliminar algumas ameaças a vulnerabilidades no sistema contábil de informações? Madnick et al. (2006) | | | | | |
| 4. Qual o nível adotado para política e procedimentos de segurança no sistema contábil? ABNT (2015) | | | | | |
| 5. Qual o nível de procedimento adotado quando existe alguma vulnerabilidade no sistema contábil? Madnick et al. (2006) | | | | | |
| 6. Qual o nível de adequação em investimentos dos recursos financeiros para financiar a segurança no sistema de informação? Jessen e Hoepers (2010) | | | | | |
| 7. Em que nível de adequação o sistema de informação contábil permite que usuários externos tenham acesso às informações de cliente? Madnick et al. (2006) | | | | | |
| 8. Em que nível de adequação o sistema contábil é exposto a alguma vulnerabilidade? Marciano (2009) | | | | | |
| 9. Qual o nível de adequação que a instituição obedece quanto às normas que definem como e quando a informação contábil pode ser compartilhada? CPC (2011) | | | | | |
| 10. Qual o nível de adequação da segurança das informações contábeis para os usuários? CPC (2011) | | | | | |

SEÇÃO 1 – Por fim, informe o seu endereço de e-mail, caso deseje receber um relatório com os resultados desta pesquisa.



O ensino da Contabilidade no Brasil sob a ótica de estudantes de graduação

O objetivo desta pesquisa foi descrever aspectos do ensino contábil brasileiro sob perspectiva do discente de graduação. Para alcançá-lo, foi desenvolvida uma pesquisa descritiva e feito um levantamento de dados quantitativos por meio de questionário disponibilizado na plataforma Google Forms, com questões baseadas na escala de Likert, com coleta de dados no período compreendido entre outubro de 2017 a maio de 2018. Obteve-se como resultado que praticamente a metade dos discentes avaliaram como boa a qualidade de ensino e como excelentes as IES. Da mesma forma classificaram como boa a coordenação e os docentes do curso. Também foi perceptível um déficit relacionado ao conhecimento de línguas estrangeiras por parte dos respondentes. Conclui-se que o ensino da Ciência Contábil pode ser considerado como adequado segundo a percepção dos estudantes, não obstante considera-se que também há constante exigência em termos de melhoria quanto à formação de profissionais qualificados para atuar na profissão contábil.

Herberty Cerqueira Lima

Currículo do autor: Bacharelado em Ciências Contábeis pela Universidade Estadual de Feira de Santana
E-mail: herbertycerqueira@hotmail.com

2097 – Recebido em 14/8/2018. Distribuído em 14/8 e 27/11/2018. Pedido de revisão em 19/2/2019. Resubmetido pelo autor em 25/2/2019. Aprovado em 27/2/2019, na quinta rodada, por três membros do Conselho Editorial. Publicado na edição maio-junho de 2019. Organização responsável pelo periódico: Conselho Federal de Contabilidade.

1. Introdução

A educação é um importante componente da realidade brasileira, sendo neste contexto responsável pela perpetuação e evolução do conhecimento, assim como se caracteriza como agente transformadora do ambiente social por meio da disseminação da informação. A partir da afirmativa que menciona que a educação é o espelho que reflete no desenvolvimento social, vê-se que somente por meio do aprimoramento da educação são alcançáveis melhores padrões de vida, e assim, conseqüentemente, ocorrerá o aumento do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) a um nível adequado, possibilitando que o Brasil futuramente possa ser considerado como um país desenvolvido.

O Art. 6º da Constituição Federal Brasileira, do ano de 1988, dispõe que “são direitos sociais: a educação, [...] na forma desta constituição”. Outro trecho correspondente a este se encontra no Art. 205, que elucida que “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Esses artigos da Constituição Federal ratificam que a educação é de suma importância para que haja avanço na sociedade, entretanto enfatiza que é uma ação conjunta, ou seja, em que há responsabilidade de todos os agentes envolvidos neste processo. Além disso, é um direito a todo indivíduo que se encontra no território brasileiro.

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, a educação no Brasil compõe-se de “educação básica, formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio” e “educação superior”. Em paralelo, o ensino

superior segmenta-se em graus acadêmicos de bacharelado, licenciatura e tecnológico, visando à formação profissional nas áreas de conhecimento reconhecidas nacionalmente. A formação do conhecimento se inicia com a educação básica, mas, devido à precariedade do ensino desde este ponto inicial, os alunos, em especial os provindos de políticas públicas afirmativas, chegam ao ensino superior sem base sólida. Assim corrobora Castro (2011) quando menciona que “o ensino básico brasileiro se degradou à medida da sua rápida expansão”.

O Ministério da Educação (MEC), que tem como objetivo promover a melhoria e a qualidade no ensino no País, tem um papel fundamental na regulamentação e acompanhamento das práticas de ensino superior. Em 1945 este órgão da administração federal direta propôs ao então Presidente da República, Getúlio Vargas, o Decreto-Lei n.º 7.988, de 22 de setembro de 1945, para aprovação. Tal decreto se referia à criação do curso superior em Ciências Contábeis e Atuariais, assim como elencava disciplinas que precisavam ser ministradas durante o curso. Esse acontecimento é um marco histórico para a Ciência Contábil, de tal maneira que, na data que o decreto-lei foi sancionado, é comemorado o dia do Bacharel em Ciências Contábeis.

Atualmente a educação superior brasileira tem como uma das finalidades estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente (Lei n.º 9.394/1996, Art. 43, inciso VI). É perante esse ambiente que se encontram dois instrumentos principais para esta pesquisa: o ensino do curso de graduação em Ciências Contábeis, ciência social que evolui com as necessidades e inovações da sociedade; e o discente, que se faz presente no ambiente acadêmico como receptor do conhecimento.

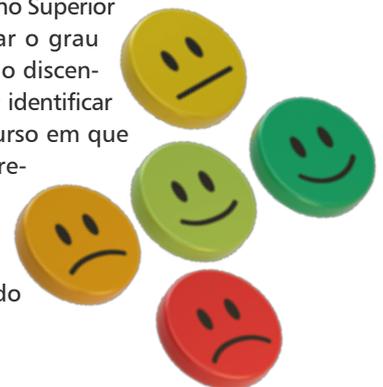
Com frequência, são publicados em anais de congressos e revistas especializadas na área con-

tábil diversos artigos que tratam sobre o ensino contábil. Contudo, essas pesquisas são limitadas, ou seja, não permitem uma macrovisão sobre o ensino contábil brasileiro; geralmente delimitadas a uma disciplina do curso, em apenas uma instituição de ensino ou instituições de uma única cidade. E têm-se, em sua maioria, como objeto de coleta de dados, as ementas das disciplinas ou os docentes da área contábil de determinada instituição.

Dessa forma, o estudo objetiva apresentar o ensino contábil brasileiro em um diferente aspecto: o do receptor da mensagem, o discente, entendendo-se que a abordagem sob esse ponto de vista faz-se necessária para conhecer os pontos fortes e fracos do ensino contábil brasileiro. A questão problema surgiu a partir da inquietação em dar maior destaque na voz dos estudantes, por isso baseia-se na seguinte pergunta: **Qual o grau de satisfação de estudantes de graduação em Ciências Contábeis com o ensino da Contabilidade no Brasil?**

A partir da justificativa ora mencionada e com o intuito de responder à problemática, o objetivo geral dessa pesquisa consiste em descrever o grau de satisfação de estudantes de graduação em Ciências Contábeis com o ensino da Contabilidade no Brasil.

Baseado no objetivo geral apresentado, foram levantados os seguintes objetivos específicos: identificar as características etnográficas dos discentes de graduação em Ciências Contábeis no Brasil; identificar o grau de satisfação do discente com a Instituição de Ensino Superior (IES); identificar o grau de satisfação do discente com o curso; identificar os ramos do curso em que os discentes pretendem atuar; identificar pontos fortes e pontos fracos do



ensino contábil brasileiro; identificar o grau de satisfação do discente com o docente; verificar participações dos discentes em atividades extracurriculares e identificar o conhecimento dos estudantes em línguas estrangeiras.

A partir do supracitado, o presente estudo justifica-se devido à relevância em se abordar sobre a educação superior, com enfoque no curso de graduação em Ciências Contábeis (o 5º curso com maior demanda no país, segundo o censo realizado em 2016 pelo Ministério da Educação) na perspectiva dos discentes, pois eles vivenciam periodicamente a realidade do curso. Em acréscimo, é importante destacar que o estudo também se justifica no caráter social, visto que se aborda sobre a educação superior no curso de graduação em Ciências Contábeis não apenas no âmbito municipal ou estadual, mas se alastrando para o âmbito nacional.

2. Referencial Teórico

Com a finalidade de embasamento teórico para a presente pesquisa, é apresentado inicialmente o referencial teórico aspectos que tangem a fatos históricos da Contabilidade sob perspectiva do ensino desta ciência no Brasil, seguidos de explanação sobre o ensino brasileiro no século XXI.

2.1 Contabilidade e Ensino Contábil Brasileiro

A Contabilidade é uma ciência antiga que se renova de acordo com o ambiente em que está presente, lidando com mudanças advindas dos usuários internos e/ou externos. Os fatores econômico-sociais impulsionam a contabilidade para modificações significativas ao ajuste do contexto atual, de maneira que seja preservada a sua essência e o seu objetivo de divulgar informações relevantes sobre as en-

tidades para os *stakeholders* (usuários da contabilidade).

No Brasil, a história da Contabilidade tem como episódio marcante a transferência da corte portuguesa para o país no ano de 1808, quando se percebeu a necessidade de controle e conhecimento sobre a gestão do dinheiro público, criando-se o Erário Régio por meio do Alvará publicado no dia 28 de junho de 1808.

Eu o Príncipe Regente faço saber aos que este Alvará com força de Lei vierem, que sendo indispensável nas actuaes circumstancias do Estado estabelecer quanto antes nesta Cidade Capital um Erario ou Thesouro Geral e Publico, e um Conselho da minha Real Fazenda, para a mais exacta Administração, Arrecadação, Distribuição, Assentamento e Expediente della (BRASIL, 1808).¹

Para gerenciamento das finanças estaduais instituídas no Erário Régio, sob alicerce nas práticas contábeis já utilizadas na cidade de Portugal, foi-se difundindo o uso do método de escrituração das partidas dobradas. Esse avanço na regulamentação do sistema de escrituração contábil proporcionou crescimento da utilização desta ciência nas operações relativas ao comércio de bens e serviços, assim como harmonizou a escrituração contábil brasileira, proporcionando maior clareza para futuras auditorias (neste período realizada pelo Presidente do Erário Régio ao final de cada semestre civil) e ao mesmo tempo seguindo padrões de contabilidade similares aos países mais desenvolvidos (Brasil, 1808 – Erário Régio).

I. Para que o methodo de escripturação, e formulas de contabilidade da minha Real Fazenda não fique arbitrario, e sujeito á maneira de pensar

de cada um dos Contadores Geraes, que sou servido crear para o referido Erario: ordeno que a escrituração seja a mercantil por partidas dobradas, por ser a única seguida pelas Nações mais civilizadas, assim pela sua brevidade para o maneiio de grandes sommas, como por ser a mais clara, e a que menos lograr dá a erros e subterfúgios, onde se esconda a malicia e a fraude dos prevaricadores (BRASIL, 1808).²

Dando sequência aos acontecimentos da história do ensino contábil no Brasil, em 14 de maio de 1856, entra em execução o Decreto n.º 1.763, modificando os estatutos referentes à Aula de Comércio da Corte. O decreto definia o tempo de duração do curso; direitos, deveres e penalidades cabíveis aos alunos, professores e funcionários; a idade mínima e os métodos de admissão dos alunos ao programa de ensino, assim como as matérias de ensino a serem lecionadas durante o período do curso, na qual se encontrava a disciplina Contabilidade e Escrituração Mercantil.

A Aula de Comércio nesse período tinha maior semelhança com a Ciência Contábil. Por isso, também se fazia presente na ementa curricular: a organização política e comercial (nacional e internacional); legislações relevantes para a prática profissional, como, por exemplo, a Legislação das Alfândegas e Código Comercial Brasileiro; e como diferencial de outros programas de ensino a disciplina Caligrafia, pois se tinha como finalidade o aperfeiçoamento da escrita dos estudantes. E como modo de desenvolvimento intelectual dos alunos, a taxa de matrícula paga por estes sujeitos eram revertidos em livros que abordassem as ementas curriculares das matérias de ensino da Aula de Comércio da Corte.

1 Texto transcrito do Alvará - De 28 de junho de 1808, de acordo com a reforma ortográfica vigente no período.

2 Texto transcrito do Título II do Alvará - De 28 de junho de 1808, de acordo com a reforma ortográfica vigente no período.

“A educação é um importante componente da realidade brasileira, sendo neste contexto responsável pela perpetuação e evolução do conhecimento, assim como se caracteriza como agente transformadora do ambiente social por meio da disseminação da informação.”

Em 1926, pelo Decreto n.º 17.329, é aprovado o regulamento para o ensino técnico comercial, dividido em: curso geral (duração de quatro anos), em que o aluno concluinte receberia o diploma de contador; e curso superior facultativo (duração de três anos), na qual o concluinte receberia o diploma de graduado em Ciências Econômicas e Comerciais. Entretanto, no ano de 1931, com o Decreto n.º 20.158, houve uma nova reforma na organização do ensino comercial e na regulamentação da profissão do contador, verificando-se uma expansão na quantidade de cursos técnicos relativos à área contábil (tais como: perito-contador, guarda-livros e atuário) e definição dos requisitos básicos e benefícios no exercício da profissão de contador.

Apesar da prévia aceitação e percepção da importância da Ciência Contábil para a sociedade brasileira, tanto no âmbito educacional quanto profissional, apenas em 22 de setembro de 1945, com o Decreto-Lei n.º 7.988, foi instituída a criação do curso superior de bacharelado em Ciências Contábeis e Atuariais, este decretado pelo então presidente da república Getúlio Vargas, na cidade do Rio de Janeiro. No ano seguinte, por meio do Decreto-Lei n.º 9.295 foi criado o Conselho Federal de Contabilidade (CFC), assim como os Conselhos Regionais de Contabilidade

(CRC) com a finalidade de exercerem funções de normatização e fiscalização do exercício profissional. Aproximadamente cinco anos depois, com a Lei n.º 1.401/1951, ocorreu o desmembramento do Bacharelado em Ciências Contábeis e Atuariais para Bacharelado em Ciências Contábeis e Bacharelado em Ciências Atuariais, visto que houve uma crescente demanda para os cursos, proporcionando autonomia para o ensino e desenvolvimento da Ciência Contábil.

Com a aprovação da Lei n.º 3.384, em 28 de abril de 1958, ocorre uma nova mudança no âmbito profissional da contabilidade, pois os guarda-livros passam a ser englobados na categoria de técnicos em contabilidade. Conforme disposto no Art. 1º da referida lei: “os profissionais habilitados como guarda-livros, [...] bem como os técnicos em contabilidade, [...] passam a integrar a categoria profissional de técnicos em Contabilidade, com as atribuições e prerrogativas atualmente conferidas aos guarda-livros”.

Com as periódicas atualizações das leis houve mudanças significativas no que tange às disciplinas ministradas no curso. Em 1945, ano em que foi estabelecido o curso superior em Ciências Contábeis e Atuariais, as disciplinas eram divididas

de acordo com os anos em que deveriam ser ministradas, ou seja, havia quatro divisões visto que o curso tinha 4 (quatro) anos de duração; as disciplinas tinham maior teor na área matemática, contabilística e direito. Em 1951, com o desmembramento do curso, ocorreram novas alterações dos componentes curriculares, sendo citadas as disciplinas a serem lecionadas, contudo sem sequência predefinida. Na Resolução do Conselho Federal de Educação, em 1963, que fixava conteúdos mínimos dos currículos dos cursos de graduação em Ciências Contábeis, havia divisão em ciclo básico – disciplinas de caráter de conhecimento amplo; e ciclo de formação profissional com disciplinas mais específicas para a área contábil.

Logo após, em 1992, a grade curricular sofre novas alterações para adequar-se às mudanças na demanda das competências e habilidades do profissional da contabilidade perante a sociedade brasileira, deste modo aprimorando o ensino de Contabilidade no Brasil. Com isso, é publicada a Resolução n.º 3/1992, que tem como característica a divisão das disciplinas em três diferentes abordagens que se complementam para o desenvolvimento de um profissional capaz de atender aos anseios da sociedade. A primeira categoria dizia



respeito aos conhecimentos de natureza humanística e social, porquanto a Contabilidade é caracterizada como uma ciência social e o seu profissional tem contato direto com o cliente; a segunda categoria abordava sobre os conhecimentos de formação profissional, com disciplinas de abordagem básica, específica e eletivas. Nesse espaço encontram-se os estudos da Economia, Direito e Administração, pois estão correlacionados com a prática contábil e o estudo dos variados ramos da Contabilidade; na terceira categoria, correspondente aos conhecimentos e atividades complementares, há enfoque no que diz respeito à pesquisa, aplicação da teoria na realidade empresarial (vivência prática), conteúdos diferenciais para a microrregião em que a instituição de ensino superior está inserida e a busca para o desenvolvimento crítico, resolutivo e criativo do profissional. O Parecer n.º 776/1997 do Conselho Nacional de Educação, que orientava as diretrizes curriculares dos cursos de graduação brasileiros, dispunha que

Entende-se que as novas diretrizes curriculares devem contemplar elementos de fundamentação essencial em cada área do conhecimento, campo do saber ou profissão, visando promover no estudante a capacidade de desenvolvimento intelectual e profissional autônomo e permanente. Devem também pautar-se pela tendência de redução da duração da formação no nível de graduação. Devem ainda promover formas de aprendizagem que contribuam para reduzir a evasão, como a organização dos cursos em sistemas de módulos. Devem induzir a implementação de programas de iniciação científica nos quais o aluno desenvolva sua criatividade e análise crítica. Finalmente, devem incluir dimensões éticas e humanísticas, desenvolvendo no aluno atitudes e valores orientados para a cidadania.

Os cursos de graduação precisam ser conduzidos, através das Diretrizes Curriculares, a abandonar as características de que muitas vezes se revestem, quais sejam as de atuarem como meros instrumentos de transmissão de conhecimento e informações, passando a orientar-se para oferecer uma sólida formação básica, preparando o futuro graduado para enfrentar os desafios das rápidas transformações da sociedade, do mercado de trabalho e das condições de exercício profissional (Parecer CNE n.º 776/97).³

Em 1999, a Resolução CFC n.º 853, posteriormente melhorada pela Resolução n.º 1.373/2011, instituiu o Exame de Suficiência para fins de registro profissional, como método de seleção para prática do exercício profissional apenas aos bacharéis e técnicos que demonstrarem possuir o conhecimento mínimo necessário sobre as técnicas e legislações em que é desenvolvida a Ciência Contábil.

Na linha do tempo da história do ensino contábil brasileiro, outro episódio que tem grande relevância é a Resolução n.º 10, de 16 de dezembro de 2004, emitida pela Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, pois estabelece as Diretrizes Nacionais para o Curso de graduação em Ciências Contábeis, assim como explana sobre competências e habilidades que as instituições de ensino devem fomentar nos estudantes do referido curso e o perfil profissional que se espera dos bacharéis. Necessário se faz que o profissional da contabilidade, por estar situado em um ambiente onde há grande volume de informações, esteja preparado para atualizar-se com as mudanças pro-

vindas da sociedade, compreendendo as questões sociais, econômicas e financeiras das entidades.

Nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Ciências Contábeis, foram instituídos três campos interligados de formação. O primeiro corresponde à formação básica, alicerce para o segundo campo: o de formação profissional, com disciplinas voltadas para as especificidades da Ciência Contábil; e, por fim, o terceiro campo de formação teórico-prática.

2.2 O Contemporâneo Ensino Brasileiro

O século XXI, também denominado “Era da informação e do conhecimento”, se caracteriza pelas mudanças provindas da globalização no ambiente sociocultural. Por isso, com a facilidade na obtenção de informações, o âmbito educacional também sofreu mudanças significativas para aproximar o ensino da realidade em que convive e se situa o discente. Segundo o filósofo Pierre Lévy, o ambiente digital permite diferentes modos de pensar e assim ao mesmo tempo de construir o conhecimento.

No atual contexto educacional, encontra-se o dilema entre a aplicação da teoria no contexto prático. A teoria explana sobre aspectos importantes relacionados ao tópico abordado, contudo a prática proporciona ao discente maior contato com o assunto, podendo perceber como aplicá-lo no cotidiano e a tecnologia pode ser grande aliada neste quesito. Em uma pesquisa realizada pela Fundação Lemann (2015), organização sem fins lucrativos que avalia a área de educação brasileira, foi constatado que, desde o ensino básico, a motivação e o estímulo dos discentes no que tange ao estudo diminui devido ao pouco espaço ofertado pelas instituições de ensino para desenvolvimento do conhecimento prático.

³ Parecer da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação n.º 776, de 3 de dezembro de 1997.

3. Metodologia

No que se refere à tipologia da pesquisa quanto aos objetivos se caracteriza como pesquisa descritiva, que, segundo Gil (1999, p.44), tem como finalidade descrever as características de determinada população ou fenômeno. A abordagem se adéqua à quantitativa, porquanto tem como desígnio garantir a precisão dos resultados, evitando distorções, conforme aponta Gil (1999, p.93).

De forma a alcançar a finalidade almejada, foi utilizado como técnica de pesquisa o levantamento de dados devido as suas vantagens, tais como: conhecimento direto da realidade, agilidade e possibilidade de quantificação dos dados para análise; e como instrumento para coleta de dados foi disponibilizado um questionário em ambiente virtual por meio da plataforma digital *Google Forms*. Entretanto, com o objetivo de divulgação do mencionado questionário foram contatados alguns Colegiados do curso de Ciências Contábeis das instituições de ensino brasileira, para que, deste modo, fosse possível alcançar um maior grupo de discentes de diferentes localidades do país. Segundo Lakatos (2003, p. 201), “o questionário é constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas sem a presença do pesquisador”, proporcionando

deste modo alcançar uma área geográfica mais ampla e, simultaneamente, atingir um maior número de pessoas com respostas mais rápidas e precisas, além de haver maior segurança e liberdade nas respostas pelo fato de a pesquisa ser anônima.

O questionário desenvolvido foi dividido em 5 seções, que avaliam diferentes tópicos relacionados ao ensino da graduação em Ciências Contábeis no Brasil. A primeira seção se caracteriza em identificar a etnografia e instituição de ensino dos referidos estudantes de graduação, além de mensurar o período que os mesmos iniciaram o curso. Em seguida, na segunda seção, são avaliados diferentes tópicos relacionados à instituição de ensino. Na terceira seção, buscou-se conhecer o nível de satisfação dos discentes com os seus cursos, bem como identificar as áreas de preferências para atuação ao final da graduação. Na quarta seção, é realizada uma avaliação no que se refere aos docentes do curso. E por fim, a última seção consiste de perguntas para uma autoavaliação dos estudantes quanto a sua presença em sala de aula, participação em atividades extraclasses, conhecimento de línguas estrangeiras, entre outros tópicos, pois, de acordo com Santana e Faria (2015), são fatores a serem considerados para avaliação, visto que o desempenho

do aluno durante o curso é correlacionado com a qualidade do ensino.

As perguntas tiveram como teor mensurar a satisfação dos discentes quanto aos tópicos mencionados de acordo com a escala de *Likert*, que, segundo Lakatos (2003, p. 206), consiste em um método de emissão de julgamento por meio de uma escala com diferenciados graus de intensidade para um mesmo item. Portanto, as respostas obtidas foram quantitativas indicando um grau de intensidade crescente ou decrescente. Do mesmo modo, havia uma questão opcional aberta para que fosse possível a expressão de ideias, sugestões e críticas relacionadas ao ensino contábil.

Por haver mais de 200.000 estudantes de Contabilidade no Brasil, de acordo com o censo realizado em 2016, a quantidade da amostra selecionada na pesquisa foi baseada na fórmula de população infinita. Deste modo, considerando a proporção populacional de 0,5, o grau de confiança de 99% e margem de erro de 4,45%, totalizou-se a amostra de 686 estudantes.

4. Apresentação e Análise dos Dados

As 53 instituições de ensino superior (IES) que tiveram alunos participando na pesquisa encontram-

“Em 1926, pelo Decreto n.º 17.329, é aprovado o regulamento para o ensino técnico comercial, dividido em: curso geral (duração de quatro anos), em que o aluno concluinte receberia o diploma de contador; e curso superior facultativo (duração de três anos), na qual o concluinte receberia o diploma de graduado em Ciências Econômicas e Comerciais.”

se em diferentes estados do Brasil, conforme apresentado na Figura 1. No entanto as regiões Sudeste e Sul concentraram um maior número, com 17 instituições de ensino em cada região; em contraste, a região Norte tem escassa participação na pesquisa, representada por apenas 2 instituições de ensino.

4.1 Características etnográficas de discentes de graduação em Ciências Contábeis no Brasil

Inicialmente, buscou-se conhecer o perfil dos estudantes de Ciências Contábeis, constatando-se que a maior parcela pertence ao sexo feminino (59,80%) e da cor ou raça branca (60,80%). Também foi examinado o percentual de discentes que atuam na área contábil e obteve-se que 42,27% dos estudantes estão atuando durante o curso.

É válido destacar que apesar da predominância da cor ou raça branca, o curso de Ciências Contábeis também é representado por outras cores ou raças ainda que sejam de baixa expressão na pesquisa, tais como a cor ou raça: parda (27,60%), preta (10,90%), oriental (0,60%) e indígena (0,10%). Outro fator que cabe ser destacado é a faixa etária dos estudantes que são aglomerados em parcela significativa na faixa dos 18 até 24 anos com 67,73%, revelando tratar-se de uma população jovem. Também foi identificado que 1,50% da amostra se encontra na faixa etária abaixo dos 18 anos de idade, enquanto 12,69% estão acima dos 30 anos.

Dos 686 estudantes que compuseram a amostra da pesquisa, 22,72% estavam cursando o 2º semestre do curso, seguidos do 1º semestre (13,99%) e do 8º semestre (13,41%) durante o período da coleta de dados. Então, infere-se que a amostra populacional está matriculada em diferentes semestres, o que possibilita dados na pesquisa com maior exatidão dado aos di-

ferenciados tempos de vivência no curso. Cabe ressaltar que algumas IES têm o período de graduação do curso de 5 anos, enquanto na maioria o curso é realizado em 4 anos. Por isso, na pesquisa, existem estudantes que estão cursando entre o nono e décimo semestre.

4.2 Grau de satisfação com a Instituição de Ensino Superior (IES)

Foram mensurados aspectos relacionados à infraestrutura das instituições de ensino superior, bem como outros fatores, em virtude de que o ambiente acadêmico em que o discente está inserido é importante para a vivência de novas experiências, desenvolvimento de valores morais, além de que um ambiente agradável proporciona ao discente o desenvolvimento da proatividade, criatividade e produtividade.

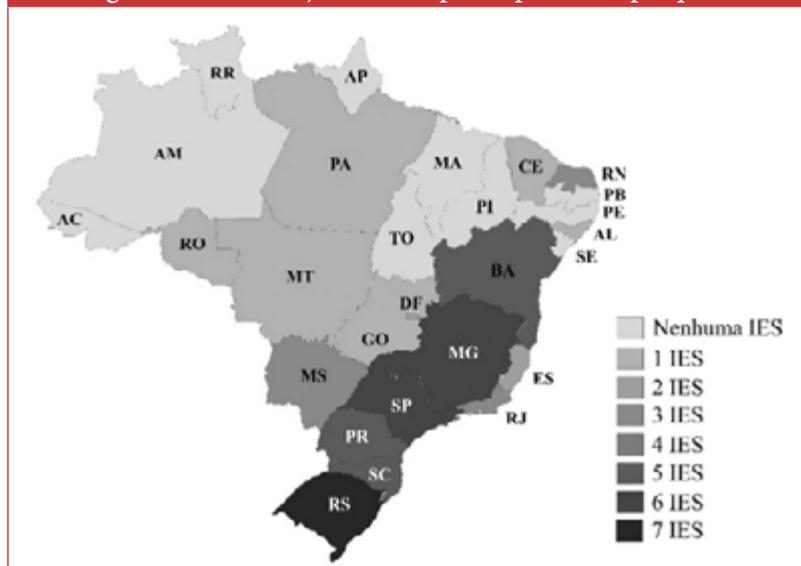
O nível de satisfação dos discentes quanto à infraestrutura da IES é considerado bom por 46,94% dos estudantes, sendo relevantes também o percentual de 15,31% referido ao excelente e 26,38% ao razoável; o percentual referente ao péssimo (1,31%) e ruim (10,06%) são expres-

sivamente baixos não representando grande influência. Ainda condizente com o tópico, a limpeza da IES é abordada em sua maioria como boa (47,52%), excelente (25,66%) e razoável (20,70%), respectivamente.

As regras de convivência visam ao estabelecimento de normas que produzam um ambiente harmonioso, caso sejam seguidas. Devido a isso, as IES desenvolvem-nas conforme seja necessário. De acordo com Kuiava (2015), nas instalações do campus o ambiente de convivência impulsiona novas descobertas e favorece o aprendizado entre os próprios atores do processo: o estudante, mediante discussões ou momentos de reflexão.

Portanto, em relação às regras de convivência para um percentual acima da metade dos entrevistados, são avaliadas no nível bom (57,87%), em seguida, excelente (21,57%), razoável (16,91%), ruim (2,77%) e péssimo (0,87%). Com relação ao espaço de convivência disponibilizado pelas IES para os discentes, foram constatados resultados similares, com o percentual mais expressivo na opção bom (49,71%).

Figura 1 – Localização das IES participantes na pesquisa



Fonte: Desenvolvido pelo autor, 2018.

No atual contexto, com a ascensão da tecnologia, transpassando o ambiente educacional, necessário se faz que haja políticas e regras claras nas IES quanto a este aspecto. Nesse sentido, grande parte dos respondentes salientou que em IES que proporciona a liberdade do uso de celular em sala de aula nem sempre é um fator positivo, pois alguns discentes dependem mais tempo navegando na internet do que prestando atenção na aula e, em algumas ocasiões, causando desconforto tanto para o docente quanto para os colegas de sala, ou seja, atrapalhando o aprendizado.

No que se refere especificamente às salas onde são ministradas as aulas do curso, existe uma grande parcela dividida entre boa (48,54%) e razoável (31,28%). A classificação como péssimo (1,17%) ou ruim (7%) também não tem grande relevância para a pesquisa. É importante notar que, nos cursos de graduação em Ciências Contábeis, a sala de aula é um ambiente muito utilizado, uma vez que, na maioria das IES que compõem a pesquisa, o curso é oferecido no turno noturno, o que impossibilita a constante realização de visitas técnicas. Contudo, é possível realizar a prática da profissão contábil nos laboratórios destinados a esta finalidade ou, até mesmo, em laboratórios de informática existentes nas IES. A classificação por parte dos estudantes, quanto aos laboratórios utilizados, também é no nível bom (38,19%) e excelente (15,01%), mas o percentual referente à classificação ruim (11,95%) e péssimo (4,96%) não é desprezível.

Como pontos negativos, são apontados por estudantes de uma universidade localizada em Mato Grosso, por exemplo, os problemas ergonômicos, por causa das cadeiras utilizadas que provocam

difficultades de concentração e que interferem negativamente no processo de aprendizagem.

O Restaurante Universitário (RU) é considerado excelente por 14,87% dos estudantes e razoável por 26,68%, contudo tem-se maior percentual no nível bom (35,86%). Pertinentes aos aspectos negativos, a classificação ruim tem 11,08%, e a avaliação péssima se exprime com 11,52%, podendo ser explicado em parte, de acordo com dados da pesquisa, pelo fato de algumas IES não oferecerem este serviço para a comunidade acadêmica.

No que se refere às bibliotecas, apesar de o nível bom representar maior parcela na pesquisa (40,96%), são classificadas por 30,90% dos estudantes como excelentes, o que revela a preocupação das IES em investimento no capital intelectual dos discentes, por meio da disponibilização de livros e materiais bibliográficos inerentes a área contábil.

Considerando que no século XXI a informação é uma importante fonte de conhecimento, na pesquisa foi constatado que a divulgação de informações por parte das instituições de ensino para os discentes é classificada como excelente (26,38%) e boa (48,98%), sendo considerada por 2,04% como péssima e por 4,23% como ruim.

4.3 Grau de satisfação com o curso

Segundo avaliação dos estudantes, a qualidade no ensino é considerada por 47,81% como boa e 37,61% como excelente. Os respondentes mencionaram que a qualidade no ensino nas IES é melhor que a infraestrutura física, o que é ratificado pelos dados da pesquisa. Em contrapartida, o reconhecimento/credibilidade das instituições de ensino superior na qual o curso é ministrado é de excelência no mercado nacional, se-

gundo os estudantes, sendo mensurado pelo percentual de 48,10%, o que possibilita o ingresso mais ágil no mercado de trabalho, após o término da graduação.

Também foram avaliados requisitos pertinentes ao curso de graduação em Ciências Contábeis, como, por exemplo, a grade curricular, os docentes e a coordenação do curso. Os dados apresentados nesta seção são cruciais para a pesquisa, porque apresentam alguma das dificuldades encontradas pelos estudantes durante o seu processo de graduação.

Os participantes da pesquisa avaliaram a grade curricular do curso como boa (54,66%). Os estudantes também comentaram sobre a necessidade de atualização das grades curriculares, inserindo disciplinas mais técnicas e inovadoras voltadas para a atuação profissional, como, por exemplo, disciplinas concernentes ao uso do Microsoft Excel e a atual tecnologia na área contábil. Em relação às ementas das disciplinas, foram classificadas por 57,58% dos estudantes como boa e por 14,14% como excelente.

Quanto à carga horária das aulas do curso, foi considerada boa (61,37%) e excelente por 19,83% da amostra, assim como os horários de aula foram classificados por 23,32% da amostra como razoável, porém tendo maioria significativa classificada como boa (57,58%). É válido salientar que, na maioria das IES, o curso é oferecido no turno noturno, mas, em algumas IES, é em período integral (matutino/vespertino), o que para muitos estudantes, conforme observado na pesquisa, é um problema no que tange à possibilidade de iniciar um estágio, pois há dificuldades em conciliar as aulas do curso com o horário de trabalho.

Em relação à satisfação com a coordenação do curso, esta foi classificada por 49,13% como boa

e por 2,04% como péssima; e o nível de satisfação com os docentes foi considerado bom por 55,83%, excelente por 29,01% e péssimo por 0,58%. Foi destacado que existem docentes que não têm metodologia de ensino, o que é fator de desânimo para os estudantes prosseguirem no curso, além de solicitarem nas avaliações assuntos não discutidos em sala de aula. Outro aspecto negativo, segundo dados da pesquisa, é o não incentivo pela busca do conhecimento científico devido à indisponibilidade e/ou à falta de interesse dos docentes em orientarem projetos de pesquisa ou outras atividades extracurriculares.

No que tange à satisfação com as atividades práticas, 37,32% da amostra classificaram com o conceito bom; 30,17% como razoável; 13,70% como ruim; 13,41% como excelente e 5,39% como péssimo. Existe uma grande parcela com percepção negativa acerca deste quesito, pois creem que a falta de prática da Ciência Contábil dentro do ambiente universitário é um problema ao adentrar no mercado de trabalho; porquanto as IES apenas focam em disseminar o conhecimento sob o ponto de vista teórico.

Quando questionado aos estudantes sobre as referências, apesar de em algumas IES existir necessidade de disponibilização de materiais bibliográficos mais atuais referentes à Contabilidade, *a priori* com as novas mudanças provindas com a Lei n.º 11.638/2007 para a convergência da contabilidade as normas internacionais, esse quesito foi considerado como bom por uma significativa parte da amostra (55,83%), excelente por 24,49%, razoável por 16,18%, ruim por 2,77% e péssimo por 0,73%.

De acordo com 77,26% dos estudantes, a maior finalidade do curso é a formação profissional, enquanto que para 13,56% o objetivo do curso é a formação teórica e para 9,18% o

motivo principal é somente a obtenção do título em bacharel.

Sob a percepção dos discentes, o cenário do mercado de trabalho em Contabilidade é extremamente positivo, seja pela diversificação de áreas para atuar ou pela necessidade governamental em conhecer as alterações patrimoniais das entidades, buscando enquanto profissional não apenas o reconhecimento, mas também o exercício de um papel de cidadão comprometido com a sociedade. Conforme o levantamento de dados da pesquisa, 46,79% dos estudantes classificaram como bom o mercado de trabalho na área contábil, enquanto 37,32% avaliam como excelente. Para o nível péssimo, foi mensurado 0,58%; ruim 1,46%; e razoável 13,85%. Também é sugerido para as IES maior acompanhamento e orientação para com os alunos acerca da carreira e do mercado de trabalho, bem como estimular a inserção dos discentes em estágios a fim de poderem conciliar a teoria acadêmica com a prática profissional, pois estes fatores se estiverem conectados podem auxiliar a alavancar o ensino da Ciência Contábil.

Uma ramificação interessante encontrada nesse quesito se refere à quantidade de estudantes que já concluíram outras graduações, mas que veem na Contabilidade oportunidades para aprimorar conhecimentos, diferenciar-se no mercado de trabalho e ter uma visão detalhista sobre a organização para tomada de decisões assertivas.

Quando questionados sobre a área de preferência para atuação após o final da graduação, foi expressa, com o percentual de 32,51%, a busca por concursos, seguida por 16,33% da amostra que tem como preferência a área de Auditoria. Sequencialmente, a área Acadêmica e a de Consultoria têm

expressão na pesquisa de modo igualitário, ambos escolhidos por 10,06% dos estudantes.

São aludidos outros ramos contábeis, tais como: Análise/Perícia Contábil (8,60%), Análise Tributária (8,60%), Fiscalização (3,06%), Financeira (1,90%), Controladoria (1,60%), Atuarial (1,17%), Pesquisa (0,44%), Pública (0,29%) e outros (3,50%). Na categoria outros constam as áreas: Trabalhista, Internacional, Gestão De Pessoal, Bancária, Comércio Exterior, Mercado Financeiro, assim como a de Empreendedores e Escritórios Contábeis. Ainda, as respostas obtidas indicam que 1,90% dos respondentes se encontra indeciso em relação à área da Contabilidade na qual pretende trabalhar após formado.

4.4 Grau de satisfação com o docente

Foram avaliados os aspectos referentes à participação do docente no processo de formação do profissional da contabilidade, obtendo-se como resultado no que se refere à assiduidade do professor a classificação de bom por 53,50%, em seguida excelente por 34,11% dos respondentes. Os resultados foram similares em relação ao cumprimento do horário de aula, sendo que 53,89% avaliaram com a opção boa e 30,90% como excelente, contudo 12,39% classificaram como razoável, 2,19% como ruim e 0,73% como péssimo. Estes últimos percentuais foram justificados pelos estudantes devido ao fato de determinados professores dispensarem as aulas, transcorridos apenas alguns minutos após o início, o que ocasiona como consequência o não cumprimento do conteúdo programático da disciplina.

Com relação à clareza por parte do docente na explanação do assunto em sala de aula, esta foi classificada por 18,37% da amostra como excelente, sendo que a maior parte

(52,77%) foi avaliada como boa. A metodologia de ensino foi classificada como ruim por 6,85% e como péssima por 1,46% dos respondentes, contudo 14,58% classificou a metodologia utilizada pelos professores como excelente e 48,54% avaliaram-na como boa, enquanto 28,57% avaliaram como razoável.

Como ferramenta utilizada pelas IES para o discente acompanhar o andamento do seu rendimento acadêmico, é disponibilizado o portal do aluno, em que são informadas as faltas nas classes, notas, atividades e informações complementares, além de ser uma forma de comunicação entre professor-aluno. Constatou-se que 44,31% dos respondentes avaliaram como boa a periodicidade de atualização do portal do aluno e 16,76% como excelente. Entretanto a classificação péssima (3,64%) e ruim (8,31%) revelam a não atualização constante do portal do aluno – que é responsabilidade do docente, porém em contraste 26,97% classificaram-na como razoável. Quando questionados sobre a divulgação do programa da disciplina, uma parte significativa da amostra marcou a opção bom (48,69%) ou excelente (26,97%). A classificação ruim foi mencionada por 4,08% e a péssima somente por 0,87%.

Na avaliação dos discentes, os docentes têm grande domínio sobre os assuntos abordados em sala de aula, por isso este quesito teve uma maior parcela avaliada como bom (49,42%), seguido da classificação excelente (34,26%) e razoável (13,56%). A classificação ruim (2,04%) ou péssima (0,73%) é pouco significativa. Quando avaliado o espaço que o docente cede para que o discente possa expor seu ponto de vista, esse foi considerado em sua maioria como: excelente (29,59%), bom (48,10%) ou razoável (16,47%).

Um dos quesitos mais importantes desta subseção da pesquisa se re-

ferre à coerência dos assuntos abordados pelo docente em sala de aula e as avaliações, bem como a discussão das avaliações após entrega para esclarecimento de potenciais dúvidas. No que se refere ao primeiro quesito mencionado, é classificado como bom por 53,94%, enquanto o segundo por 49,27%. A classificação excelente é expressa por 23,76% e 25,07%, respectivamente. É importante ressaltar o percentual referente ao razoável, ao ruim e ao péssimo, no que tange à coerência entre os assuntos e as avaliações, é mensurado por 17,64% para razoável, 4,37% para ruim e 0,29% para péssimo; e o que se refere à discussão das avaliações é exposto para a classificação razoável o percentual de 19,68%, 3,64% para o ruim e 2,33% para o péssimo.

O relacionamento do docente com o discente foi classificado pela amostra como bom (53,21%), tendo o segundo percentual na classificação excelente (26,24%). E a disponibilidade do docente para atendimento é avaliada como bom por 51,75% e excelente por 21,57%.

4.5 Autoavaliação do discente quanto à vivência universitária

Nessa seção do questionário, teve-se como objetivo conhecer alguns quesitos relativos aos próprios discentes do curso de graduação em Ciências Contábeis. Dado o exposto, entendem-se essas questões como de autoanálise ou reflexiva, visto que é o perfil do sujeito da pesquisa que se busca compreender. São abordados o nível de satisfação e a frequência na realização de determinadas atividades. Segundo dados da pesquisa, 49,71% dos estudantes classificaram seu comparecimento às aulas como bom e 37,32% como excelente. A participação nas aulas foi avaliada como bom por 52,77% e excelente por 15,89%; contudo 25,36% classificam como razoável e 5,25% como ruim.

Também foi classificado com a opção bom por 47,81% a discussão entre os discentes sobre os assuntos abordados em sala de aula; em paralelo, foi avaliada como razoável por 24,64% e excelente por 20,99%. Mas também há classificações negativas relevantes como a ruim com 5,39% e o péssimo com 1,17%. No que tange à realização das atividades solicitadas esta foi representada por 55,39% na classificação boa, 24,93% avaliada como excelente e 17,64% como razoável.

O desempenho acadêmico foi considerado pelos respondentes como bom (61,22%), razoável (22,16%) e excelente (14,14%). É sabido que para o aprendizado apenas o que é apresentado pelo docente em sala de aula não é o suficiente. Devido a isso, é necessário dedicar-se ao estudo além do horário de aula. Na pesquisa foi constatado que 43,98% dos estudantes classificaram como bom esse quesito e 42,81% como razoável. Mas também é válido ressaltar que não consta qualquer percentual na categoria excelente, enquanto a classificação péssima (4,52%) e ruim (8,70%) tem grande expressão na pesquisa.

O engajamento em projetos extraclasse é fundamental para o desenvolvimento pessoal e profissional do discente, além de proporcionar *networking* e instigar a criatividade e o pensamento crítico. Os dados da pesquisa revelaram que há pouca participação dos estudantes de graduação em Ciências Contábeis em tais projetos, pois cerca de 28,13% dos discentes às vezes participam, 27,41% raramente, 15,16% frequentemente, mas 21,87% nunca se envolveram com tais atividades e/ou projetos extraclasse e somente 7,43% sempre participam.

Em relação às atividades/projetos que os discentes participam ou participaram, tem-se como maior expressão os projetos de extensão

(17,49%), tais como: o projeto de Imposto de Renda de Pessoa Física (IRPF) voluntário e o Núcleo Administrativo-Financeiro (NAF). Em seguida, têm-se o projeto de pesquisa (15,74%), o movimento estudantil (9,62%), a iniciação à docência (7,43%), a apresentação de trabalhos em congressos (6,56%) e a participação em Empresas Juniores (1,60%) que visam conciliar o aprendizado universitário com vivência empresarial. A opção outros foi assinalada por 1,90% e engloba atividades atléticas do curso de Ciências Contábeis, intercâmbio, o CRC Jovem, coral, participação em fóruns de acessibilidade, entre outros.

4.6 Grau de conhecimento de línguas estrangeiras

Segundo Santana e Faria (2015), na área de negócios, o conhecimento de outros idiomas, além da Língua Portuguesa, é uma crescente necessidade para o profissional da contabilidade. Com base na referida citação, nessa subseção buscou-se identificar o grau de conhecimento acerca de línguas estrangeiras pelos discentes do curso de Ciências Contábeis.

A Língua Inglesa apresenta o maior grau de conhecimento pelos discentes; 7,57% se consideram excelentes neste idioma, entretanto a maior parcela se encontra na classificação razoável (32,36%), enquanto 22,45% da amostra consideravam seu conhecimento como ruim e 18,37% como péssimo. Quanto à Língua Espanhola, 38,92% assinalaram a classificação razoável, mas 27,26% marcaram a opção ruim e 24,20% a opção péssima. Apenas 1,60% se consideravam excelentes no idioma. Por fim, na Língua Francesa apenas 0,58% se consideram bons e 3,21% marcaram a opção razoável, enquanto 80,27% informaram ter um péssimo nível de conhecimento acerca do idioma francês.

5. Considerações Finais

O objetivo principal dessa pesquisa foi compreender sob a ótica do discente, sujeito principal no ambiente acadêmico, o nível de satisfação com o curso de graduação em Ciências Contábeis no Brasil. Para isso houve um dimensionamento da amostra da pesquisa a partir da fórmula estatística de população infinita, resultando em 686 participantes na pesquisa.

Em relação ao perfil etnográfico da amostra, percebeu-se a preponderância feminina (59,80%), da raça branca (60,80%) e faixa etária até 24 anos (69,23%). Os discentes apontaram como bom o grau de satisfação com a Instituição de Ensino Superior, sua infraestrutura, laboratórios, qualidade no ensino, regras de convivência, entre outros quesitos, e consideraram como excelente o reconhecimento da IES no mercado nacional.

De acordo com os dados expostos, o nível de satisfação dos discentes também foi considerado bom no que se refere ao curso de Ciências Contábeis, em relação à coordenação do curso, aos docentes, à grade curricular, à carga horária, assim como também ao mercado de trabalho. As atividades práticas ofertadas no curso também foram classificadas como boa, entretanto com ressalvas devido a não continuidade desse tipo de atividades nas disciplinas do curso, pois, segundo os discentes, a prática faz com que eles se sintam preparados para atuar no mercado de trabalho.

Inferre-se, assim, que existem *gaps* que precisam ser melhorados e/ou extinguidos para proporcionar maior desenvolvimento dos discentes para a vivência empresarial da Ciência Contábil, visto que para a maior parte dos discentes a principal finalidade do curso é a formação profissional, tendo como áreas preferenciais para atuação profes-

sional a realização de concursos e a auditoria. Percebeu-se, também, que há uma minoria de discentes que estão indecisos quanto ao ramo pretendido de atuação.

Quanto à rotina e atividades desenvolvidas pelo docente o nível de satisfação permanece na classificação bom, pois eles têm boa assiduidade e cumprimento do horário das aulas, além de apresentarem com clareza o conteúdo e demonstrarem domínio sobre o tema abordado em sala de aula. Um dos pontos negativos a respeito do docente consiste na dificuldade de compreensão devido a não utilização de metodologias de fácil aprendizado e a não coerência entre o conteúdo abordado em sala de aula e as avaliações.

Também foram questionados os sujeitos da pesquisa identificando-se um bom nível de comprometimento e participação nas aulas, bem como bom desempenho acadêmico e dedicação ao estudo da Ciência Contábil fora da sala de aula. Um fator negativo é que existem estudantes que nunca foram à biblioteca e um baixo percentual que tem o hábito de utilizá-la.

A participação dos estudantes em projetos extraclasses e/ou voluntários também é baixa. Alguns estudantes mencionaram na pesquisa que esta é uma consequência da falta de estímulo da IES, assim como da baixa quantidade de projetos disponibilizados pela coordenação do curso. Ademais, um bom número de estudantes mencionou que participa de projetos de extensão e está envolvido com projetos de pesquisa.

Uma expressiva parcela dos estudantes trabalha na área contábil, mas também é evidente a falta de conhecimento em línguas estrangeiras, de uma maneira geral.

Por fim, pode-se considerar como adequado o nível de satisfação dos estudantes de graduação

com o curso de Ciências Contábeis, além de que, com os resultados e a análise da pesquisa, pode-se ter uma ampla visão sobre aspectos positivos e negativos para a promoção do desenvolvimento de novas estratégias para a melhoria do curso, em seu aspecto geral, nas IES brasileiras.

Sugere-se a outros pesquisadores a realização de pesquisas voltadas para a área temática de educação a fim de buscar conhecer o perfil dos estudantes universitários do curso, tendo como enfoque a análise de fatores relacionados à baixa procura dos discentes na área acadêmica, assim como se

existe oferta suficiente na contemporaneidade para alocação dos profissionais da contabilidade que pretendem seguir na área de concursos ou de histórias de vida sobre estudantes que são graduados e encontraram na Contabilidade uma oportunidade para se destacar no mercado de trabalho.

6. Referências

BEUREN, Ilse Maria; LONGARAY, André Andrade; RAUPP, Fabiano Maury; SOUSA, Marco Aurélio Batista de; COLAUTO, Romualdo Douglas; PORTON, Rosimere Alves de Bona. *Como elaborar trabalhos monográficos em Contabilidade: teoria e prática*. 3 ed. - São Paulo: Atlas, 2006.

BRASIL. ALVARÁ, DE 28 DE JUNHO DE 1808. *Crêa o Erario Regio e o Conselho da Fazenda*. Rio de Janeiro, RJ, jun 1808.

BRASIL. DECRETO N.º 1.763, DE 14 DE MAIO DE 1856. *Dá novos Estatutos á Aula do Commercio da Côrte*. Rio de Janeiro, RJ, mai 1856. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1763-14-maio-1856-571246-publicacaooriginal-94337-pe.html>>. Acesso em: 25 jun. 2018.

BRASIL. DECRETO N.º 17.329, DE 28 DE MAIO DE 1926. *Approva, o regulamento para os estabelecimentos de ensino technico commercial reconhecidos oficialmente pelo Governo Federal*. Rio de Janeiro, RJ, mai 1926. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-17329-28-maio-1926-514068-republicacao-88142-pe.html>>. Acesso em: 25 jun. 2018.

BRASIL. DECRETO N.º 20.158, DE 30 DE JUNHO DE 1931. *Organiza o ensino comercial, regulamenta a profissão de contador e dá outras providências*. Rio de Janeiro, RJ, jun 1931. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-20158-30-junho-1931-536778-republicacao-81246-pe.html>>. Acesso em: 25 jun. 2018.

BRASIL. DECRETO-LEI N.º 7.988, DE 22 DE SETEMBRO DE 1945. *Dispõe sobre o ensino superior de ciências econômicas e de ciências contábeis e atuariais*. Rio de Janeiro, RJ, set 1945. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-7988-22-setembro-1945-417334-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 25 jun. 2018.

BRASIL. DECRETO-LEI N.º 9.295, DE 27 DE MAIO DE 1946. *Cria o Conselho Federal de Contabilidade, define as atribuições do Contador e do Guarda-livros e dá outras providências*. Rio de Janeiro, RJ, mai 1946. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del9295.htm>. Acesso em: 07 jul. 2018.

BRASIL. LEI N.º 1.401, DE 31 DE JULHO DE 1951. *Inclui, no curso de ciências econômicas, a cadeira de Historia Econômica Geral e do Brasil, e desdobra o curso de ciências contábeis e atuariais*. Rio de Janeiro, RJ, jul 1951. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-1401-31-julho-1951-375767-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 25 jun. 2018.

BRASIL. LEI N.º 3.384, DE 28 DE ABRIL DE 1958. *Dá nova denominação à profissão de guarda-livro*. Rio de Janeiro, RJ, abr 1958. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L3384.htm>. Acesso em: 25 jun. 2018.

BRASIL. LEI N.º 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996. *Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional*. Brasília, DF, dez 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/19394.htm>. Acesso em: 25 jun. 2018.

Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p. BRASIL. *Constituição* (1988). Constituição da República Federativa do Brasil.

CASTRO, Claudio de Moura. *Educar para o ofício ou educar para mudar de ofício?* Revista Ensino Superior – UNICAMP, São Paulo, n. 3, p. 20 - 39, jun. 2011.

Conselho Federal de Contabilidade. Disponível em: <<http://cfc.org.br/>>. Acesso em 08 de julho de 2018.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Resolução n.º 1.373, de 8 de dezembro de 2011. *Regulamenta o Exame de Suficiência como requisito para obtenção ou restabelecimento de Registro Profissional em Conselho Regional de Contabilidade (CRC)*. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 14 dez. 2011. Seção 1, p. 81.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Parecer n. 776 de 3 de dezembro de 1997. *Orienta para as diretrizes curriculares dos cursos de graduação*. Brasília, DF, dez 1997. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/PCNE776_97.pdf>. Acesso em 09 jul. 2018.

GIL, Antonio Carlos. *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. 5. ed -São Paulo: Atlas, 1999.

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Censo da Educação Superior*. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/censo-da-educacao-superior>>. Acesso em: 25 jun. 2018

KUIAVA, Evaldo Antonio. O desafio da convivência no ambiente universitário. *Revista UCS*, Rio Grande do Sul, ano 3, n.º 16, mar./abr. 2015. Disponível em: <<https://www.ucs.br/site/revista-ucs/revista-ucs-16a-edicao/artigo-o-desafia-da-convivencia-no-ambiente-universitario/>>. Acesso em: 03 ago. 2018.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. *Fundamentos de Metodologia Científica*. 5. ed., São Paulo: Atlas, 2003.

_____. *Fundamentos de Metodologia Científica*. 7. ed., São Paulo: Atlas, 2010.

MARION, José Carlos; JUNIOR, Antonio Robles. *A Busca da Qualidade no Ensino Superior de Contabilidade no Brasil*. Contabilidade Vista & Revista, Belo Horizonte, v. 9, n. 3, p.13-24, set. 1998.

MARION, José Carlos. *O Ensino da Contabilidade*. São Paulo: Editora Atlas, 1996.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Conselho Nacional de Educação. Resolução n.º 2, de 18 de junho de 2007. *Dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial*. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 19 jun. 2007. Seção 1, p. 6.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Conselho Nacional de Educação. Resolução n.º 6, de 10 de março de 2004. *Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Ciências Contábeis, bacharelado, e dá outras providências*. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 8 abr. 2004. Seção 1, p. 28.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Conselho Nacional de Educação. Resolução n.º 10, de 16 de dezembro de 2004. *Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Ciências Contábeis, bacharelado, e dá outras providências*. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 28 de dez. 2004. Seção 1, p. 15.

SACRAMENTO, Célia Oliveira de Jesus. *O Ensino da Teoria da Contabilidade no Brasil*. Caderno de Estudos – São Paulo, n.º 18, maio - agosto de 1998.

SANTANA, Aline Rosário; FARIA, Juliano Almeida de. O perfil dos estudantes recém-ingressos no curso de Ciências Contábeis: uma análise à luz da teoria das Representações Sociais. *Revista Brasileira de Contabilidade*, [S.l.], n. 215, p. 54-67, nov. 2015. Disponível em: <<http://rbc.cfc.org.br/index.php/rbc/article/view/1310>>. Acesso em: 21 jul. 2018.

SANTOS, Paulo Luiz dos; SCHIMIDT, Paulo. *História da Contabilidade: foco na evolução das escolas do pensamento contábil*, São Paulo: Atlas, 2008.

SILVA, Antônio Carlos Ribeiro da; MARTINS, Wilson Thomé Sardinha. *História do pensamento contábil: com ênfase na história da contabilidade brasileira*. Curitiba: Juruá, 2009.

SILVA, Gustavo Miguel dos Santos da; ROSA, Fabricia Silva da. *O curso de Ciências Contábeis no Brasil: Um estudo sobre as políticas públicas de Ensino Superior e seu reflexo na Oferta e na Demanda no período de 2001 a 2013*. Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade, UNEB, Salvador, v. 6, n. 2, p. 94-111, maio/ago. 2016.



Fatores pessoais que influenciam a remuneração do *Chief Risk Officer* contratados por instituições financeiras no Brasil

O objetivo da pesquisa foi analisar fatores pessoais que influenciam o nível de remuneração de profissionais contratados para atuarem como *Chief Risk Officer* (CRO) em instituições financeiras brasileiras. Para isso, adotou-se uma abordagem quantitativa com recorte longitudinal de seis anos (2010 a 2015). Os dados são oriundos do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) e contemplaram 990 observações. A variável dependente foi o salário do CRO, conforme o registrado no Caged, e as variáveis independentes, denominadas “fatores pessoais”, foram: gênero, raça, grau de instrução, idade e localização geográfica. Para o desenvolvimento da análise, aplicou-se a estatística descritiva por meio de referências cruzadas; o teste Qui Quadrado, para a relação entre as variáveis; e a delimitação do perfil do profissional pelo teste de Análise de Homogeneidade através de Mínimos Quadrados Alternados (Homals). Quanto aos resultados, entre os fatores analisados, a raça é o único fator que não se relaciona com nenhum nível salarial, ou seja, ela não é determinante para a variabilidade salarial da amostra estudada. Conclui-se que o perfil do CRO Brasileiro que mais se relaciona com altos salários é o de um profissional do gênero masculino, localizado geograficamente na região Sudeste, com alto grau de instrução e com faixa etária entre 31 a 40 anos.

Juçara Haveroth

Graduada em Ciências Contábeis pelo Centro Universitário para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí (Unidavi), é mestre em Ciências contábeis pela Universidade Regional de Blumenau (Furb) e doutoranda em Ciências Contábeis e Administração pela Universidade Regional de Blumenau (Furb).

E-mail: jucara_haveroth@hotmail.com

Leonardo Bernardi Rohenkohl

Graduado em Ciências contábeis pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (Unijuí), é mestre em Ciências contábeis pela Universidade Regional de Blumenau (Furb).

E-mail: leo_pigos@hotmail.com

Marcia Zanievicz da Silva

Mestre em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), doutora em Ciências Contábeis e Administração pela Universidade Regional de Blumenau (Furb) e professora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis (PPGCC) da Universidade Regional de Blumenau (Furb).

E-mail: marciaza@gmail.com

2132 – Recebido em 16/11/2018. Distribuído em 16/11/2018. Pedido de revisão em 7/1/2019. Resubmetido pelo autor em 4/2/2019. Aprovado em 14/2/2019, na terceira rodada, por dois membros do Conselho Editorial. Publicado na edição maio-junho de 2019. Organização responsável pelo periódico: Conselho Federal de Contabilidade.

1. Introdução

A abordagem da Gestão de Risco Corporativo ou *Enterprise Risk Management* (ERM) vincula a gestão de risco com a estratégia de negócios. O ERM é mantido para promover a gestão, sendo que maior risco se traduz em melhor consciência do que é necessário para a tomada de decisões operacionais e estratégicas eficientes (LIEBENBERG; HOYT, 2003; ARENA, 2010).

Estudos, como os de Liebenberg e Hoyt (2003), Beasley, Clune e Hermanson (2005) e Arena (2010), evidenciam que, em decorrência do aumento da complexidade do ambiente organizacional, a gestão de risco tem evoluído de um processo fragmentado para uma abordagem integrativa e formalizada, denominada de ERM ou Gestão de Riscos Corporativos. De acordo com Berkowitz (2001), o ERM é o processo de identificar riscos críticos, fazendo assim, a quantificação do impacto desses riscos nos objetivos financeiros, estratégicos e operacionais, desenvolvendo e integrando estratégias de gestão de risco para maximização do valor do empreendimento.

Ocorre que a expansão da gestão de risco de um processo fragmentado para algo integrativo amplia a necessidade de um profissional dedicado à sua gestão, tal profissional é nominado pela literatura internacional como *Chief Risk Officer* – CRO (BEASLEY; CLUNE; HERMANSON, 2005) ou, no contexto brasileiro, gestor de risco. Com essa expansão, a complexidade do cargo, bem como os atributos necessários para exercer a função foram elevados, fazendo com que a presença de um CRO possibilite à organização maior segurança no âmbito da gestão de riscos corporativos (LIEBENBERG; HOYT, 2003).

Para Beasley et al. (2005), a implementação do ERM está diretamente relacionada com a presença de um CRO, ou seja, quanto maior os riscos associados, mais se observa a opção por um gestor de riscos.

De acordo com uma entrevista concedida por Eliane Lustosa, presidente do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), a criação do cargo de CRO é importante, não somente para suporte à governança corporativa, mas também para demonstrar para todos na organização que a administração se importa com a gestão de risco, sendo que os processos necessários estão no lugar certo (AMARAL, 2015).

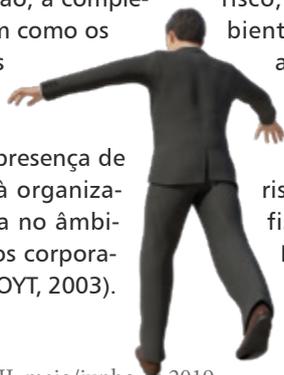
Adicionalmente, em uma busca realizada na rede social de negócios *LinkedIn*, constatou-se a existência de diversos anúncios para contratação de CRO. Tais anúncios, oriundos de cidades como Amsterdão, Hong Kong, Los Angeles, Londres, Mônique, Nova Iorque, Paris, Riga, São Paulo, Sydney e Tampa, eram predominantemente requeridos por bancos, seguradoras e financeiras, embora recuperaram-se anúncios de empresas do ramo da tecnologia, farmacêutico, inovação, automação, aviação, automobilismo e segurança. A amplitude de anúncios recuperados indica que a função de CRO tem adquirido espaço no mercado de trabalho em diversos ambientes empresariais, demonstrando a sua relevância.

Possivelmente, o aumento do número de vagas para o cargo de CRO se relacione com o crescimento do ERM e da própria gestão de risco, dentro do contexto ambiental analisado (BEASLEY et al., 2005; DAUD; YAZID; HUSSIN, 2010), além de que, implica a ascensão da função de gestão de risco como uma opção profissional para contadores. No entanto, no contexto brasileiro, pouco se sabe

sobre as características do cargo. Diante dessa realidade, configura-se a pergunta de pesquisa: **Quais fatores pessoais influenciam o nível de salário dos profissionais contratados para atuarem como CRO em empresas brasileiras?** Decorrente da questão de pesquisa, o objetivo é analisar fatores pessoais que influenciam o nível de remuneração de profissionais contratados para atuarem como CRO em instituições financeiras no Brasil.

Considerando-se que, de acordo com Hampton (2009), a primeira contratação de um CRO ocorreu nos Estados Unidos, no ano de 1993, constata-se que a função de CRO é relativamente recente. Nesse sentido, a pesquisa foi motivada pela necessidade de se conhecer e discutir o ERM no Brasil, por meio dos profissionais responsáveis pela gestão de riscos. A pesquisa justifica-se por contribuir para o entendimento dos fatores que influenciam a remuneração dos profissionais contratados para atuarem como CRO. A escolha do ramo financeiro no Brasil foi dada para que se tivesse uma seleção mais assertiva de profissionais que correspondem ao CRO, pois a profissão, além de relativamente nova em todo o mundo, tem se desenvolvido especialmente na área financeira. O artigo contribui também por fomentar estudos sobre a carreira de CRO e por ampliar pesquisas atreladas a ERM no Brasil.

Destaca-se também como relevância do estudo a identificação de variáveis pessoais que influenciam a remuneração, sendo estes capazes de apontar um perfil do profissional de gestão financeira criado pelo mercado de trabalho. A análise das variáveis pessoais que determinam a remuneração tem sido objeto de investigação em diversas áreas do conhecimento, tanto em países desenvolvidos quanto em desenvolvimento, e tem despertado a atenção de pesquisadores, princi-



palmente quanto à compreensão sobre fatores de qualificação e de discriminação (GREEN; DICKERSON; ARBACHE, 2001; CUNHA, 2008). Adicionalmente, a pesquisa também contribui para a literatura de gestão de riscos por discutir o tema sob a perspectiva dos profissionais que atuam na profissão.

De acordo com o que foi apresentado, este estudo está estruturado em seções, sendo a primeira referente à introdução do tema e a segunda à fundamentação teórica, em que é descrito o *Enterprise Risk Management*, bem como uma ambientação aos conceitos de *Chief Risk Officer (CRO)* encontrados na literatura e também em anúncios de emprego, necessidades do cargo e associações destes profissionais. Na terceira seção, apresentam-se os procedimentos metodológicos. A análise dos dados e a conclusão estão contempladas na quarta e quinta seção, respectivamente.

2. Referencial Teórico

2.1 Gestão de Riscos Corporativos

O risco está presente em todas as ações humanas, referindo-se a alguma experiência de algo temível ou considerado negativo, como

também um fator de oportunidade, inter-relacionando questões de incerteza, perdas ou ganhos (MARSHALL, 2002; BERNSTEIN, 2002; KLINKE; RENN, 2002). Diferentemente da incerteza, o risco pode ser mensurado, previsível e gerenciável, sendo de relevância para a gestão empresarial (RENN, 1998). Segundo Crockford (1976), a gestão de risco é uma técnica para lidar com os efeitos das mudanças que os riscos causam nas organizações. Para Damary (1976), o conceito de gestão de risco não pode ser feito de forma simples, pois deve ser levada em consideração que a gestão de risco é dividida em dimensões, como a apuração do risco, a área da decisão envolvida e a operação eficaz.

A partir da gestão de risco, tem-se a Gestão de Riscos Corporativos ou *Enterprise Risk Management (ERM)*. Surgida em meados dos anos 1990, constitui-se como uma abordagem sistemática e interligada para gestão do conjunto de riscos organizacionais (DICKINSON, 2001). A ERM é o processo para identificar riscos críticos, capaz de fazer uma quantificação do impacto destes nos objetivos financeiros, estratégicos e operacionais (BERKOWITZ, 2001). Para D'Arcy e Brogan (2001), ERM é o processo que cada organização ava-

lia, controla, demonstra, financia e monitora os seus riscos, aumentando o valor da empresa.

Para a ERM, os diferentes tipos riscos devem ser gerenciados de forma integrada, pois o gerenciamento desarticulado dos riscos pode criar ineficiências e prejudicar a avaliação sistêmica de diferentes tipos de riscos frente aos objetivos estratégicos. Esta integração permite que a administração maximize os recursos empregados na mitigação dos riscos, além de permitir que a organização compreenda melhor quais são os riscos agregados inerentes a suas atividades (HOYT; LIEBENBERG, 2011).

De acordo com Mikes e Kaplan (2014), a ERM não pode ser vista como uma área madura, com conceitos e práticas que apenas necessitam de ferramentas fixas e inequívocas para serem colocados em ação, mas, sim, como algo desconhecido, mutável e emergente. Dessa forma, tanto sistemas de informações gerenciais voltados para a identificação e análise de riscos, ou *frameworks*, quanto os gestores de risco devem ser flexíveis para garantir constante adaptação às particularidades das organizações (PAGACH; WARR, 2011; MIKES; KAPLAN, 2014).

Considerando a implementação da ERM dentro da organização, a

“Para a ERM, os diferentes tipos riscos devem ser gerenciados de forma integrada, pois o gerenciamento desarticulado dos riscos pode criar ineficiências e prejudicar a avaliação sistêmica de diferentes tipos de riscos frente aos objetivos estratégicos.”

contratação de um CRO pode vir a ser necessária, sendo que, de acordo com Pagach e Warr (2011), uma de suas funções é atuar como representante da ERM diante do conselho da empresa e do *Chief Executive Officer* (CEO) (PAGACH; WARR, 2011). Sendo a ERM relevante para as organizações, a função do CRO vai além de gerenciar processos – ele se envolve ativamente na tomada de decisão. A partir disto, é importante o foco no profissional que irá atuar nessa área.

2.2 Fatores Pessoais como Determinantes Salariais

A ERM contribuiu para o surgimento de um novo profissional, o *Chief Risk Officer* (CRO) (LIEBENBERG; HOYT, 2003; AABO; FRASER; SIMKINS, 2005; GATES, 2006; PAGACH; WARR, 2011). CRO é o executivo encarregado de avaliar e mitigar riscos competitivos, regulatórios e tecnológicos significativos em toda a empresa, sendo também responsável por desenvolver e programar uma estratégia de gestão que inclui os aspectos de risco (LAM, 2000; ITO; COUTINHO, 2001, BEASLEY et al. 2005).

De acordo com Dickinson (2001), com o CRO, há uma nova gestão decorrente da complexidade da identificação, controle e ge-

renciamento de riscos em uma organização. O CRO normalmente é um executivo sênior que faz parte da equipe de planejamento estratégico. Nocco e Stulz (2006) afirmam que, geralmente, o CRO é supervisionado pelo conselho de administração e se encarrega de estabelecer medidas e limites para o risco (DICKINSON, 2001). Por sua vez, Assaf Neto em uma entrevista concedida a um jornal em 2009, afirma que a profissão de CRO praticamente não existia no Brasil há cerca de quinze anos (O Estado de S. Paulo [OESP], 2009). Ainda afirmou que, com a globalização, as operações financeiras não são mais restritas a um único mercado, pois se tornaram globalizadas e exigem uma tomada de decisão rápida e segura. Decorrente disso, há a necessidade de profissionais habilitados para trabalhar neste cenário, e essa tem sido a maior dificuldade, principalmente no Brasil.

A profissão de CRO está em desenvolvimento (DICKINSON, 2001; NOCCO; STULZ, 2006). Dentre as organizações que têm ampliado a contratação de CRO, destacam-se as instituições financeiras e não financeiras com atividades de investimento significativo e que possuem operações no exterior (LAM, 2000). Uma pesquisa, bianual, denomina-

da de *Le Baromètre du risk Manager*, desenvolvida pela instituição francesa *Management des Risques et des Assurances l'entreprise* (AMRAE), descreve o perfil do CRO, o desenvolvimento da profissão, bem como apresenta dados gerais sobre os que atuam neste mercado (AMRAE, 2015). A última publicação aponta que, na França, o salário médio anual de um gerente de risco é de 108 mil euros.

Ainda de acordo com a pesquisa da AMRAE (2015), os CROs são em sua maioria, homens, com faixa etária entre 46 a 55 anos que ascenderam ao cargo após trajetória em outras áreas da empresa em que atuam. As mulheres, desde 2013, representam 28% dos profissionais que ocupam cargos de chefia, revelando uma significativa tendência pró-masculina predominante na função. O estudo também identificou que, além das atividades específicas de gestão de riscos, os CROs relataram ser responsáveis pelo acompanhamento interno das operações das organizações.

Assim, a gestão de risco vem adquirindo espaço, e é considerada indispensável pelos especialistas nas grandes organizações. Como não existe uma graduação específica para formar CRO, tais profissionais

“Sendo a ERM relevante para as organizações, a função do CRO vai além de gerenciar processos – ele se envolve ativamente na tomada de decisão. A partir disto, é importante o foco no profissional que irá atuar nessa área.”

se originam de áreas, como Contabilidade, Administração de Empresas, Ciências da Computação, Economia, Engenharia, Estatística e Processamento de Dados. Somente os mais jovens, ainda que limitado a poucos países, entram no mercado com formações específicas em gestão de riscos ou seguros (OESP, 2009; AMRAE, 2015).

3. Metodologia

Para o desenvolvimento deste estudo, foi realizada uma análise do Cadastro Geral dos Empregados e Desempregados (Caged), que, regido pela Lei n.º 4923/1965, apresenta informações mensais sobre as admissões e demissões realizadas em todo o território nacional. A pesquisa classifica-se como descritiva, documental e quantitativa. Inicialmente foram coletadas todas as informações disponibilizadas pela RAIS no período de 72 meses – entre janeiro de 2010 a dezembro de 2015. Para tal, os dados foram importados do sítio do Ministério do Trabalho e Emprego para o *software* Access. Após a coleta, o refinamento foi realizado a partir da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), que tem por finalidade a identificação das ocupações no mercado de trabalho, em que a ocupação de gerente de risco, ou gestor de risco, é o CBO 142110 (Ministério do Trabalho e Emprego [MTE], 2016).

Para identificar os setores de atuação do CRO, foram realizadas buscas no *LinkedIn* e em anúncios internacionais de empresas de recrutamento. Decorrente desse processo, identificou-se que financeiras, seguradoras e bancos são os que mais procuram por profissionais para atuarem no cargo de CRO, motivo pelo qual se designou tais setores para delimitação da amostra. No entanto, para fins de descrição, no decorrer do artigo, utiliza-se o termo “ins-

tuições financeiras” para indicar as financeiras, seguradoras e bancos pertencentes à amostra.

Outro fator que contribuiu para a escolha das instituições financeiras como amostra é que, em outros setores, como, por exemplo, petroquímica e farmacêutica, a contratação de uma pessoa classificada na CBO – gerente de risco pode estar direcionado ao gerenciamento de riscos específicos inerentes ao processo produtivo, diferentemente do que se presume que ocorra no setor escolhido, que, de acordo com a revisão da literatura e anúncios, está diretamente relacionado ao papel de CRO.

No que se refere às observações e variáveis de análise, entre as disponibilizadas pelo Caged para o período em análise, cada admissão, na CBO 142110, foi considerada uma observação e nela foram coletadas as seguintes variáveis (nominadas na pesquisa como fatores pessoais): gênero, idade, raça, grau de instrução e localização geográfica da em-

presa contratante, tendo o salário como variável dependente a ser explicada. Os fatores pessoais são características diretas dos profissionais. Para a correta adequação da amostra, foram necessários critérios de agrupamentos, conforme demonstrado na **Tabela 1**.

Após o refinamento, os dados resultaram em 990 observações. Em seguida, utilizou-se o *Software* STATA 13.0 para o tratamento dos dados, mediante o método de análise de estatísticas descritivas por meio de referências cruzadas.

Inicialmente, os dados foram cruzados e analisados de forma bivariada, para verificar a relação entre as variáveis estudadas. Juntamente com o cruzamento dos dados, foi realizado o teste do Qui Quadrado, que foi aplicado a todas as variáveis utilizadas na pesquisa, conforme mostrado na Tabela 2, com uso do *software* SPSS. O teste do Qui Quadrado pode ser usado como uma extensão do teste binomial e apresenta a significância encontrada para cada cruzamento.

Tabela 1 – Variáveis usadas na pesquisa

| Variáveis de Fatores pessoais | Agrupamento | Código | Fonte |
|-------------------------------|---|---|-----------------------------|
| Gênero | Masculino Feminino | M F | Caged |
| Idade | 16-20 21-25 26-30 31-40 41-50 >50 | A B C D E F | Silva, Magro & Silva (2016) |
| Raça | 2 – Branca 4 – Preta 6 – Amarela 8 – Parda 9 – Não Informado | 2 4 6 8 9 | Caged |
| Salário | 0 – R\$ 4.000,00 R\$ 4.000,01 – R\$8.000,00 R\$8.000,01 – R\$12.000,00 R\$12.000,01 – R\$ 16.000,00 R\$ 16.000,01 - ∞ | SAL_0_4 SAL_4_8 SAL_8_12 SAL_12_16 SAL_16 | Autores |
| Grau de Instrução | 7 – Médio completo 8 – Superior incompleto 9 – Superior completo | Mc Si Sc | Caged |
| Localização Geográfica | Norte Nordeste Sudeste Sul Centro-Oeste | N NE SE S CO | IBGE |

Como esse estudo visa investigar relações entre variáveis nominativas, foram aplicadas análises de correspondência múltiplas, por meio do teste Homals (Análise de Homogeneidade). O Homals é a técnica aplicada quando se pretende verificar a relação entre duas ou mais variáveis nominais ou ordinais, combinando simultaneamente múltiplos atributos em uma abordagem com dados categóricos (qualitativos). O Homals permitiu a análise dos salários com os fatores pessoais.

4. Análise de Dados

Como demonstrado na metodologia, a variável salarial foi agrupada em faixas salariais, sendo que o primeiro agrupamento, denominado SAL_0_4, corresponde a faixa salarial de 0 até R\$4 mil. As outras faixas salariais são denominadas SAL_4_8, SAL_8_12, SAL_12_16 e SAL_16 que correspondem as faixas salariais de R\$4.000,01 até R\$8.000,00, de R\$8.000,01 até R\$12.000,00, de R\$12.000,01 até R\$16.000,00 e maior que R\$16.000,01, respectivamente. A relação com os fatores pessoais é apresentada a seguir.

O fator pessoal gênero, divide a amostra em indivíduos do gênero masculino e feminino. Desta forma, para as 990 contratações deste período, 665 foram homens e 325 mulheres, correspondendo a 67,17% e 32,82% do total para

cada gênero, respectivamente. A representação da distribuição encontra-se na Tabela 2.

Constata-se que os homens são a maioria dos CRO contratados. Na distribuição dos níveis salariais, 82,8% das mulheres tem seus salários até 12 mil reais (Faixa 3), enquanto os homens, nas mesmas faixas totalizam 72,8%. E ainda, 27,2% dos CRO do gênero masculino têm salários igual ou superior a R\$16 mil, por sua vez, 17,2% das mulheres foram contratadas com essa faixa salarial. Os dados apresentados na Tabela 2, assim como os próximos a serem descritos, foram resultados da análise da tabulação cruzada e do teste Qui Quadrado, que, para o caso de gênero, foi estatisticamente significativa, correspondendo a 0,004. Pode-se afirmar que o gênero tem uma influência significativa nos salários da amostra analisada.

Na sequência, analisa-se o fator pessoal idade. Para tal, a amostra foi dividida em categorias de idade compostas por 6 faixas etárias, sendo A para as idades de 16 a 20 anos; B para as idades de 21 a 25; C para 26 a 30; D para 31 a 40; E

para 41 a 50; e F para a faixa etária acima de 50 anos. Assim, com base na composição total de 990 contratações, relacionando-as aos salários dos contratados, enfatiza-se a maior quantidade de admissões para os menores salários independentemente da idade, conforme observado na Tabela 3.

A faixa etária está proporcionalmente relacionada com o salário, ou seja, os menores níveis de salários estão relacionados com as menores idades. Sendo assim, constata-se que, em relação às contratações de CRO no Brasil, o nível salarial mais baixo obteve 312 contratações (31,51%) no período de 2010 a 2015, seguido de 239 contratações para o segundo menor nível salarial (24,14%), juntos somam mais de 55% do total de contratações.

Outro dado interessante identificado na análise é que os salários apresentaram variações dependendo da faixa etária. Como se pode observar na Tabela 3, poucas contratações foram encontradas para a primeira faixa etária (idade de 16 a 20 anos) – somente cinco contratações – e para a faixa etária entre 21 e 25 foram 83 contratações. A

Tabela 2 – Tabulação cruzada entre salário e gênero

| Faixa Salarial | Contagem | | | Contagem (proporcional) | | |
|----------------|----------|-----|-------|-------------------------|------|-------|
| | Gênero | | | Gênero | | |
| | F | M | Total | F | M | Total |
| SAL_0_4 | 108 | 204 | 312 | 0,33 | 0,31 | 0,32 |
| SAL_4_8 | 94 | 145 | 239 | 0,29 | 0,22 | 0,24 |
| SAL_8_12 | 67 | 135 | 202 | 0,21 | 0,20 | 0,20 |
| SAL_12_16 | 24 | 94 | 118 | 0,07 | 0,14 | 0,12 |
| SAL_16 | 32 | 87 | 119 | 0,10 | 0,13 | 0,12 |
| Total | 325 | 665 | 990 | 1 | 1 | 1 |

Tabela 3 – Tabulação cruzada entre salário e idade

| FAIXA SALARIAL | Contagem | | | | | | | Contagem (proporcional) | | | | | | |
|----------------|--------------|----|-----|-----|-----|----|-------|-------------------------|------|------|------|------|------|-------|
| | FAIXA ETÁRIA | | | | | | | FAIXA ETÁRIA | | | | | | |
| | A | B | C | D | E | F | Total | A | B | C | D | E | F | Total |
| SAL_0_4 | 5 | 54 | 95 | 125 | 30 | 3 | 312 | 1,00 | 0,65 | 0,41 | 0,27 | 0,17 | 0,07 | 0,32 |
| SAL_4_8 | 0 | 24 | 69 | 104 | 35 | 7 | 239 | 0 | 0,29 | 0,30 | 0,23 | 0,20 | 0,16 | 0,24 |
| SAL_8_12 | 0 | 5 | 40 | 96 | 44 | 17 | 202 | 0 | 0,06 | 0,17 | 0,21 | 0,25 | 0,39 | 0,20 |
| SAL_12_16 | 0 | 0 | 18 | 59 | 31 | 10 | 118 | 0 | 0 | 0,08 | 0,13 | 0,18 | 0,23 | 0,12 |
| SAL_16 | 0 | 0 | 7 | 72 | 33 | 7 | 119 | 0 | 0 | 0,03 | 0,16 | 0,19 | 0,16 | 0,12 |
| Total | 5 | 83 | 229 | 456 | 173 | 44 | 990 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 |

maior concentração de admissões, no período em análise, foi na faixa etária D (entre 31 a 40 anos), seguido da faixa etária C (26 a 30 anos) e E (41 a 50 anos).

Para a faixa etária A, as poucas contratações encontradas são 100% baseadas nos menores salários. Para a faixa etária B, com uma quantidade maior de contratações, a inferência é similar. Por sua vez, na faixa etária C, os salários se distribuem nos três primeiros níveis salariais. Em relação à faixa etária D, constata-se que ela concentra a maioria das contratações, com salários predominando entre 8 a 12 mil reais, por fim, a faixa etária E está concentrada para os níveis salariais acima de 12 mil reais. Pode-se afirmar também que a maioria dos profissionais CRO, de instituições financeiras brasileiras, tem entre 31 a 40 anos. Com a realização do teste Qui Quadrado, foi identificado que ele foi estatisticamente significativo, correspondendo a 0,000. Sendo assim, confirma-se que a idade tem uma relação significativa com os salários dos profissionais em estudo.

Em relação ao fator pessoal “raça”, a amostra contém indivíduos classificados como raça branca (2), preta (4), amarela (6), parda (8) ou de raça não informada (9). Desse modo, puderam ser analisadas as diferentes faixas salariais em contraste com as diferentes raças que compuseram a amostra, como demonstrado na Tabela 4.

Observa-se uma proeminência de profissionais brancos (81%), seguidos dos profissionais pardos (13%). Juntos, ambas as raças representam 93% dos 990 profissionais analisados, uma informação expressiva na determinação de um perfil deste tipo de profissional atuante hoje no Brasil.

Quando analisada a faixa salarial apresentada na Tabela 4 (faixa 5, acima de 16 mil reais), pode-se observar que a raça com maior proporção de profissionais recebendo esse salário é a raça branca, sendo que 13,11% dos contratados brancos estão nessa faixa salarial, seguidos dos profissionais de raça preta, com 11,76%. Para as faixas salariais 4 e 5, cujo salário inicial é 12 mil reais ou mais, dos 237 profissionais

contratados no período, predominaram os de cor branca (84,8%), somente 12,2% eram negros ou pardos e 2,1% amarelos. Consta-se também que 25,1% das contratações de CROs declarados como “branco” estão nas duas maiores faixas salariais, enquanto os negros representam 17,64%, os amarelos 17,85% e os pardos 20,64%. Quanto à relação que os fatores de raça exercem no salário, o teste Qui Quadrado não apresentou significância de nenhuma raça em relação ao nível salarial, correspondendo a 0,523 para a característica. Pode-se inferir que a raça não interfere no nível salarial dos profissionais contratados para atuarem como CRO no Brasil.

Por sua vez, o fator pessoal grau de instrução agrupa a amostra em diferentes níveis de escolaridade. Embora o *layout* do Caged disponha de 11 níveis de escolaridade, que varia de analfabeto até doutorado, para a amostra foram identificados somente três níveis: 7 – Ensino médio completo (Mc), 8 – Superior incompleto (Si) e 9 – Superior completo (Sc). Desta forma, a Tabela 5 evidencia a divisão

Tabela 4 – Tabulação cruzada entre salário e raça

| FAIXA SALARIAL | Contagem | | | | | Contagem (proporcional) | | | | | Total | |
|----------------|----------|----|----|-----|----|-------------------------|------|------|------|------|-------|------|
| | RAÇA | | | | | Total | RAÇA | | | | | |
| | 2 | 4 | 6 | 8 | 9 | | 2 | 4 | 6 | 8 | | 9 |
| SAL_0_4 | 256 | 5 | 10 | 35 | 6 | 312 | 0,32 | 0,29 | 0,36 | 0,28 | 0,33 | 0,32 |
| SAL_4_8 | 186 | 5 | 4 | 37 | 7 | 239 | 0,23 | 0,29 | 0,14 | 0,29 | 0,39 | 0,24 |
| SAL_8_12 | 158 | 4 | 9 | 28 | 3 | 202 | 0,20 | 0,24 | 0,32 | 0,22 | 0,17 | 0,20 |
| SAL_12_16 | 96 | 1 | 2 | 18 | 1 | 118 | 0,12 | 0,06 | 0,07 | 0,14 | 0,06 | 0,12 |
| SAL_16 | 105 | 2 | 3 | 8 | 1 | 119 | 0,13 | 0,12 | 0,11 | 0,06 | 0,06 | 0,12 |
| Total | 801 | 17 | 28 | 126 | 18 | 990 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 |

Tabela 5 – Tabulação cruzada entre grau de instrução e salário

| FAIXA SALARIAL | Contagem | | | | Contagem (proporcional) | | | |
|----------------|-------------------|-----|-----|-------|-------------------------|------|------|-------|
| | GRAU DE INSTRUÇÃO | | | Total | GRAU DE INSTRUÇÃO | | | Total |
| | Mc | Si | Sc | | Mc | Si | Sc | |
| SAL_0_4 | 69 | 93 | 150 | 312 | 0,83 | 0,77 | 0,19 | 0,32 |
| SAL_4_8 | 9 | 21 | 209 | 239 | 0,11 | 0,17 | 0,27 | 0,24 |
| SAL_8_12 | 4 | 4 | 194 | 202 | 0,05 | 0,03 | 0,25 | 0,20 |
| SAL_12_16 | 1 | 2 | 115 | 118 | 0,01 | 0,02 | 0,15 | 0,12 |
| SAL_16 | 0 | 1 | 118 | 119 | 0,00 | 0,01 | 0,15 | 0,12 |
| Total | 83 | 121 | 786 | 990 | 1 | 1 | 1 | 1 |

da amostra pelas faixas salariais e grau de instrução.

Observa-se que, independente da faixa salarial, 79,4% dos cargos foram ocupados por pessoas com Ensino Superior Completo (Sc). Para o grau de instrução 1, que se refere ao Ensino Médio Completo (Mc), somente foram identificados 83 contratados (8,4%), com predominância de salários inferiores, ou seja, até 4 mil reais. Em relação aos profissionais com Ensino Superior Incompleto (Si), totalizam 12,2%, com predominância a salários de até quatro mil reais.

Para o grau de instrução referente a Sc (Superior completo), foram encontradas 150 contratações relacionadas ao primeiro nível salarial, 209 para o segundo nível, 194 para o terceiro, 115 para o quarto e 118 para o quinto nível, demonstrando que, apesar de uma maior quantidade de contratações de graduados, os níveis de salário foram variados. Contudo, pode-se observar que as maiores proporções se concentram no segundo nível em 26,59% dos casos, seguido do terceiro nível com 24,68%, primeiro nível 19,08%, quinto nível 15,01% e 14,63% no quarto. Percebe-se que, proporcionalmente, os profissionais com os menores salários são os que possuem o menor grau de instrução, o contrário também é verdadeiro, quanto maior o grau de instrução, maior o salário dos CROs contratados.

Quanto à estatística Qui Quadrado, resultou em uma relação

significativa (0,000), o que indica que o salário é uma variável dependente do grau de instrução. Por fim, a partir da localização geográfica das empresas contratantes, pode-se inferir sobre a relação entre local da contratação e remuneração regional. Sendo que as variáveis são categorizadas como: N – região Norte; NE – região Nordeste; SE – região Sudeste; S – região Sul; CO – região Centro-Oeste, conforme evidenciado na Tabela 6.

Pode-se inferir que 86% de todas as admissões de CRO, no período analisado, foram na região Sudeste, sendo que as demais regiões, juntas, resultaram nos outros 14%. Esse dado se explica, pois, segundo o último estudo sobre demografia empresarial realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a maior concentração de empresas de seguros e financeiras está situada nessa região (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE], 2013).

Quanto à distribuição salarial entre as regiões, constata-se que, nas regiões Norte e Nordeste, prevalecem salários de até 8 mil reais. A região Sul apresenta-se com salários de até 12 mil reais e que, os maiores salários são para as contratações ocorridas na região Sudeste.

O teste Qui Quadrado para essa relação de variáveis foi significativa, correspondendo a 0,000, podendo-se inferir que a posição geográfica tem relação positiva com o salário e é um fator explicativo para as variações salariais. Novas análises de-

vem ser feitas neste contexto, uma vez que, até o presente momento, a maior parte dos dados se concentra somente em uma região, devendo ser confirmada a informação a partir do desenvolvimento da profissão em outras regiões do Brasil.

4.2 Determinações do Perfil do CRO Brasileiro

Para determinação de um perfil do CRO no Brasil, inicialmente procedeu-se à estatística descritiva com referências cruzadas e o teste Qui Quadrado, para a análise dos fatores explicativos para os níveis salariais. O processo, como evidenciado na subseção anterior, serviu de base para a realização do teste Homals, em que se pode observar, ilustrativamente, as distâncias entre as variáveis, permitindo com isso analisar e determinar um perfil para o CRO brasileiro que atua em instituições financeiras, seguradoras e bancos.

Para a composição de informações que formam o perfil, foram evidenciadas as relações somente entre os fatores que apresentaram significância no teste Qui Quadrado. Sendo assim, o fator raça foi excluído do modelo. As imagens originadas do Homals foram geradas no *software* estatístico SPSS. Na Figura 1, pode-se observar a distribuição dos fatores em um plano cartesiano, em que os quadrantes delimitam aproximações e distanciamento entre as variáveis gênero e os agrupamentos salariais usados na pesquisa.

Tabela 6 – Tabulação cruzada entre localização geográfica e salário

| FAIXA SALARIAL | Contagem | | | | | | Contagem (proporcional) | | | | | |
|----------------|------------------------|----|-----|----|----|-------|-------------------------|------|------|------|------|-------|
| | LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA | | | | | | LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA | | | | | |
| | N | NE | SE | S | CO | Total | N | NE | SE | S | CO | Total |
| SAL_0_4 | 4 | 8 | 244 | 39 | 17 | 312 | 0,44 | 0,57 | 0,29 | 0,44 | 0,65 | 0,32 |
| SAL_4_8 | 4 | 6 | 199 | 24 | 6 | 239 | 0,44 | 0,43 | 0,23 | 0,27 | 0,23 | 0,24 |
| SAL_8_12 | 0 | 0 | 181 | 18 | 3 | 202 | 0 | 0 | 0,21 | 0,20 | 0,12 | 0,20 |
| SAL_12_16 | 1 | 0 | 112 | 5 | 0 | 118 | 0,11 | 0 | 0,13 | 0,06 | 0 | 0,12 |
| SAL_16 | 0 | 0 | 117 | 2 | 0 | 119 | 0 | 0 | 0,14 | 0,02 | 0 | 0,12 |
| | 9 | 14 | 853 | 88 | 26 | 990 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 |

Infer-se que o gênero masculino está entre o quadrante dos salários superiores – 12 a 16 mil reais e mais de 16 mil reais. E que, o gênero feminino está relacionado com os agrupamentos salariais mais baixos. Na Figura 2, pode ser observada a distribuição das faixas etárias relacionados com os níveis salariais.

A faixa etária C, entre 26 a 30 anos está no quadrante relacionado com os salários de 4 a 8 mil reais. A faixa etária A, entre 16 e 20 anos, está isolada no quadrante inferior direito. As relações mais significativas estão nas faixas etárias D e E – 31 a 40 anos e 41 a 50 anos, respectivamente, que estão mais propensas a faixas salariais superiores. Na sequência, a Figura 3 ilustra o teste Homals para os agrupamentos para o grau de instrução da amostra.

Constata-se que os profissionais com ensino superior completo possuem uma relação positiva e direta com os agrupamentos salariais C, D e E, confirmando assim que quanto maior o grau de instrução do profissional, maior o salário correspondente para os CRO, já que os profissionais com ensino médio completo possuem uma relação negativa com a maior faixa salarial. Por fim, a Figura 4 ilustra a localização geográfica das empresas contratantes.

Pode-se afirmar que a região Sudeste está ao centro de todos os agrupamentos salariais. Conclui-se que a região Sudeste está diretamente relacionada com o agrupamento salarial SAL_12_16 e SAL_16. Demonstra-se assim que os profissionais que atuam nessas regiões, além de serem a maioria dos profissionais contratados como CRO no Brasil, tendem a receber salários superiores.

Constata-se que, as variáveis “gênero”, “grau de instrução”, “idade” e “localização geográfica” são significantes para a determinação do nível de salário, podendo ser delimitado a quais agrupamen-

Figura 1 – Demonstração do teste Homals de gênero e salário

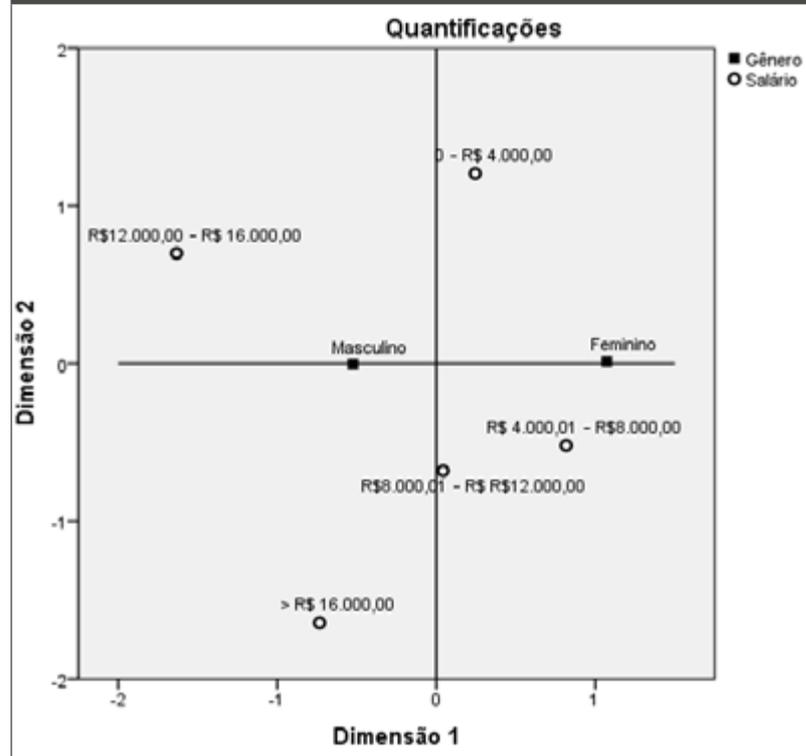
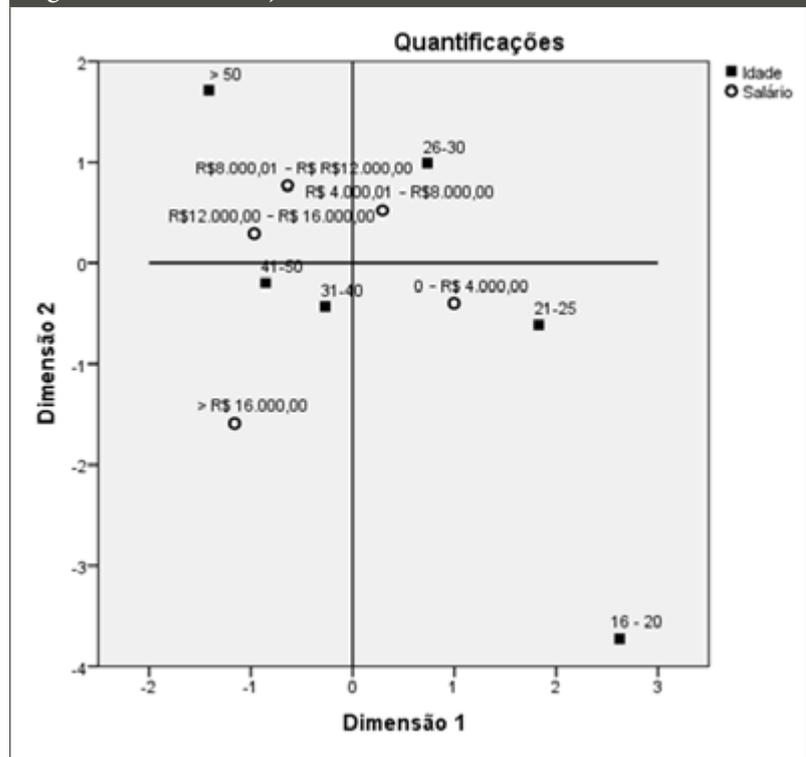


Figura 2 – Demonstração do teste de Homals entre faixa etária e salário



tos cada variável mais se relaciona. Sendo assim, pode-se evidenciar que o profissional do gênero masculino, na região Sudeste e com ensino superior completo compõe o perfil dos profissionais contratados como CRO que possuem os mais altos salários. A variável "raça", por não ter significância com os agrupamentos salariais, não foi utilizada para determinação do perfil.

5. Conclusões

Com os fluxos de negociações das empresas apresentando relações cada vez mais complexas, o ERM se desenvolve, veementemente, na busca de decisões operacionais e estratégicas mais eficientes. Adicionalmente, as organizações passam a requerer um profissional habilitado e devidamente capaz de assegurar esses processos, principalmente em setores que são sensíveis a riscos complexos e sistêmicos, como no caso do setor financeiro, de bancos e seguros. O nome designado para tal profissional é *Chief Risk Officer* (CRO). Neste contexto, o estudo objetivou analisar quais fatores pessoais influenciam o nível de salário dos profissionais contratados para atuar como CRO em empresas brasileiras.

O desenvolvimento da pesquisa possibilitou uma observação do cenário em que atuam os CROs brasileiros, sendo que esta é uma profissão pouco conhecida no país, e possivelmente, este é o principal motivo para as diferenças salariais identificadas na pesquisa, comparativamente aquelas observadas no cenário internacional (AMRAE, 2015). Contudo, o que pode ser observado é que, apesar das diferenças salariais, as exigências para a atuação profissional são similares em ambos os cenários, nacional e internacional. Destaca-se que os principais resultados encontra-

dos na revisão de literatura sugerem que, para atuar como CRO, é necessário estar qualificado para a função, o que gera questionamentos do quê e do porquê as diferenças apareceram e pode instigar pesquisas futuras.

Em suma, conclui-se que os fatores pessoais "grau de instrução", "localização geográfica", "idade" e "gênero" se relacionam com os salários de profissionais contratados

para atuarem como CRO, ou seja, esses fatores são determinantes e se relacionam com diferentes níveis salariais da amostra. Um achado importante foi quanto ao grau de instrução, surpreendentemente, nenhum dos profissionais contratados, no período em análise, para atuarem no cargo de CRO possuía titulação superior à graduação. Ou seja, o mercado não tem reconhecido mestrados, mestrados profis-

Figura 3 – Demonstração do teste de Homals entre grau de instrução e salário

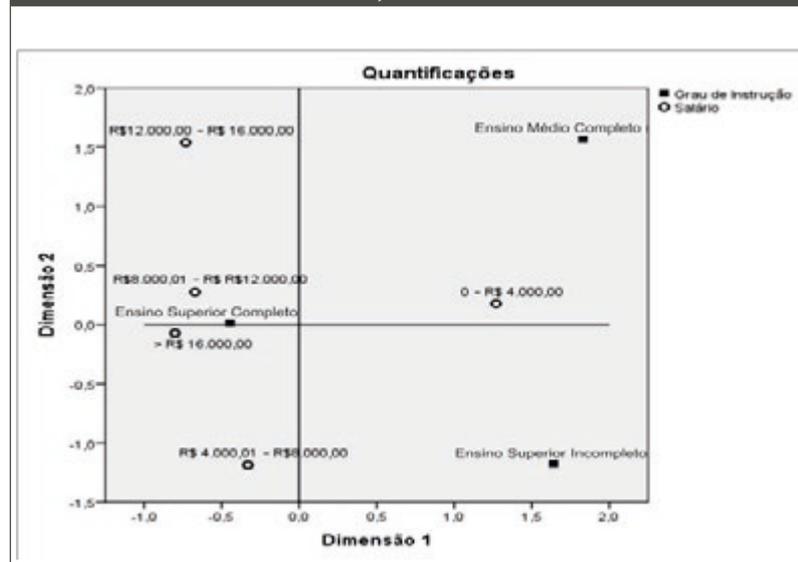
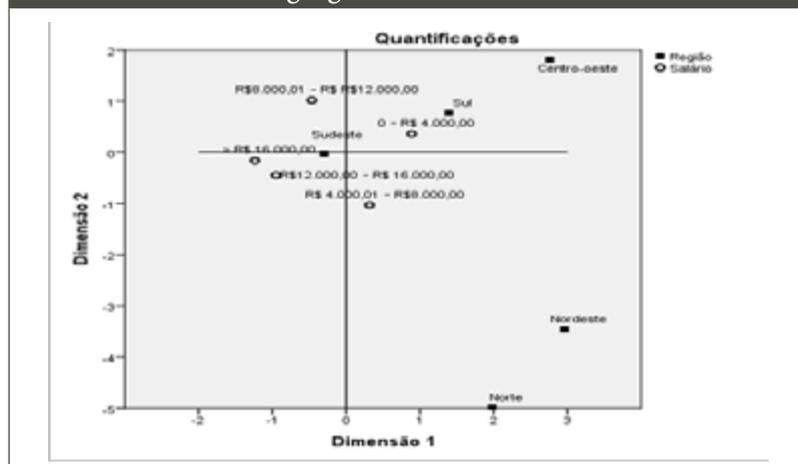


Figura 4 – Demonstração do teste de Homals entre a localização geográfica e o salário



sionais e doutorados como formações relevantes para a preparação destes profissionais, fator que instiga futuras pesquisas. Constatase que, diferentemente de estudos que tratam da discriminação salarial, a raça, no contexto analisado, não obteve uma relação estatisticamente significativa com a faixa salarial do profissional que atua como CRO no Brasil.

Assim, o perfil do CRO contratado, no cenário brasileiro, no período entre 2010 e 2015 (seis anos), que se relaciona com os maiores salários, corresponde a homem branco, atuando na região Sudeste, graduado e com idade entre 31 e 40 anos. Segundo os achados, esse extrato de profissionais são os profissionais contratados com melhor remuneração para atuar como

Chief Risk Officer no setor financeiro, bancos e seguros.

Como contribuições desse estudo para a academia e para o mercado, destacam-se os achados que indicam quais dos fatores influenciam a remuneração dos profissionais contratados para atuarem como CRO, sendo possível, dessa forma, que profissionais que instiguem esse cargo tenham contato com informações estatisticamente relevantes e que indiquem o atual cenário dessa função no país. Além disso, os achados também servem de embasamento para estudos que venham a estudar desigualdade salarial entre diversas características que diferem os trabalhadores ou as empresas. De forma adicional, por ser um tema incipiente no Brasil, a pesquisa incorpora informações a

outros estudos sobre ERM e sobre CRO no Brasil.

Como limitação de estudo, tem-se o filtro exclusivo para o setor econômico estudado, possibilidade de a amostra conter viés, com profissionais contratados para atuarem como CRO, sem, no entanto, serem registrados na CBO selecionada. Para novas pesquisas sugere-se a ampliação de setores, a inclusão de variáveis organizacionais e a coleta de dados por meio de *survey* para obtenção de novas respostas e ampliação do conhecimento sobre a atuação deste profissional no Brasil. Ainda, é importante pesquisas que busquem compreender quais fatores provocam a variação salarial, em especial entre homens e mulheres que atuam como CRO.

6. Referências

AABO, Tom; FRASER, John RS; SIMKINS, Betty J. The rise and evolution of the chief risk officer: enterprise risk management at Hydro One. *Journal of Applied Corporate Finance*, v. 17, n. 3, p. 62-75, 2005.

AMARAL, Rodrigo. Para IBGC, Criação do CRO é boa prática de governança. Disponível em: <<http://riscosegurobrasil.com/materia/para-ibgc-criacao-do-cro-e-boa-pratica-de-governanca/>>. Acesso em: 17 de fevereiro de 2017.

ARENA, Marika; ARNABOLDI, Michela; AZZONE, Giovanni. The organizational dynamics of enterprise risk management. *Accounting, Organizations and Society*, v. 35, n. 7, p. 659-675, 2010.

BEASLEY, Mark S.; CLUNE, Richard; HERMANSON, Dana R. Enterprise risk management: An empirical analysis of factors associated with the extent of implementation. *Journal of accounting and public policy*, v. 24, n. 6, p. 521-531, 2005.

BERKOWITZ, Sandra L. Enterprise risk management and the healthcare risk manager. *Journal of healthcare risk management*, v. 21, n. 1, p. 29-38, 2001.

BERNSTEIN, Peter L. *Desafio aos deuses: a fascinante história do risco*. Gulf Professional Publishing, 1997.

CROCKFORD, G. N. et al. The changing face of risk management. *The Geneva papers on risk and insurance*, v. 1, n. 2, p. 10-15, 1976.

CUNHA, Marina Silva da. Os empregados da agricultura brasileira: diferenciais e determinantes salariais. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, v. 46, n. 3, p. 597-621, 2008.

DAMARY, Roy et al. A SURVEY OF THE PRACTICE OF RISK MANAGEMENT IN WEST EUROPE COMPANIES'. *The Geneva Risk and Insurance Review*, v. 1, n. 2, p. 27-55, 1976.

D'ARCY, Stephen P.; BROGAN, John C. Enterprise risk management. *Journal of Risk Management of Korea*, v. 12, n. 1, p. 207-228, 2001.

DAUD, Wan Norhayate Wan; YAZID, Ahmad Shukri; HUSSIN, Hj Mohd Rasid. The effect of chief risk officer (CRO) on enterprise risk management (ERM) practices: evidence from Malaysia. *International Business & Economics Research Journal*, v. 9, n. 11, p. 55-64, 2010.

DICKINSON, Gerry. Enterprise risk management: Its origins and conceptual foundation. *The Geneva Papers on Risk and Insurance. Issues and Practice*, v. 26, n. 3, p. 360-366, 2001.

GATES, Stephen. Incorporating strategic risk into enterprise risk management: A survey of current corporate practice. *Journal of Applied Corporate Finance*, v. 18, n. 4, p. 81-90, 2006.

GREEN, Francis; DICKERSON, Andy; ARBACHE, Jorge Saba. A picture of wage inequality and the allocation of labor through a period of trade liberalization: the case of Brazil. *World Development*, v. 29, n. 11, p. 1923-1939, 2001.

HAMPTON, John. *Fundamentals of enterprise risk management: How top companies assess risk, manage exposure, and seize opportunity*. Amacom, 2009.

HOYT, Robert E.; LIEBENBERG, Andre P. The value of enterprise risk management. *Journal of risk and insurance*, v. 78, n. 4, p. 795-822, 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Demografia das Empresas*. São Paulo: IBGE. Recuperado de http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisa_resu%20dados.php?id_pesquisa=93 Acesso em: 10 de fevereiro de 2017.

ITO, Sidney; COUTINHO, André. Gerenciamento de risco, nova forma de administrar?. *Revista Conjuntura Econômica*, v. 55, n. 12, p. 49-50, 2001.

KLINKE, Andreas; RENN, Ortwin. A New Approach to Risk Evaluation and Management: Risk-Based, Precaution-Based, and Discours-Based Strategies 1. *Risk Analysis: An International Journal*, v. 22, n. 6, p. 1071-1094, 2002.

LAM, James. Enterprise-wide risk management and the role of the chief risk officer. *White paper, erisk. Com, march*, v. 25, 2000.

LIEBENBERG, Andre P.; HOYT, Robert E. The determinants of enterprise risk management: Evidence from the appointment of chief risk officers. *Risk Management and Insurance Review*, v. 6, n. 1, p. 37-52, 2003.

MANAGEMENT DES RISQUES ET DES ASSURANCES L'ENTREPRISE, *Le Baromètre du risk Manager*. Paris: Brigitte Bouquot. Recuperado de: http://amrae.fr/sites/default/files/fichiers_upload/AS_Brochure_AMRAE_FR_Septembre_2015_Web_0.pdf. Acesso em: 15 de fevereiro de 2017.

MARSHALL, Christopher. *Medindo e gerenciando riscos operacionais em instituições financeiras*. Qualitymark Editora Ltda, 2002.

MIKES, Anette; KAPLAN, Robert S. Towards a contingency theory of enterprise risk management.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E DO EMPREGO. *CAGED Estabelecimento ajustado*. Recuperado de: <http://bi.mte.gov.br/cagedestabelecimento/pages/consulta.xhtml#filtroNi%20velSetorial>. Acesso em: 10 de fevereiro de 2017.

NOCCO, Brian W.; STULZ, René M. Enterprise risk management: Theory and practice. *Journal of applied corporate finance*, v. 18, n. 4, p. 8-20, 2006.

O ESTADO DE SÃO PAULO. Renata Okumura. *Bancos precisam adotar uma política definitiva para enfrentar a crise global*. São Paulo: OESP. Recuperado de: http://int.lima.com.br/eldorado/audios!getPlayerAudio.action?destaque_idGuidSelect=212C28CC8BB24365A0A3A71402771B3A Acesso em: 10 de fevereiro de 2017.

PAGACH, Donald; WARR, Richard. The characteristics of firms that hire chief risk officers. *Journal of risk and insurance*, v. 78, n. 1, p. 185-211, 2011.

RENN, Ortwin. Three decades of risk research: accomplishments and new challenges. *Journal of risk research*, v. 1, n. 1, p. 49-71, 1998.

SILVA, Júlio César; DAL MAGRO, Cristian Baú; DA SILVA, Marcia Zaniewicz. Gender inequality in accounting profession from the perspective of the glass ceiling. *RACE-Revista de Administração, Contabilidade e Economia*, v. 15, n. 2, p. 447-474, 2016.



Evidenciação do valor justo: um estudo comparativo nas companhias que negociam ações no Brasil e nos Estados Unidos

Considerando a importância da mensuração do valor justo e a existência de companhias brasileiras que negociam ações na Bolsa de Valores Brasil, Bolsa, Balcão (B3) e na Bolsa de Valores de Nova Iorque (NYSE), estando obrigadas a apresentar as Demonstrações Financeiras Padronizadas (DFPs/Brasil) e o Formulário 20-F (Estados Unidos), encontrou-se a necessidade de se estudar como as 23 empresas brasileiras de capital aberto com ações da NYSE, em 2016, evidenciaram suas informações a respeito do valor justo para os dois países distintos. O objetivo desta pesquisa é comparar a evidenciação do valor justo nas companhias que negociam ações no Brasil e emitem ADRs nos Estados Unidos. Para isto, foram analisados os instrumentos financeiros, propriedades para investimento e os ativos biológicos. A pesquisa é descritiva, qualitativa e com obtenção dos dados de forma documental. Os resultados demonstram que 79% dos valores dos ativos analisados foram evidenciados de forma semelhante nos demonstrativos publicados nos dois países. Todavia, foram identificadas divergências em algumas companhias quanto à divulgação de valores e níveis de hierarquia usados na mensuração do valor justo que foram evidenciados de forma diferente nas DFPs e no Formulário 20-F do mesmo ano e para os mesmos ativos.

Kauany Meyer

Graduanda do Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

E-mail: kauanymeyer@hotmail.com

Orientadora: Máira Melo de Souza

Professora do Departamento de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), mestre em Contabilidade (PPGC/UFSC) e doutora em Administração (PPGA/UFSC).

E-mail: maira.souza@ufsc.br

2136 - Recebido em 28/11/2018. Distribuído em 28/11/2018. Pedido de revisão em 14/1/2019. Resubmetido pelo autor em 13/2/2019. Aprovado em 21/2/2019, na terceira rodada, por dois membros do Conselho Editorial. Publicado na edição maio-junho de 2019. Organização responsável pelo periódico: Conselho Federal de Contabilidade.

1. Introdução

A Contabilidade possui pilares teóricos a serem respeitados, estes que, de acordo com Camargo (2017), são definições e orientações que padronizam as informações e, conseqüentemente, as declarações contábeis das empresas. A este respeito, no Brasil, foi aprovada a Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro (2011), alinhada ao documento do *International Accounting Standards Boards* (IASB) denominado *The Conceptual Framework for Financial Reporting*, que fornece os conceitos que orientam a confecção e a divulgação das demonstrações contábeis aos usuários externos.

Nesta linha de raciocínio, de acordo com Niyama, Costa e Aquino (2005), valores culturais, tradição histórica, estruturas políticas, econômicas e sociais acabam refletindo nas práticas contábeis de uma nação e, conseqüentemente, as suas evoluções podem estar vinculadas ao nível de desenvolvimento econômico de cada país.

A ideia subjacente é de que a estrutura política de cada país pode influenciar as práticas contábeis e, mesmo após a convergência aos padrões do IASB, em grande parte dos países do mundo, inclusive no Brasil, tal padrão contempla a essência sobre a forma e várias normas com possibilidades de escolhas contábeis, de maneira que

abre condições para a empresa registrar determinada situação da maneira que melhor reflita sua realidade econômica.

Nesse contexto, existem as companhias brasilei-

ras que emitem *American Depository Receipt* (ADRs), que são recibos de ações de empresas estrangeiras, negociados na Bolsa de Valores Nova York (BELL et al., 2016). As empresas brasileiras que negociam ações na Bolsa de Valores Brasil, Bolsa, Balcão (B3) e na Bolsa de Valores de Nova Iorque (NYSE) precisam apresentar as Demonstrações Financeiras Padronizadas (DFPs) de acordo com a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), órgão regulador brasileiro, e o Formulário 20-F exigido pela *Securities and Exchange Commission* (SEC) órgão regulador dos Estados Unidos (BORBA; SOUZA, 2012).

Nesta realidade de obrigatoriedade de divulgação das demonstrações contábeis em países distintos, existem práticas que instigam a necessidade de pesquisas visando identificar e demonstrar como estão sendo operacionalizadas e evidenciadas no Brasil e nos Estados Unidos. Uma destas práticas diz respeito à mensuração do valor justo (*fair value*), bem como sua respectiva evidenciação aos usuários externos.

A possibilidade de gerenciamento do valor justo já foi levantada em alguns estudos acerca do tema. Barth e Taylor (2010) levantaram a questão de a mensuração a valor justo de ativos securitizados poder estar sendo utilizada pelos gerentes de bancos para a manipulação de valores, principalmente dos juros retidos, resultando no aumento dos lucros trimestrais e defenderam que as alterações nas normas contábeis como a SFAS 157, do *Financial Accounting Standards Board* (FASB), (que define e orienta a mensuração a valor justo) e SFAS 166 (que orienta a mensuração de juros retidos) devem ser usados para garantir a aplicação correta do valor justo, pois, somente com a aplicação correta do valor justo, é possível apresentar informações fidedignas e relevantes para a tomada de decisão

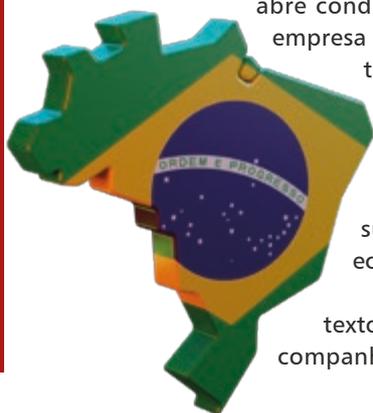
dos sócios ou investidores que analisaram os resultados dos demonstrativos, impactando diretamente o desenvolvimento da empresa e na economia do país.

A ideia subjacente é de que, se por um lado, a evidenciação pelo valor justo permite uma demonstração mais fidedigna da realidade econômica da empresa, por outro lado, é preciso assegurar que as normas de contabilidade estejam sendo aplicadas corretamente.

No Brasil, o CPC 46 (publicado em 2012), alinhado à norma internacional IFRS 13 emitida pelo IASB e às Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC TG 46, R2), é o pronunciamento que dispõe a respeito do valor justo. Dessa maneira, de acordo com o CPC 46 (2012), valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

Considerando a importância da mensuração pelo valor justo e diante da necessidade de estudar como empresas que divulgam informações para dois países distintos estão evidenciando suas informações a respeito do mesmo, elaborou-se o seguinte problema de pesquisa: **Qual o perfil da evidenciação do valor justo nas companhias que negociam ações no Brasil e emitem ADRs nos Estados Unidos?** O objetivo desta pesquisa é comparar a evidenciação do valor justo nas companhias que negociam ações no Brasil e emitem ADRs nos Estados Unidos.

O estudo em questão é relevante considerando a importância da mensuração do valor justo e os impactos que ele pode resultar na avaliação dos ativos das empresas. No Brasil, o tema ainda é pouco explorado nas pesquisas. A delimitação da pesquisa será voltada sobre a avaliação do valor justo nos seguin-



tes ativos: instrumentos financeiros, propriedades para investimento e ativos biológicos, visto que tais ativos possuem a obrigatoriedade de mensuração pelo valor justo.

2 Fundamentação Teórica

2.1. Evidenciação Contábil no Mercado de Capitais

Para que os usuários da informação contábil tenham a capacidade de interpretar e comparar as informações de empresas que publicam demonstrativos contábeis dentro e fora do seu país de origem, é preciso que existam simetria e concordância nos demonstrativos normatizados pelos órgãos responsáveis de cada país.

Nesta concepção, Costa e Lopes (2007) ressaltam que as diferenças entre os modelos contábeis de cada país estão relacionadas à estrutura de relacionamento entre grupos de usuários e os seus respectivos poderes de influência no processo de elaboração, discussão e modificação de pronunciamentos e normatizações.

De acordo com Almeida e Xavier (2012), nos Estados Unidos da América (EUA), o poder regulatório é muito forte devido à atuação das agências desde os primórdios da organização do Estado, servindo desde a década de 90 como base para a criação do sistema das agências reguladoras no Brasil.

Segundo Lang, Raedy e Wilson (2004), uma das características que diferenciam os Estados Unidos dos outros ambientes regulatórios é a proteção que a SEC garante aos investidores norte-americanos em relação às informações de empresas estrangeiras, sendo que estas devem publicar suas informações por meio do formulário 20F, criando um padrão nos demonstrativos nacionais e internacionais.

No Brasil, o papel de proteção ao investidor é exercido pela Comis-

são de Valores Mobiliários (CVM), criada em 7/12/1976 pela Lei n.º 6.385/1976, com o objetivo de fiscalizar, normatizar, disciplinar e desenvolver o mercado de valores mobiliários. Os investidores internacionais podem investir nos mesmos produtos que os brasileiros, mas, de acordo com a Resolução n.º 4.373/2014, da CVM, devem contratar instituição para atuar como representante legal, fiscal e custodiante, não impondo nenhum relatório padrão de divulgação (COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS, 2018).

Neste ambiente, Lang et al. (2006) sugerem que a aplicação de padrões contábeis depende crucialmente de fatores como a aplicação regulatória, ambiente legal e incentivos gerenciais, sendo que, na medida em que as empresas de listagem cruzada enfrentam diferentes incentivos e aplicação regulatória, as características dos dados contábeis reconciliados podem diferir, previsivelmente, dos reportados por empresas dos EUA.

Notam-se a preocupação e a valorização das informações contábeis divulgadas por empresas que possuem ações negociadas em diferentes países, de forma a evidenciar a mesma quantidade de informações. Em se tratando de empresas obrigadas a publicar demonstrações contábeis no Brasil e nos EUA, um ponto relevante a averiguar diz respeito ao valor justo, em que os EUA são líderes em pesquisas e aplicação. Segundo a pesquisa feita por Matos et al. (2017), utilizando uma amostra de 111 artigos publicados em jornais relevantes, no período de 2000 a 2016, observou-se que os Estados Unidos são o país que mais contém autorias em pesquisas sobre o valor justo, sendo responsável por 67% do total da pesquisa, indicando sua grande influência acadêmica no tema. Já no Brasil, a quantidade

de estudos sobre o tema é escassa.

No Brasil, o estudo de Bautista e Souza (2015), em que foi comparada a evidenciação da perda no valor recuperável de ativos nas empresas brasileiras que negociam ações na Bolsa de Valores de São Paulo e na Bolsa de Valores de Nova York, revelou que o nível de informações constantes nos Formulários 20F submetidos à SEC/EUA foi consideravelmente maior que o nível de informações constantes nas DFPs submetidas à CVM/Brasil, chamando atenção para a necessidade de maior transparência nas DFPs publicadas no Brasil, sendo que as empresas precisam apresentar no país o mesmo detalhamento de informações que prestam nos EUA.

O maior nível de detalhamento das informações contábeis das empresas que possuem ações negociadas nos EUA pode ser garantido por meio da aplicação da Lei Sarbanes-Oxley. Criada em 30 de julho de 2002 por dois congressistas, o senador Paul Sarbanes e o deputado republicano Michael Oxley, ela teve como motivação uma resposta aos sucessivos escândalos corporativos contábeis que aconteceram naquele país, os quais abalaram a credibilidade do mercado de capitais americano, feita com o intuito de promover maior proteção aos investidores e ao mesmo tempo melhorar a precisão e a confiabilidade no que diz respeito às divulgações de relatórios das companhias do mercado norte-americano (BORGETH, 2007).

Desta maneira, é relevante pesquisar se o investimento que os EUA



faz sobre as agências regulatórias (SEC), e a legislação (Lei Sarbanes-Oxley) é a base para o poder de imposição e punição que o país tem em relação ao cumprimento das normas regulatórias, garantindo uma divulgação mais ampla das informações se comparado com o Brasil. A presente investigação fornece evidências sobre a evidenciação do valor justo realizada no Brasil e nos EUA.

2.2. Valor Justo (*Fair Value*)

O pronunciamento contábil CPC 46 (2012, p. 3), correlacionado à norma IFRS 13 do IASB, define o valor justo como “preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração”. O referido pronunciamento contábil leva em consideração que os participantes envolvidos sejam justos e moralmente corretos.

Todavia, um dos principais questionamentos levantados nas pesquisas sobre o assunto é que há subjetividade na mensuração do valor justo e que este fato pode ser responsável pela manipulação de informações e resultados. A este respeito, Barth e Taylor (2010) levantaram na sua pesquisa a questão de a mensuração pelo valor justo de ativos securitizados estar sendo utilizado pelos gerentes de bancos para a manipulação de valores, principalmente dos juros retidos, resultando no aumento dos lucros trimestrais e defendem que as alterações nas normas contábeis do SFAS 157 (2006), nos EUA, devem ser usadas para garantir a aplicação correta do valor justo.

Em contraponto às críticas de possibilidade de manipulação por meio do uso do valor justo, existem os trabalhos que ressaltam a importância da mensuração pelo valor justo, a exemplo de Kulikova, Samitova e Aletkin (2015), que

analisaram as demonstrações financeiras consolidadas anuais de 50 bancos russos com o mais alto valor do patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2013, e verificaram que a mensuração de propriedades para investimento tem uma preferência pela mensuração com base no valor justo por ser mais eficiente na apresentação de informações ao setor financeiro.

Kulikova, Samitova e Aletkin (2015) ainda relatam que, de acordo com a norma IFRS 13 do IASB, há três técnicas de avaliação na mensuração do valor justo: abordagem de mercado, custo abordagem, abordagem de renda ou uma combinação de abordagens. A maioria das empresas da sua amostra depende do conjunto de métodos de avaliação, mas a abordagem de mercado é muito mais usada.

Neste contexto, é importante ressaltar que o valor de mercado nem sempre é igual ao valor justo, tendo em vista que o primeiro deve traduzir a expectativa dos investidores e o segundo buscará evidenciar o valor mais próximo da realidade, sendo que, dependendo do ambiente de negociação, o valor de mercado será diferente do valor justo (SOUZA; BORBA; UHLMANN, 2011)

O CPC 46 (2012, p.2) afirma que “o valor justo é uma mensuração baseada em mercado e, não, uma mensuração específica da entidade”, sendo que divide a informação em três níveis hierárquicos, dando mais importância para o nível onde os dados são observáveis.

O primeiro nível é baseado nos preços exatos de ativos e passivos que sejam idênticos ao que a entidade deseja mensurar. No segundo, as informações ainda são observáveis, mas em um mercado ativo semelhante. Já no terceiro, os dados não são observáveis e se faz necessária a utilização de técnicas de avaliação como o fluxo de caixa descontado (CPC 46, 2012).

Mesmo que no nível 3 exista certa incerteza e maior subjetividade devido aos dados não observáveis, de acordo com a Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro (2011), a informação a partir da mensuração a valor justo resulta em uma informação mais relevante e com maior fidelidade à realidade econômica podendo superar a objetividade e confiabilidade do custo histórico.

De acordo com Laux e Leuz (2010), mesmo com o pouco espaço para manipulação, o registro pelo custo histórico (preço de compra ou custo amortizado) é frequentemente criticado, considerando que a informação pode não ser relevante ou oportuna. Além disso, é importante destacar que o registro por custo não reconhece ganhos a menos que o ativo seja vendido, podendo servir como incentivo para os bancos venderem seletivamente (e recomprarem) ativos que negociam em mercados líquidos e se valorizam.

Nesse contexto, é possível reconhecer que até mesmo o registro por custo histórico pode abrir caminho para a manipulação da informação, como o exemplo dos bancos que podem vender ativos para aumentar os seus ganhos beneficiando os gerentes. Tendo em vista de que tanto o método pelo custo histórico quanto pelo valor justo podem ser alvos de manipulação, torna-se essencial priorizar o que resulta na informação mais fiel a realidade, o valor justo.

2.3. Estudos Semelhantes

Foram considerados como “estudos semelhantes” as pesquisas que abordaram a evidenciação do valor justo em empresas brasileiras e/ou estrangeiras. Como método de pesquisa foram usadas as bases de dados *Scientific periodicals electronic library* (Spell) e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de

Nível Superior (Capes). Buscaram-se artigos pelas seguintes palavras-chaves: Valor Justo, *Fair Value*, CPC 46, SFAS 157 e IFRS 13. (Quadro 1)

No que se refere aos resultados dos estudos anteriores, nota-se a aparente preferência das empresas brasileiras e internacionais pelo uso do custo histórico, o que pode indicar um conservadorismo e busca por objetividade. Sendo predominante o uso da mensuração a valor justo apenas quando ela é obrigatória, quando opcional, as

empresas tendem ao custo histórico. Também é perceptível a desconfiância do risco de manipulação de informações quando usado o valor justo e que a mensuração se torna mais relevante quando há mais informações disponíveis.

3 Metodologia da Pesquisa

3.1. Delineamento da Pesquisa

Trata-se de uma pesquisa classificada como descritiva, de acor-

do com Gil (1999), por ter como objetivo primordial a descrição das características por meio do estabelecimento de relações entre variáveis.

A abordagem do problema de pesquisa é qualitativa, que, segundo Richardson (2017), é caracterizada por poder “descrever a complexidade de um determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais”.

Quadro 1 – Pesquisas similares

| Autores | Objetivo e período analisado | Resultados |
|--|---|---|
| Freire et al. (2011). | Examinar e avaliar a adoção do SFAS 157 e as evidências resultantes dessa norma nas empresas brasileiras com ações na Nyse. Análise do ano de 2008. | Incompatibilidade da proporção da média de ativos e passivos financeiros mensurados a valor justo. Não houve impacto significativo a respeito dos efeitos na evidência de ganhos e perdas no resultado das empresas brasileiras listadas na Nyse que adotavam os US Gaap. |
| Souza, Borba e Uhlmann (2011). | Verificar o que as empresas de capital aberto brasileiras têm divulgado a respeito da utilização do valor justo em ativos no ano de 2008. | Não foi constatado uma homogeneidade em relação a quantidade de informações evidenciadas, mas todas fizeram menção ao termo valor justo, considerando uma boa inserção na realidade empresarial. |
| Cairns et al. (2011) | Investigar o uso da mensuração do valor justo e seu impacto na escolha da política contábil e comparabilidade das demonstrações financeiras de 228 empresas do Reino Unido e da Austrália em torno da adoção da International Financial Reporting Standards (IFRS), de 1º de janeiro de 2005. | Aumento esperado no uso da mensuração do valor justo instrumentos financeiros e pagamento baseado em ações, consequentemente aumentando a comparabilidade entre países. Pouco uso de mensuração do valor justo em áreas onde é opcional, exceto para propriedades de investimento. Nenhuma empresa mensurou ativos intangíveis ou instalações e equipamentos ao valor justo até a data do balanço. Há um uso limitado e seletivo da opção pelo valor justo para mensurar outros ativos financeiros e passivos que podem ser mensurados pelo custo amortizado. |
| Argilés, Garcia-blandon e Monllau (2011) | Analisa o debate sobre a conveniência de se mudar a mensuração de custo histórico para valor justo, com uma amostra de 347 fazendas espanholas, avaliando ativos no custo histórico e uma amostra aplicando o Valor Justo de 1995 a 2006. | Maioria dos testes revela mais poder de ganhos futuros sob avaliação pelo valor justo de ativos biológicos, o que não é explicado por diferenças na volatilidade dos lucros e lucratividade. O estudo também evidencia a existência de práticas contábeis erradas de custo histórico para ativos biológicos na agricultura. O estudo defende o uso da mensuração a valor justo pela vantagem da simplicidade, quando os valores de mercado estão disponíveis. |
| Lu e Mande (2014). | Usando demonstrações financeiras de bancos negociados publicamente nos primeiros trimestres de 2009 e 2010, o estudo examina se o fornecimento de informação aumenta a relevância do valor da hierarquia do valor justo. | Descoberto que a relevância do valor justo aumenta mais significativamente para ativos avaliados no Nível 2 da Hierarquia do valor justo. |
| Sodan (2015). | Investiga se a medida que os valores justos são usados nos relatórios financeiros está relacionada aos ganhos medidos pela qualidade nos países da Europa Oriental durante os períodos de 2002-2011. | Os resultados mostram que os ganhos sob um relatório baseado em valor justo têm classificações de qualidade agregada mais baixas para empresas e bancos nos países do Leste Europeu. Os ganhos líquidos reportados (perdas) de ativos ao valor justo por meio da demonstração do resultado dos bancos são menos significativos na explicação nas medidas de qualidade dos lucros. |
| Silva e Souza (2018). | Verificar a evidência dos critérios de mensuração do valor justo nos ativos das companhias de capital aberto brasileiras. Delimitou-se a análise da evidência do valor justo dos seguintes ativos: propriedades para investimento, instrumentos financeiros e ativos biológicos nos demonstrativos dos anos de 2014 e 2015 das 40 maiores empresas de capital aberto brasileiras, segundo a revista Exame, excluindo as instituições financeiras. | O nível mais utilizado pelas companhias, foi o nível 2, entretanto as empresas não evidenciaram as premissas utilizadas para coleta da informação, constatou-se também que nas empresas que possuíam exclusivamente um dos ativos delimitados somente 30,42% demonstraram de alguma forma os critérios de mensuração para avaliação dos ativos a valor justo, sendo ainda informações insuficientes e que não estão absolutamente em concordância com as exigências nomeadas pelo CPC 46 (2012). |

Fonte: elaborado pelos autores.

A obtenção dos dados foi documental, visto que foram analisadas as notas explicativas integrantes das Demonstrações Financeiras Padronizadas (DFPs) no Brasil e os Formulários 20F divulgados nos Estados Unidos referentes ao ano de 2016.

3.2. Amostra de Pesquisa

Através do *site* da Nyse obteve-se a lista de empresas com ações na Bolsa de Valores de Nova York no ano de 2016, na qual se filtraram as companhias brasileiras que totalizavam 27, e excluíram-se 3 por serem instituições financeiras, tendo em vista que o Banco Central (Bacen) não aprovou o CPC 46. Dessa forma, tais instituições possuem normas específicas tratando do tema. Também foi excluída da amostra a empresa CPFL Energia S.A. por não apresentar a Demonstração Financeira Padronizada do ano de 2016, impedindo a comparação da evidenciação. O Quadro 1 apresenta a amostra de companhias que constituíram objeto de análise nesta pesquisa.

Diante do exposto, a amostra de pesquisa foi composta de 23 empresas, sendo que foram analisados dois demonstrativos contábeis para cada uma delas, ou seja, a pesquisa é elaborada com base na análise de 46 relatórios contábeis, sendo 23 DFPs (Brasil) e 23 Formulários 20-F (EUA).

3.3. Instrumento de Pesquisa

Após a análise das orientações de divulgação acerca do valor justo contidas no CPC 46, que abrange as regras no Brasil, e SFAS 157 (*Fair Value Disclosures*), que define a forma de divulgação nos Estados Unidos, elaborou-se uma Lista de Verificação contendo os itens que as companhias precisam divulgar na finalidade de apresentar transparência quanto às informações sobre o valor justo.

A lista de verificação constante no Quadro 1 foi o instrumento utilizado para coletar os dados nas notas explicativas das companhias componentes da amostra, a fim de verificar se as informações constantes em cada demonstrativo são iguais entre si, tendo em vista que divulgam dados da mesma empresa e período em países diferentes. Para cada empresa, analisou-se individualmente a evidenciação de cada ativo avaliado a valor justo.

3.4. Procedimentos de Pesquisa

A partir da Lista de Verificação, foram tabuladas e apresentadas as características de evidenciação da mensuração do valor justo nas companhias componentes da amostra, visando demonstrar um comparativo entre as informações divulgadas nas notas explicativas do ano de 2016 integrantes das DFPs no Brasil e nos Formulários 20F divulgados nos Estados Unidos, considerando a divulgação de uma mesma empresa em países distintos.

Quadro 1 – Amostra da pesquisa

| |
|--|
| Atento S.A. |
| BrasilAgro Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas |
| Braskem S.A. |
| BRF - Brasil Foods S.A (formerly Perdigão S.A.) |
| Centrais Eletricas Brasileiras S.A. (Eletrobras) |
| Companhia Brasileira de Distribuição |
| Companhia de Bebidas das Américas (AmBev) |
| Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp) |
| Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig) |
| Companhia Paranaense de Energia (Copel) |
| Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) |
| Coslan Ltd. |
| Embraer S.A. |
| Fibria Celulose S.A. |
| Gafisa S.A. |
| Gerdau S.A. |
| GOL Linhas Aéreas Inteligentes S.A. (GOL) |
| Oi S.A. |
| Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras) |
| Telefônica Brasil S.A. |
| TIM Participações S.A. |
| Ultrapar Participações S.A. |
| Vale S.A. |

Fonte: elaborado pelos autores com base na relação divulgada pela Nyse, em 2016.

Quadro 2 – Verificação da Divulgação do Valor Justo

| Lista de Verificação |
|---|
| Informação sobre quais ativos são mensurados a valor justo |
| Informação sobre o nível de hierarquia utilizado na mensuração do valor justo |
| Informação sobre a existência de um mercado ativo para avaliação do valor justo |
| Explicação da técnica utilizada para o cálculo do valor justo |
| Informação sobre os valores correspondentes a avaliação a valor justo |
| Divulgações quantitativas usando um formato tabular |

Fonte: Elaborado pelos autores com base no pronunciamento contábil 46 (R1, 2010) e norma SFAS 157.

Dessa forma, para cada empresa da amostra, foi realizada a comparação das informações divulgadas nos dois países a respeito do valor justo, sendo o resultado posteriormente ilustrado por meio de tabelas e gráficos.

4 Apresentação e Análise dos Dados

Visando demonstrar a frequência dos ativos analisados nesta pesquisa, quanto a sua mensuração pelo valor justo, na amostra analisada, o Quadro 3 demonstra os resultados verificados.

Nota-se que todas as empresas da amostra evidenciaram Instrumentos Financeiros mensurados a Valor Justo. Outro ponto importante é que apenas as empresas BrasilAgro S.A., BRF S.A. e Fibria S.A. apresentaram ativos biológicos, possivelmente pelo setor de atuação a que elas pertencem. Além disso, a empresa BrasilAgro foi a única que apresentou uma Propriedade para Investimento, as demais empresas não apresentaram este tipo de ativo.

A frequência dos ativos apresentados assemelha-se à quantidade apresentada na análise feita por Silva e Souza (2018), na qual a amostra da pesquisa foi composta pelas 40 maiores empresas de capital aberto brasileiras, nos anos de 2014 e 2015, sendo que apresentou 97,5% de frequência para Instrumentos Financeiros. Porém, diferentes dos resultados do presente estudo, os ativos biológicos tiveram a frequência menor do que as Propriedades para Investimento. Mas, de forma geral, é possível perceber que o ativo mais impactante na análise e evidênciação de ativos mensurados a Valor Justo são os Instrumentos Financeiros.

4.1. Instrumentos Financeiros

Nas Demonstrações Padronizadas, verificou-se que a maioria dos

instrumentos financeiros da amostra tiveram seu valor justo mensurado com base no nível 2 de hierarquia, representando 53% do total em concordância com o que foi analisado nos anos de 2014 e 2015 por Silva e Souza (2018). Em segundo lugar, foi utilizado o nível 1, com 41% e, por fim, com 7% foi utilizado o nível 3.

Importante ressaltar que apenas 10 das 25 contas contábeis identificadas como instrumentos financeiros tiveram seus ativos inteiramente mensurados em um único nível. Aproximadamente 63% das empresas que apresentaram Ins-

trumentos financeiros informaram quais ativos financeiros são mensurados a valor justo, sendo os principais: aplicações financeiras, *swaps* de taxa de juros, derivativos, títulos e valores mobiliários. A informação está em concordância com o estudo semelhante feito por Freire et al. (2011), no qual também são relatados títulos e valores mobiliários e derivativos como principais ativos discriminados; também se verificou que muitas empresas não detalham as categorias de ativos. O Quadro 1 ilustra os resultados verificados nas DFPs para, em seguida, realizar as comparações com as

Quadro 3 – Frequência dos ativos analisados

| Empresa | Instrumentos Financeiros | Propriedades p/ investimento | Ativos Biológicos |
|--|--------------------------|------------------------------|-------------------|
| Atento S.A. | X | | |
| BrasilAgro Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas | X | X | X |
| Braskem S.A. | X | | |
| BRF - Brasil Foods S.A (formerly Perdigão S.A.) | X | | X |
| Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobras) | X | | |
| Companhia Brasileira de Distribuição | X | | |
| Companhia de Bebidas das Américas (AmBev) | X | | |
| Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp) | X | | |
| Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig) | X | | |
| Companhia Paranaense de Energia (Copel) | X | | |
| Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) | X | | |
| Cosan Ltd. | X | | |
| Embraer S.A. | X | | |
| Fibria Celulose S.A. | X | | X |
| Gafisa S.A. | X | | |
| Gerdau S.A. | X | | |
| GOL Linhas Aéreas Inteligentes S.A. (GOL) | X | | |
| Oi S.A. | X | | |
| Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras) | X | | |
| Telefônica Brasil S.A. | X | | |
| TIM Participações S.A. | X | | |
| Ultrapar Participações S.A. | X | | |
| Vale S.A. | X | | |

Fonte: elaborado pelos autores com base nas informações da DFPs, de 2016.

evidenciações verificadas no Formulário 20-F (Gráfico 1).

No formulário 20-F, identificou-se que as empresas Atento S.A., Embraer S.A. e Petrobras apresentaram o valor do Instrumento financeiro em Dólar em vez de Real, o que impossibilitou a comparação da evidenciação nos dois demonstrativos analisados.

A empresa Cosan S.A. informou valores diferentes na DFP e no Formulário 20-F, sendo que, no primeiro, o valor foi dividido nos níveis 1 e 2, enquanto que, no segundo, foi inteiramente mensurado com base no nível 2 e com um valor maior do que na demonstração brasileira. Já, nas empresas Fibria S.A., Vale S.A. e Companhia Brasileira de Distribuição S.A., não se identificaram os valores dos ativos financeiros no formulário 20-F. Nas demais empresas, os valores foram iguais nas duas demonstrações, resultando em um total de 75% de concordância.

Tanto nos Demonstrativos Financeiros Padronizados quanto nos Formulários 20-F, não foi identificada nenhuma empresa que tenha sido bem específica no que se refere às premissas utilizadas para a coleta das informações ou na evidenciação da existência de um mercado ativo. Essa constatação coincide com o que foi relatado por Silva e Souza (2018), quando informam que, nas empresas que utilizaram o nível 2 de hierarquia, maioria da amostra, para mensuração do valor justo, nenhuma informou as premissas para coleta das informações, e que menos de 31% das empresas que possuíam, exclusivamente, propriedades para investimento, instrumentos financeiros ou ativos biológicos demonstraram, de alguma forma, os critérios de mensuração para avaliação dos ativos pelo valor justo.

4.2. Ativos Biológicos

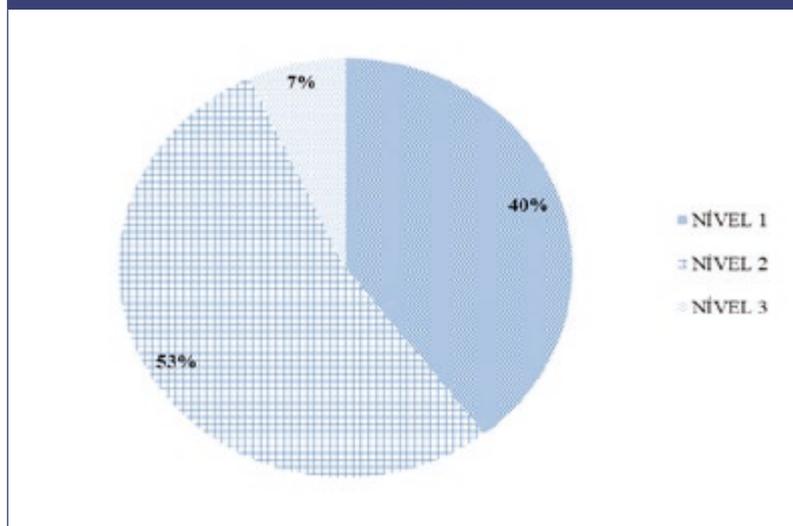
Conforme é possível analisar no Gráfico 2, não houve mensuração de ativos biológicos utilizando o

nível 1. Em relação a esses ativos, 75% da amostra utilizou o nível 3 e 25% das empresas utilizaram o nível 2 para mensurar o valor justo. O Gráfico 2 apresenta os resultados verificados nas DFPs para, em seguida, fazer as comparações com as evidenciações verificadas no Formulário 20-F.

Identificaram-se ativos biológicos em apenas três empresas da

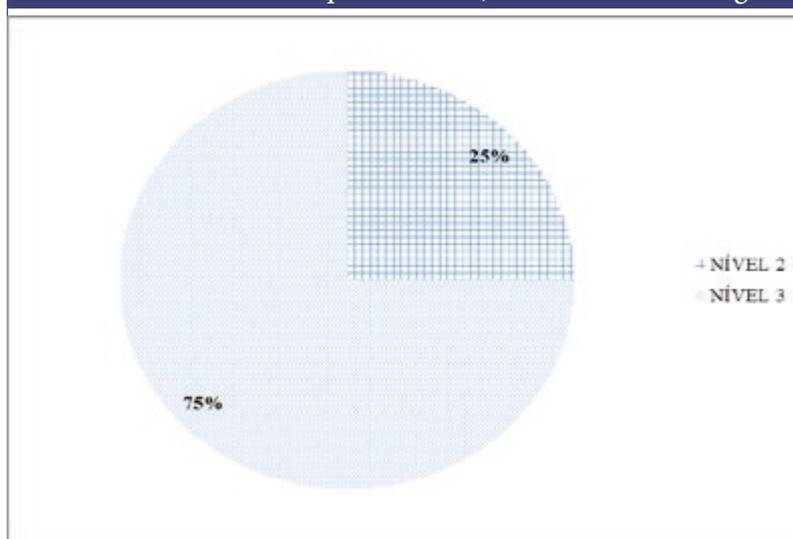
amostra, tanto nas DFPs quanto nos Formulários 20-F, sendo elas: BrasilAgro S.A., BRF S.A. e Fibria S.A. Nas duas primeiras, os valores demonstrados no DFP e no formulário 20-F foram iguais; na empresa Fibria, não foi possível identificar e evidenciação do valor dos ativos biológicos, ou seja, houve 100% de concordância nos dados que foram apresentados.

Gráfico 1 - Nível de hierarquia do Valor Justo dos Instrumentos financeiros



Fonte: elaborado pelos autores com base nas informações da DFPs, de 2016.

Gráfico 2 - Nível de hierarquia do Valor Justo dos Ativos Biológicos



Fonte: elaborado pelos autores com base nas informações da DFPs de 2016.

A quantidade de informações mencionadas referentes aos ativos em questão foram bem similares nos dois demonstrativos (DFPs e Formulário 20-F). Na empresa BRF S.A., foi utilizada a técnica de avaliação chamada "*income approach*", sendo para a companhia a técnica de avaliação mais apropriada para o cálculo do valor justo de suas florestas, nas quais o valor do ativo está relacionado ao valor presente dos fluxos de caixa líquidos gerados pelo ativo biológico no futuro. Já, na empresa Fibria S.A., o valor justo foi determinado, utilizando o método de fluxo de caixa descontado, considerando algumas assunções, como o volume de madeira, separado por ano de plantio, e medido pelo valor de venda equivalente de madeira em pé.

A empresa BrasilAgro S.A. foi a única que dividiu a mensuração em nível 2 e 3, sendo que o valor justo foi mensurado por meio de técnicas de avaliação, incluindo o fluxo de caixa descontado. Para o gado bovino, o valor foi calculado por meio dos preços praticados no mercado de gado na região da Bahia e das métricas utilizadas no mercado. Tanto para o gado consumível quanto para o gado para produção, a mensuração foi baseada na arroba e na faixa etária dos animais. Quando não for viável o acesso aos dados dos mercados ativos, o valor justo foi determinado por meio de um nível de julgamento que inclui considerações sobre os dados, como, por exemplo, preço, produtividade, custo de plantio e custo de produção.

Importante ressaltar que tanto nas Demonstrações Financeiras Padronizadas quanto nos Formulários 20-F das empresas BrasilAgro S.A., BRF S.A. e Fibria S.A. as informações referentes à mensuração do valor justo são muito semelhantes, existindo até mesmo trechos iguais.

4.3. Propriedades para Investimento

Foi identificada apenas uma Propriedade para Investimento na amostra, que pertence a empresa BrasilAgro S.A., mensurado no nível 2 de hierarquia do Valor Justo. O valor apresentado na DFP é igual ao que consta no Formulário 20-F; nos dois demonstrativos, o valor justo das propriedades para investimento divulgados em notas explicativas nas demonstrações financeiras foi obtido por meio de avaliação elaborada internamente pela Companhia.

Foi informado, nos dois demonstrativos (DFP e Formulário 20-F), que o cálculo do valor justo foi efetuado por meio de normas praticadas pelo mercado, considerando a caracterização, localização, tipo de solo, clima da região, cálculo das benfeitorias, apresentação dos elementos e cálculo de valores de terrenos, que podem sofrer variações relacionadas a essas variáveis. Foi identificada uma concordância de 100% entre os dados evidenciados nos dois demonstrativos.

5 Conclusões

Após a análise de 23 Demonstrações Financeiras Padronizadas e dos 23 Formulários 20-F, verificou-se que 79% dos valores dos instrumentos financeiros, ativos biológicos e propriedades para investimento foram evidenciados de forma semelhante nos demonstrativos publicados no Brasil e nos Estados Unidos. Ao indicar que ainda existem empresas que publicam informações distintas nos respectivos relatórios contábeis, mas em concordância com Cairns et al. (2011), o aumento da mensuração a Valor Justo durante os anos eleva a comparabilidade das informações contábeis entre os países.

No que tange à resposta ao problema levantado no presente estu-

do, pode-se relatar que se trata de um perfil generalizadamente conservador, tendo em vista as informações levantadas a partir das DFPs e do Formulário 20-F. Com base na lista de verificação apresentada anteriormente, não são muito específicas, ou seja, as empresas tendem a evidenciar textos padronizados, em muitos casos extraídos das normas de contabilidade, porém, sem especificar detalhes de sua própria natureza e mensuração.

Outro ponto deficitário verificado nos demonstrativos contábeis publicados pelas empresas analisadas é a informação com mais detalhes referentes ao cálculo do valor justo e a citação do mercado utilizado para embasamento da mensuração, nos casos em que foram utilizados os níveis 1 e 2 para obtenção dele. O estudo de Freire et al. (2011), em sua amostra, também constatou que maior parte da mensuração a valor justo foi baseada nos níveis 1 e 2 de hierarquia.

As inconsistências encontradas resultantes da diferença no valor do instrumento financeiro e a divulgação em moeda estrangeira verificada em algumas demonstrações publicadas no Brasil podem sugerir possíveis problemas na divulgação das informações, o que pode prejudicar a tomada de decisão de investidores.

Ressalta-se como limitações da presente pesquisa que os resultados encontrados dizem respeito à amostra e ao período analisado, não podendo ser extrapolados para outras empresas e períodos diferentes. Com base na investigação realizada, sugere-se como proposta para pesquisas futuras a realização de uma análise temporal, visando constatar evidências sobre a evolução das práticas de evidenciação das companhias brasileiras que possuem ações listadas nos Estados Unidos.

6. Referências

ALMEIDA, Elizangela Santos de; XAVIER, Elton Dias. O poder normativo e regulador das agências reguladoras federais: abrangência e limites. In: *Âmbito Jurídico*, Rio Grande, XV, n. 98, mar 2012. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/?artigo_id=11293&n_link=revista_artigos_leitura>. Acesso em: 20 de mar. 2018.

ARGILÉS, Josep M.; GARCIA-BLONDON, Josep; MONLLAU, Teresa. Fair Value versus Historical cost-based valuation for biological assets: Predictability of Financial information. *Revista de Contabilidad-spanish Accounting Review*, Espanha, v. 14, n. 2, p.87-113, jul. 2011.

BARTH, Mary; TAYLOR, Daniel. In defense of fair value: Weighing the evidence on earnings management and asset securitizations. *Journal Of Accounting And Economics*, [s.l.], v. 49, n. 1-2, p.26-33, fev. 2010. Elsevier BV. <http://dx.doi.org/10.1016/j.jacceco.2009.10.001>. Acesso em: 15 fev. 2018.

BAUTISTA, Caroline Camargo Cobo; SOUZA, Maíra Melo de. Perda no Valor Recuperável de Ativos: Um estudo comparativo nas empresas brasileiras que negociam ações no Brasil e nos Estados Unidos. In: Encontro Catarinense de estudantes de Ciências Contábeis - ECECON, 13., 2015, Florianópolis. Florianópolis: UFSC, 2015. p. 1 - 20. Disponível em: <[https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/163125/Caroline Camargo Cobo Bautista.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/163125/Caroline%20Camargo%20Cobo%20Bautista.pdf?sequence=1&isAllowed=y)>. Acesso em: 01 nov. 2017

BELLI, Márcio Marcelo; MARCIANO, Liégine Maiara Santos; Milani FILHO, Marco Antonio Figueiredo; Poker JUNIOR, Johan Hendrik. Análise da percepção dos efeitos da Lei Sarbanes Oxley nas empresas brasileiras que possuem ADRS. *Revista de Contabilidade do Mestrado de Ciências Contábeis da UERJ*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 3, p.27-54, set. 2016. Quadrimestral. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rcmccuerj/article/view/21069>>. Acesso em: 05 nov. 2017.

BORGERTH, Vania Maria da Costa. A lei Sarbanes-Oxley: um caminho para a informação transparente. 141 f. Dissertação (Mestrado) - Faculdades IBMEC, Programa de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração e Economia, Rio de Janeiro, 2005. Acesso em: 05 nov. 2017.

BORBA, José Alonso; SOUZA, Maíra Melo de. Uma verificação do impairment loss nas demonstrações financeiras padronizadas (CVM) e no Formulário 20-F (SEC) das empresas brasileiras que negociam ADRs na Bolsa de Valores dos Estados Unidos. *Revista Brasileira de Contabilidade*, [S.l.], n. 180, p. 80-93, abr. 2012. ISSN 2526-8414. Disponível em: <<http://rbc.cfc.org.br/index.php/rbc/article/view/866>>. Acesso em: 05 nov. 2017.

COMISSÃO SE VALORES MOBILIÁRIOS, Home Page. Disponível em: <http://www.cvm.gov.br/menu/aceso_informacao/institucional/sobre/cvm.html>. Acesso em: 30 abr. 2018.

CAIRNS, David; MASSOUDI, Dianne; TAPLIN, Ross; TARCA, Ann. IFRS fair value measurement and accounting policy choice in the United Kingdom and Australia. *The British Accounting Review*, v. 43, n. 1, p.1-21, mar. 2011. Elsevier BV. <http://dx.doi.org/10.1016/j.bar.2010.10.003>.

CAMARGO, Renata Freitas IFRS x BR GAAP x US GAAP: como as normas da Contabilidade Internacional influenciam na gestão orçamentária? 2017. Disponível em: <<https://www.treasury.com.br/blog/ifrs-x-br-gaap-x-us-gaap-gestao-orcamentaria>>. Acesso em: 01 out. 2017.

CPC - COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. Pronunciamento Técnico Contábil CPC 46, Mensuração do Valor Justo, aprovado em 07 de dezembro de 2012. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/CPC>>. Acesso em: 01 out. 2017.

CPC - COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. Pronunciamento Conceitual Básico (R1), Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro, aprovado em 02 de dezembro de 2011. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/CPC>>. Acesso em: 05 fev. 2018.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS. Instrução CVM nº 457: de 13 de Julho de 2007. Brasil: Diário Oficial da União, 2007. Disponível em: <<http://www.cvm.gov.br/legislacao/instrucoes/inst457.html>>. Acesso em: 01 mar. 2018.

COSTA, Fábio Moraes da; LOPES, Alexsandro Broedel. Ajustes aos US-GAAPs: estudo empírico sobre sua relevância para

empresas brasileiras com ADRs negociados na bolsa de Nova Iorque. *Revista Contabilidade & Finanças*, [s.l.], v. 18, n. , p.45-57, jun. 2007. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s1519-70772007000300005>. Acesso em: 02 fev. 2018.

FREIRE, Fátima de Souza; SALES, Isabel Cristina Henriques; NIYAMA, Jorge Katsumi; IKUNO, Luciana Miyuki. Valor Justo: Impactos do SFAS 157 nas empresas Brasileiras listadas na NYSE. *Fae, Curitiba*, v. 6, n. 1, p.110-125, jun. 2011. Semestral. Disponível em: <<https://revistafae.fae.edu/revistafae/article/view/187>>. Acesso em: 01 out. 2017.

GIL, Antônio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

KULIKOVA, L.i.; SAMITOVA, A.r.; ALETKIN, P.a.. Investment Property Measurement at Fair Value in the Financial Statements. *Mediterranean Journal Of Social Sciences*, [s.l.], p.402-405, 1 fev. 2015. Walter de Gruyter GmbH. <http://dx.doi.org/10.5901/mjss.2015.v6n1s3p401>. Acesso em: 10 dez. 2017.

LAUX, Christian; LEUZ, Christian. Did Fair-Value Accounting Contribute to the Financial Crisis? *Journal Of Economic Perspectives*, EUA, v. 24, n. 1, p.93-118, fev. 2010. American Economic Association. <http://dx.doi.org/10.1257/jep.24.1.93>. Disponível em: <<https://www.aeaweb.org/articles?id=10.1257/jep.24.1.93>>. Acesso em: 25 mar. 2018.

LANG, Mark; RAEDY, Jana Smith; WILSON, Wendy. Earnings management and cross listing: Are reconciled earnings comparable to US earnings? *Journal Of Accounting And Economics*, v. 42, n. 1-2, p.255-283, out. 2006. Elsevier BV. <http://dx.doi.org/10.1016/j.jacceco.2006.04.005>. Acesso em: 05 jan. 2018.

LU, Hung-yuan (richard); MANDE, Vivek. Does disaggregation of fair value information increase the value relevance of the fair value hierarchy? *Research In Accounting Regulation*, v. 26, n. 1, p.90-97, abr. 2014. Elsevier BV. <http://dx.doi.org/10.1016/j.racreg.2014.02.009>.

NIYAMA, Jorge Katsumi; COSTA, Patrícia de Souza; AQUINO, Ducineli Régis Botelho de. Principais causas das diferenças internacionais no financial reporting: uma pesquisa empírica em instituições de ensino superior do Nordeste e Centro-oeste do Brasil. *Contexto, Porto Alegre*, v. 5, n. 8, p.1-22, jun. 2005. Acesso em: 05 jan. 2018.

MATOS, Eduardo Bona Safe; ARAÚJO, Lucas Vieira Lôbo de; GUERRA, Mariana; MURCIA, Fernando Dal-Ri. Estudos Internacionais Sobre Valor Justo (2000-2016): Temáticas, Métodos e Sugestões de Pesquisas Futuras. *Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade (repec)*, [s.l.], v. 11, n. 3, p.276-295, 11 jul. 2017. ABRACICON: Academia Brasileira de Ciências Contábeis. <http://dx.doi.org/10.17524/repec.v11i3.1559>. Acesso em: 05 jan. 2018.

PÉREZ, Carmen Caba; HERNÁNDEZ, Antonio M. López. La difusión de información financiera gubernamental en los países del mercosur: su armonización a través de la aplicación de las IPSASS de la IFAC. *Revista Contabilidade & Finanças - USP, São Paulo*, v. 14, n. 33, p.90-100, set. 2003. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/rcf/article/view/34113/36845>>. Acesso em: 20 nov. 2017.

RICHARDSON, Roberto Jarry;. *Pesquisa Social: Métodos e Técnicas*. 4. ed. Goiás: Atlas S.a., 2017. 334 p.

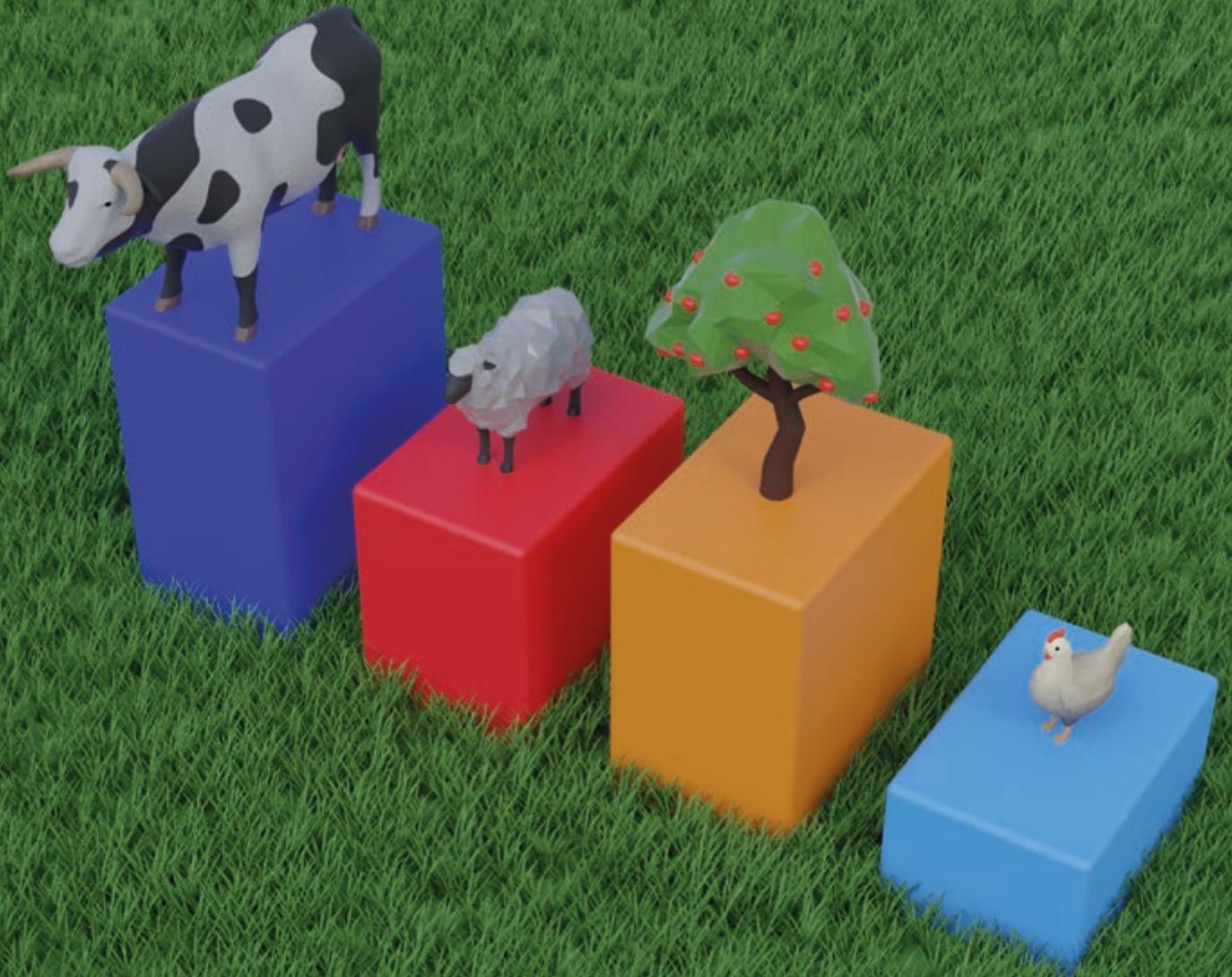
SILVA, Cátia Beatriz Amaral da; MADEIRA, Geová José; ASSIS, José Luiz Ferreira de. Harmonização de Normas Contábeis: um estudo sobre as divergências entre Normas Contábeis Internacionais e seus reflexos na Contabilidade Brasileira. *Revista Contemporânea de Contabilidade, Florianópolis*, v. 1, n. 01, p.115-139, 2004. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/html/762/76200107/>>. Acesso em: 20 nov. 2018.

SILVA, Heloisa Jochem da; SOUZA, Maíra Melo de. Evidenciação dos critérios de mensuração do Valor Justo: uma análise nos ativos das companhias de capital aberto brasileiras. *Revista Unifebe, Florianópolis*, v. 1, n. 23, p.168-189, 2018.

SODAN, Slavko. The Impact of Fair Value Accounting on Earnings Quality in Eastern European Countries. *Procedia Economics And Finance*, v. 32, p.1769-1786, 2015. Elsevier BV. [http://dx.doi.org/10.1016/s2212-5671\(15\)01481-1](http://dx.doi.org/10.1016/s2212-5671(15)01481-1).

SOUZA, Maíra Melo de; BORBA, José Alonso; UHLMANN, Vivian Osmari. Valor Justo: Uma verificação das informações divulgadas por empresas de capital aberto Brasileiras. *Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da Uerj, Rio de Janeiro*, v. 16, n. 3, p.99-114, dez. 2011. Acesso em: 20 nov. 2018.

YAMAMOTO, Marina Mitiyo; SALOTTI, Bruno Meirelles. *Informação Contábil: Estudos sobre a sua divulgação no Mercado de Capitais*. São Paulo: Atlas, 2006.



Impacto da aplicação do valor justo dos ativos biológicos nos indicadores econômicos das empresas do Índice Brasil 50

O presente estudo tem como objetivo analisar o impacto da aplicação do valor justo (*fair value*) nos ativos biológicos e nos indicadores econômicos das empresas do Índice Brasil 50 (IBrx50). Os procedimentos metodológicos utilizados caracterizam o estudo quanto aos objetivos como pesquisa descritiva; quanto aos procedimentos, pesquisa documental; quanto à abordagem do problema, a pesquisa apresenta aspectos de natureza qualitativa. A coleta de dados se deu a partir de uma análise nas demonstrações contábeis das empresas que possuem ativos biológicos e da Econômica. Os resultados evidenciaram que, ao registrar uma perda por valor justo, os indicadores tendem a melhorar, e quando há o registro de um ganho por valor justo, eles tendem a piorar. O ativo biológico possui boa representatividade sobre o ativo total, em especial a Fibria S.A., Klabin S.A. e Suzano S.A., onde o percentual foi de 12,63%, 17,87% e 12,84%, respectivamente. A BRF é a empresa que em percentual onde o valor justo tem maior representatividade sobre o ativo biológico, variando de 51,45% a 71,17%. Sendo assim, a avaliação pelo valor justo também possui impacto significativo sobre os indicadores de resultado, verificando um cenário mais otimista.

Alexandre Bisinella

Acadêmico da 10ª fase do curso de Ciências Contábeis pela Universidade do Oeste de Santa Catarina (Unoesc).

E-mail: alexandre.bisinella@hotmail.com

Gustavo Barreto Dresch

Acadêmico da 10ª fase do curso de Ciências Contábeis pela Universidade do Oeste de Santa Catarina (Unoesc).

E-mail: guga19961@hotmail.com

André Carlos Einsweiler

Mestrando em Ciências Contábeis pela Uno-chapecó. Professor da área de Ciências Sociais da Unoesc. Especialista em Convergência às Normas Internacionais (IFRS) e Bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade do Oeste de Santa Catarina (Unoesc).

E-mail: andre.einsweiler@unoesc.edu.br

2142 – Recebido em 2/1/2019. Distribuído em 2/1/2019. Pedido de revisão em 11/2/2019 e 20/3/2019. Aprovado em 6/3/2019, na quinta rodada, por dois membros do Conselho Editorial. Publicado na edição maio-junho de 2019. Organização responsável pelo periódico: Conselho Federal de Contabilidade.

1. Introdução

Ao longo dos anos, a Contabilidade vem passando por vários processos de mudanças, de forma que traz informações indispensáveis para a tomada de decisões nas empresas (ALEIXO, 2013). Segundo Peleias et al. (2007), a evolução da Contabilidade está associada ao progresso da humanidade. Esse fato é identificado e analisado sob distintas perspectivas.

A partir de então, tornou-se indissociável a contabilidade a ser exercida no país com a contabilidade praticada nos países que adotam os padrões internacionais de Contabilidade, emitidos pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (SHIMAMOTO; REIS, 2010). Duas normas, uma a nível nacional – Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC 29 – e a outra a nível internacional – IAS 41 –, determinam que os ativos biológicos, definidos como animais e plantas vivos, sejam mensurados e reconhecidos nas demonstrações financeiras com base no valor justo, utilizando o valor de mercado como critério apropriado para determinação deste (RECH, OLIVEIRA, 2011).

Ludícibus e Martins (2007) destacam que não existem dúvidas quanto à importância da introdução do valor justo na Contabilidade brasileira, o que representa um avanço das práticas contábeis, porém, seria necessário tornar mais objetiva a sua mensuração. “O valor justo compreende o montante pelo qual um ativo pode ser negociado entre partes interessadas, conhecedoras do negócio e independentes entre si, com a ausência de fatores que pressionem para a liquidação da transação ou que caracterizem uma transação compulsória.” (CPC 29, 2009, p. 1).

Com tais adequações às normas internacionais, bem como às normas emitidas pela Comissão

de Pronunciamentos Técnicos, em 2010, por meio do CPC 29, sendo que este equivale à IAS 41, as empresas que possuem ativo biológico devem registrá-lo pelo valor justo (*fair value*). Barros et al. (2012) diz que a aplicabilidade da nova norma (CPC 29) tem gerado algumas dificuldades para as empresas, por trazer como tratamento contábil para este segmento a obrigatoriedade da mensuração e a divulgação dos ativos biológicos e dos produtos agrícolas a valor justo (*fair value*).

Diante do objetivo exposto, surge o seguinte problema de pesquisa: **Qual o impacto do valor justo dos ativos biológicos nos indicadores econômicos das empresas do Índice Brasil 50 (IBRX50)?** Desta forma, o presente estudo objetiva analisar o impacto da aplicação do valor justo (*fair value*) nos ativos biológicos nos indicadores econômicos das empresas do IBRX50.

O Brasil é um país com grande volume de agronegócios e um dos maiores do mundo, e a mudança no modelo contábil praticado na atividade rural trouxe um grande impacto na sua economia (SILVA, 2014 apud MARION, 2012). De acordo com o IBGE (2017), o setor agronegócio acumulou em 2017 um crescimento de acumulado de 14,5%. Esse crescimento é reflexo do resultado de culturas importantes, como: soja, algodão, arroz, cana-de-açúcar, milho, entre outros. Destaca-se também para o PIB do agronegócio que participa com 23% a 24%. Comparando-se com os demais setores, indústria e serviços, tiveram contribuição negativa na formação do PIB, de -0,9% e -0,2%, respectivamente.

Segundo a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), o Brasil tem pa-

pel de protagonismo na resposta à demanda global por alimentos. De 2024 a 2027, o Brasil estará produzindo 300 milhões de toneladas de grãos, o que é chave para que se possa pensar em segurança alimentar para a população de todo o planeta (FAO, 2018).

Sendo assim, o estudo justifica-se tendo em vista que a escolha das empresas que compõem o IBRX50 fazem parte de mercados mais desenvolvidos exigindo maior divulgação das informações e ser o indicador do desempenho médio das cotações dos 50 ativos de maior negociabilidade e representatividade do mercado de ações brasileiro.

O período está delimitado entre os anos de 2011 a 2017 devido às mudanças ocorridas nas Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS). Antunes et al. (2012) dissertam sobre as inovações trazidas, principalmente, pela Lei n.º 11.638/2007 e afirmam que as mudanças introduzidas buscam aprimorar a qualidade da informação contábil, tendo como foco principal a sua utilidade para o usuário dessa informação, melhorias visando aprimorar a compreensibilidade, a relevância, a confiabilidade e a comparabilidade das informações divulgadas, que são as características qualitativas da informação contábil e que as tornam úteis.

2. Fundamentação Teórica

Nesta seção, serão abordados os assuntos que dão sustentação a fundamentação teórica. Primeiramente, os ativos biológicos, na sequência, valor justo; em seguida, os indicadores econômicos; e, por fim, os estudos correlatos que dizem respeito ao tema do referido estudo.



2.1 Ativos Biológicos

Para compreender o que é um ativo biológico, antes é necessário compreender o conceito de “ativo”. De acordo com o CPC 00, que trata da Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro, um ativo é **um recurso controlado pela entidade como resultado de eventos passados e do qual se espera que fluam futuros benefícios econômicos para a entidade. Ou seja, é o potencial do ativo em contribuir para o caixa ou equivalentes para a empresa.** Goulart (2002) disserta que, em muitos cursos de Contabilidade, o conceito de ativos é apresentado como “o conjunto de bens e direitos de uma entidade” ou como “as aplicações de recursos” de uma empresa.

Por meio da Deliberação CVM n.º 596, de 15 de setembro de 2009, torna-se obrigatória, para todas as empresas de capital aberto, a adoção das exigências impostas pelo CPC 29 (CVM, 2009). De acordo com o CPC 29, “Ativo biológico é um animal e/ou uma planta, vivos”, sendo que este deve ser reconhecido quando a entidade controla o ativo como resultado de eventos passados, quando for provável que benefícios econômicos futuros associados com o ativo fluirão para a entidade e quando o valor justo ou o custo do ativo puder ser mensurado confiavelmente.

Os ativos são classificados como animais e plantas vivas passíveis de transformação biológica, desde o seu reconhecimento inicial – nascimento, crescimento e morte; é também dependente de condições climáticas, as quais podem afetar seu valor. Quando esse ativo para de produzir ou conclui a vida, o ativo passa a ser classificado como produto agrícola. Como exemplo de ativo biológico, tem-se uma plantação de eucalipto, que, a partir do momento que uma árvore é cor-

tada, se transforma em madeira e passa a ser um produto agrícola (MARION, 2010).

Brito (2010) define que os ativos biológicos são aqueles que são dotados de vida e, por isso, estão sujeitos a transformações biológicas (nascimento, crescimento, degeneração e morte).

O CPC 29 define como produto agrícola ou produção agrícola o produto colhido de ativo biológico da entidade, como, por exemplo, um carneiro (animal vivo), que é considerado um ativo biológico, enquanto a lã extraída deste carneiro é um produto agrícola. Contudo, o CPC 29 não se estende aos produtos resultantes do processamento dos produtos agrícolas, sendo aplicado a esses o CPC 16 – Estoques, como, por exemplo, a confecção de um tapete a partir da lã de um carneiro.

Para determinar o valor, a empresa precisa avaliar o preço para o ativo biológico ou produto agrícola no mercado ativo, cotando seu valor justo e condições disponíveis. Com a ausência de mercado, o valor a ser utilizado como base deve seguir as transações efetuadas recentemente, disponíveis nas demonstrações financeiras, ou deve fazer uso das cotações de ativos similares com a mesma precificação de mercado, caracterizando suas diferenças e ajustes necessários para obter uma avaliação transparente do valor justo, no qual pode ser atribuído

o valor presente dos fluxos de caixa esperados do ativo futuramente (NAVARRO, 2013).

É importante ressaltar que o reconhecimento do ativo biológico ou do produto agrícola deve ocorrer somente quando a empresa: (a) controla o ativo como resultado de eventos passados; (b) for provável que benefícios econômicos futuros associados com o ativo fluirão para a entidade; e (c) o valor justo ou custo do ativo puder ser mensurado confiavelmente (CPC 29).

No Quadro 1, têm-se exemplos de ativos biológicos, produto agrícola e produtos resultantes do processamento depois da colheita, conforme CPC 29.

Para Holtz e Almeida (2013), com a emissão do CPC 29, muitas foram as mudanças significativas na mensuração e evidência dos ativos, sendo a principal é que os ativos biológicos e os produtos agrícolas passam a ser mensurados a valor justo, contrapondo-se à prática até então usual, de mensurá-los ao custo histórico.

Simões et al. (2014) destacam que “A mensuração pelo valor justo se dá conforme as características do ativo, por isso aplicam-se a o maior e melhor uso do ativo pelos participantes do mercado.”.

2.2 Valor Justo (*Fair Value*)

O *fair value* representa parte importante na aplicação do *impairment test*, pois uma entida-

Quadro 1 – Classificação dos ativos biológicos

| Ativo Biológico | Produto agrícola | Produtos resultantes do processamento após a colheita |
|--------------------------|------------------|---|
| carneiros | lã | fió, tapete |
| árvores de uma plantação | madeira | madeira serrada celulose |
| plantas | algodão | fió de algodão, roupa |
| | cana colhida | açúcar, álcool |
| | café | café limpo em grão, moído, torrado |
| gado de leite | leite | queijo |
| porcos | carcaça | salsicha, presunto |
| arbustos | folhas | chá, tabaco |
| videiras | uva | vinho |
| árvores frutíferas | fruta colhida | fruta processada |

Fonte: CPC 29

“Os ativos são classificados como animais e plantas vivas passíveis de transformação biológica, desde o seu reconhecimento inicial – nascimento, crescimento e morte; é também dependente de condições climáticas, as quais podem afetar seu valor.”

de pode recuperar o valor de seus ativos, vendendo-os, em particular trocando-os entre partes interessadas e dispostas, sendo, neste caso, o *fair value*, uma solução para se chegar ao valor recuperável de um ativo, podendo inclusive, nestas circunstâncias, ser um preço de saída (CAIRNS, 2006 apud SOUZA, BORBA E ZANDONAI, 2011).

Valor justo é a importância pela qual um ativo poderia ser transacionado entre um comprador disposto e conhecedor do assunto e um vendedor também disposto e conhecedor do assunto em uma transação sem favorecimento (IUDÍCIBUS; MARION, 2001 apud IUDÍCIBUS; MARTINS)

De acordo com Amaro, Souza e Silva (2016), os ativos biológicos devem estar reconhecidos e mensurados nas demonstrações financeiras ao seu valor justo, em que é possível demonstrar a verdadeira variação patrimonial que ocorreu em determinado período, ainda que não ocorra a realização financeira.

De acordo com o CPC 29, a mensuração do valor justo de ativo biológico ou produto agrícola pode ser facilitada pelo agrupamento destes, conforme os atributos significativos reconhecidos no mercado em que os preços são baseados, por idade ou qualidade. Barreto, Murcia e Lima (2012

apud HENDRIKSEN e VAN BREDA, 1999) definem a mensuração como “o processo de atribuição de valores monetários significativos a objetos ou eventos associados a uma empresa e obtidos de modo a permitir agregação (tal como na avaliação total de ativos) ou desagregação, quando exigida em situações específicas”.

A Resolução CFC n.º 1.428, de 25 de janeiro de 2013, determina que: “ao mensurar o valor justo, a entidade deve levar em consideração as características do ativo ou passivo se os participantes do mercado, ao precificar o ativo ou o passivo na data de mensuração, levarem essas características em consideração. Essas características incluem, por exemplo: (a) a condição e a localização do ativo; e (b) restrições, se houver, para a venda ou o uso do ativo.”.

Para Brito (2010), as transformações biológicas sofridas por determinados ativos impactam de forma significativa seus respectivos valores, sendo o custo histórico incapaz de refletir fielmente todos os ganhos ou perdas de valor, dessa maneira, a forma de medida mais correta a ser adotada seria o valor justo. Brito (2010 apud CHOY, 2006) apresenta que a mensuração por valor justo tem duas

vantagens centrais: uma é uma medida relevante e outra é a reprodução fiel da situação econômica da empresa.

Segundo Souza, Borba e Zandonai (2011), o *impairment test* e *fair value* possuem conceitos semelhantes. Enquanto o primeiro busca adequar os ativos ao seu real valor recuperável por venda ou uso, o segundo objetiva a contabilização dos ativos e passivos de forma condizente com a realidade.

2.3 Indicadores de Desempenho Econômico

Segundo Matarazzo (2003), “os índices de rentabilidade mostram qual a rentabilidade dos capitais investidos, isto é, quanto rendeu os investimentos e, portanto, qual o grau de êxito econômico da empresa”. Frezatti e Aguiar (2007) dissertam que o EBITDA é um indicador apurado a partir da demonstração de resultados da organização. A partir do momento que os juros, as despesas financeiras, o imposto de renda e a contribuição social, a depreciação e a amortização são expurgados, a pretensão é que se obtenha uma aproximação com o fluxo de caixa operacional.

De acordo com Braga, Nossa e Marques (2004), a medida do êxito econômico em relação ao capi-

tal dos proprietários é fornecida pela taxa de retorno sobre o capital próprio. Krauter (2006) define o Retorno sobre o Capital Próprio (ROE) como sendo o quociente entre o lucro líquido e o patrimônio líquido. Mede a rentabilidade sobre os recursos investidos pelos proprietários. O Retorno Sobre Investimento (ROI) é um indicador que visa demonstrar o retorno que a empresa tem em relação a seus investimentos. De acordo com Wernke (2008 apud VIEIRA et al., 2011), ao dissertar sobre o ROI afirma que este indicador combina fatores de lucratividade (como receitas, custos e investimentos) e os transforma em taxa percentual.

Quanto ao Retorno sobre Ativos (ROA), Braga, Nossa e Marques (2004) dissertam que essa taxa de retorno define quanto a empresa ganhou ou perdeu para cada cem unidades de recursos monetários, próprios e de terceiros, aplicados no ativo. O Giro do Ativo representa quanto foi vendido para cada unidade monetária de investimento total; segundo Oliveira, Silva e Zuccari (2010), indica a eficiência de utilização dos recursos totais (ativo de curto e de longo prazo) aplicados para se obterem as vendas. O Quadro 2 representa os indicadores referentes à análise de desempenho econômico.

2.4 Estudos Anteriores

Brito e Ambrozini (2013) identificaram quais eram os impactos da adoção das Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) em alguns indicadores financeiros das empresas brasileiras que possuíam capital aberto. Foram calculados indicadores de liquidez, rentabilidade e endividamento. Com este estudo, evidenciaram que, a partir da adoção das IFRS, houve um impacto significativo nos valores apresentados nas demonstrações financeiras.

O estudo de Macedo, Campagnoni e Rover (2015) teve como objetivo verificar a conformidade das empresas com o CPC 29. Com o estudo, constataram que algumas empresas com baixa representatividade dos ativos biológicos estão associadas à baixa conformidade com o CPC 29. Em comparação com estudos anteriores, notou-se um aumento de 17,68% no nível de conformidade com o CPC 29.

O estudo de Barros et al. (2012) buscou analisar os impactos do valor justo na mensuração de ativos biológicos das empresas listadas na BM&FBOVESPA. Constataram que a aplicação do CPC 29 apresentou forte impacto na evidenciação contábil das empresas pesquisadas.

O estudo de Silva Filho, Martins e Machado (2013) objetivou avaliar a relevância da adoção do *fair value* para a mensuração dos ativos biológicos e analisar os reflexos sobre o patrimônio líquido. Os autores evidenciaram que a adoção do *fair value* causou mudanças significativas no saldo dos ativos biológicos, que, por sua vez, impactaram, significativamente, o patrimônio líquido das companhias; concluíram ainda que, do ponto de vista informacional, a adoção do *fair value* foi benéfica.

Simões et al. (2014) realizaram um estudo acerca da divulgação das demonstrações contábeis conforme

os requisitos do CPC 29, nas empresas que negociam seus ativos biológicos na BM&FBOVESPA, dos anos de 2010 ao segundo trimestre de 2014. Concluíram que as empresas em suas demonstrações contábeis não estão demonstrando as informações relevantes para que os usuários internos e externos possam ter consciência de como foi mensurado o ativo biológico e suas variações.

3. Procedimentos Metodológicos

O presente estudo analisa o impacto da aplicação do valor justo (*fair value*) nos ativos biológicos nos indicadores econômicos das empresas do IBRX50. Sendo assim, caracteriza-se como uma pesquisa descritiva. Segundo Raupp e Beuren (2006), a pesquisa descritiva configura-se como um estudo intermediário entre a pesquisa exploratória e a explicativa. Nesse contexto, descrever significa identificar, relatar, comparar, entre outros aspectos. Tratando-se de uma pesquisa descritiva, Gil (2008) descreve que estas são as que habitualmente realizam os pesquisadores sociais preocupados com a atuação prática, também sendo as mais solicitadas por empresas comerciais, entre outras entidades.

A abordagem quanto à natureza da pesquisa se dará pelo méto-

Quadro 2 – Indicadores de rentabilidade e seus conceitos

| Indicadores | Fórmula | Conceito |
|---------------|--|---|
| EBITDA | Lucro líquido do período + Depreciação e amortização + Despesas financeiras + Imposto de renda e contribuição social | Lucros antes de juros, impostos, depreciação e amortização. |
| ROE | Lucro Líquido / Patrimônio Líquido | Quociente entre o lucro líquido e o patrimônio líquido. |
| ROI | Lucro Líquido / Ativo Total | Demonstra o retorno que a empresa tem em relação a seus investimentos. |
| ROA | Lucro Operacional / Ativo Total | Mede a capacidade da empresa de gerar retorno. |
| GIRO DO ATIVO | Vendas Líquidas / Ativo Total | Eficiência de utilização dos recursos totais aplicados para se obter as vendas. |

Fonte: adaptado de Matarazzo, 2003.

“A pesquisa analisou a representatividade do ativo biológico sobre o ativo total, e na sequência, a representatividade percentual do valor justo sobre o ativo biológico. Posteriormente, com base nos demonstrativos, foi possível estimar os efeitos do reconhecimento do valor justo dos ativos biológicos, excluindo o efeito nos demonstrativos de resultados (DRE).”

do qualitativo. De acordo com Oliveira (2011), o uso da descrição qualitativa procura captar não só a aparência do fenômeno como também suas essências, procurando explicar sua origem, relações e mudanças e tentando intuir as consequências. A presente pesquisa se deu pelo método de pesquisa documental. Ao tratar desse método, Gil (2010) descreve que a pesquisa documental é um dos delineamentos mais importantes no campo da história e da economia.

Para efetuar este estudo, a amostra da pesquisa é de 50 empresas. A população do presente estudo são as empresas com ações negociadas no IBRX50 da B3 (Brasil, Bolsa, Balcão) que possuem ativos biológicos, delimitados os anos de 2011 a 2017. A verificação das empresas que possuem ativos biológicos se deu por meio de análise nos demonstrativos contábeis consolidados das empresas do referido estudo, especificamente o Balanço Patrimonial e o Demonstrativo de Resultado.

Dado o intuito da pesquisa, foram excluídas as empresas que não possuem ativos biológicos contabilizados nos demonstrativos analisados. Desta forma, apresentam-se no Quadro 3 as empresas que negociam ativos biológicos de acordo com o IBRX50.

Posteriormente, foram recolhidas do site da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) a Demonstração de Resultado, bem como as Notas Explicativas das empresas da amostra, dos anos de 2011 a 2017, para posterior análise do demonstrativo.

A pesquisa analisou a representatividade do ativo biológico sobre o ativo total, e na sequência, a representatividade percentual do valor justo sobre o ativo biológico. Posteriormente, com base nos demonstrativos, foi possível estimar os efeitos do reconhecimento do valor justo dos ativos biológicos, excluindo o efeito nos demonstrativos de resultados (DRE).

O reconhecimento do ganho ou perda pode ser identificado em linha específica na DRE, denominado “variação do valor justo dos ativos biológicos”, tendo este reflexo direto no patrimônio líquido.

A pesquisa utilizou as análises dos índices econômicos: EBITDA, Retorno Sobre Investimento (ROI), Retorno sobre o Patrimônio Líquido (ROE), Retorno Sobre Ativos (ROA) e Giro do Ativo para a elaboração dos resultados. Com a obtenção dos dados, os indicadores foram calculados por meio de uma série de testes de probabilidades estatísticas via planilha eletrônica (Excel), bem como uma análise horizontal, podendo assim analisar as oscilações serem observadas e relatadas.

4. Resultados e Discussões

A análise dos dados foi feita da comparação entre os resultados divulgados pelas as empresas e criando um ambiente simulado onde são extraídos os valores de perdas ou ganhos da variação do valor justo, de forma que é possível observar o

Quadro 3 – Empresas do Índice Brasil 50 que negociam ativos biológicos na B3

| Código na B3 | Empresas |
|--------------|--------------|
| BRFS3 | BRF AS |
| CSAN3 | COSAN |
| FIBR3 | FIBRIA |
| JBSS3 | JBS |
| KLBN11 | KLABIN S/A |
| SUZB3 | SUZANO PAPEL |

Fonte: dados da pesquisa.

impacto causado nos indicadores de resultado (ROA, ROI, ROE, EBITDA e Giro do Ativo) das empresas listadas no IBRX50 que possuem ativos biológicos em seu controle no período em que se tornou obrigatório seguir a Lei n.º 11.638/2007.

No estudo foram analisadas empresas do IBRX50 que possuem em seus controles ativos biológicos e que registravam o seu valor justo, assim conforme apresentado no Quadro 3 fazem parte da análise as empresas que possuem estes quesitos. Desta forma, foram demonstrados na Tabela 1 dados referentes ao período, empresa analisada, total de seus ativos biológicos, o total de seu ativo, valor justo e a variação dentre os valores.

Os ativos biológicos em controle da BRF S.A. compreendem, em curto prazo, aves e suínos, e, em longo prazo, florestas. Ao passar dos sete anos analisados, o ativo dificilmente variou muito, representando em torno de 5% do Ativo Total controlado pela BRF, como demonstrado na Tabela 1. Nos períodos analisados a BRF, começou a aplicar a avaliação de valor justo em seus ativos biológicos a partir do ano de 2014. Como demonstrado na Tabela 1 o valor justo representou uma parte significativa de seu ativo biológico nos anos que começou a realizar a avaliação.

A empresa Cosan S.A. apresentou um encerramento de exercício diferente das demais empresas analisadas entre o período de 2011 a 2013, e posteriormente, a esses períodos não apresentava nenhum valor de ativos biológicos em seu controle, somente em uma de suas controladas, assim não atendendo aos mínimos requisitos necessários para ser analisada, como é demonstrado na Tabela 1.

A Fibria Celulose S.A atua no segmento de papel e celulose, sendo assim seu ativo biológico controlado consiste de florestas em formação destinadas ao forne-

cimento de madeira para a produção de celulose e é totalmente agrupado em ativos biológicos não circulantes. Desta forma, em todos os anos analisados, por se tratar de um ativo biológico fundamental para o processo produtivo, sempre possuiu uma representatividade maior de 10% do total do ativo total da empresa. Demonstrada a representatividade

de do valor justo dentro do ativo biológico da Fibria S.A., como está na Tabela 1, o valor justo é de pequena participação dentro do ativo biológico da empresa, tendo em sua maioria representada por adições e a exaustão.

A JBS S.A. também está enquadrada no mesmo segmento de carne e derivados da BF S.A. Somente no primeiro ano analisado da JBS S.A.,

Tabela 1 – Representatividade do ativo biológico e variação do valor justo

| Ano | Empresa | Total do Ativo Biológico | Ativo Total | % AB / AT | Valor Justo | % VJ / AB |
|------|---------|--------------------------|-------------|-----------|-------------|-----------|
| 2011 | BRF | 1.543.464 | 29.983.456 | 5,15% | - | 0,00% |
| | CSAN | - | - | 0,00% | - | 0,00% |
| | FIBR | 3.264.210 | 27.853.536 | 11,72% | -405.617 | 12,43% |
| | JBS | 209.543 | 47.410.884 | 0,44% | 68.791 | 32,83% |
| | KLBN | 2.715.769 | 12.741.595 | 21,31% | -272.427 | 10,03% |
| 2012 | SUZ | 2.406.595 | 21.657.079 | 11,11% | 20.458 | 0,85% |
| | BRF | 1.799.189 | 30.772.248 | 5,85% | - | 0,00% |
| | CSAN | - | - | 0,00% | - | 0,00% |
| | FIBR | 3.325.604 | 28.133.166 | 11,82% | 297.686 | 8,95% |
| | JBS | 1.153.933 | 49.756.193 | 2,32% | 43.794 | 3,80% |
| 2013 | KLBN | 3.441.495 | 14.097.903 | 24,41% | -318.876 | 9,27% |
| | SUZ | 2.643.940 | 25.353.437 | 10,43% | 9.423 | 0,36% |
| | BRF | 1.774.829 | 32.374.569 | 5,48% | - | 0,00% |
| | CSAN | - | - | 0,00% | - | 0,00% |
| | FIBR | 3.423.434 | 26.750.172 | 12,80% | 102.265 | 2,99% |
| 2014 | JBS | 1.916.246 | 68.670.221 | 2,79% | 51.422 | 2,68% |
| | KLBN | 3.321.985 | 14.919.496 | 22,27% | -468.244 | 14,10% |
| | SUZ | 2.965.872 | 27.149.343 | 10,92% | 95.179 | 3,21% |
| | BRF | 1.813.790 | 36.103.735 | 5,02% | 1.187.502 | 65,47% |
| | CSAN | - | - | 0,00% | - | 0,00% |
| 2015 | FIBR | 3.707.845 | 25.593.980 | 14,49% | 51.755 | 1,40% |
| | JBS | 2.201.555 | 82.315.588 | 2,67% | 28.728 | 1,30% |
| | KLBN | 3.667.085 | 21.173.855 | 17,32% | -609.970 | 16,63% |
| | SUZ | 3.659.421 | 28.119.456 | 13,01% | 12.847 | 0,35% |
| | BRF | 2.090.883 | 40.388.014 | 5,18% | 1.478.176 | 70,70% |
| 2016 | CSAN | - | - | 0,00% | - | 0,00% |
| | FIBR | 4.114.998 | 29.433.978 | 13,98% | 184.583 | 4,49% |
| | JBS | 3.973.800 | 122.502.967 | 3,24% | 21.308 | 0,54% |
| | KLBN | 3.606.389 | 26.268.180 | 13,73% | -605.489 | 16,79% |
| | SUZ | 4.130.508 | 28.259.985 | 14,62% | 23.145 | 0,56% |
| 2017 | BRF | 2.562.284 | 42.944.936 | 5,97% | 1.823.587 | 71,17% |
| | CSAN | - | - | 0,00% | - | 0,00% |
| | FIBR | 4.351.641 | 34.440.328 | 12,64% | -212.248 | 4,88% |
| | JBS | 3.650.153 | 102.815.763 | 3,55% | 19.528 | 0,53% |
| | KLBN | 3.656.596 | 29.313.729 | 12,47% | -560.382 | 15,33% |
| 2018 | SUZ | 4.072.528 | 29.399.313 | 13,85% | -780.666 | 19,17% |
| | BRF | 2.414.134 | 45.228.481 | 5,34% | 1.242.060 | 51,45% |
| | CSAN | - | - | 0,00% | - | 0,00% |
| | FIBR | 4.253.008 | 38.693.331 | 10,99% | -326.349 | 7,67% |
| | JBS | 3.735.011 | 108.695.951 | 3,44% | 251.294 | 6,73% |
| 2019 | KLBN | 4.147.779 | 30.549.541 | 13,58% | -801.474 | 19,32% |
| | SUZ | 4.548.897 | 28.522.982 | 15,95% | -192.504 | 4,23% |

Fonte: dados da pesquisa.

o valor justo representou um valor significativo de 32,83% do ativo biológico da empresa; nos demais anos analisados, o valor justo teve pouca representatividade, quase sendo um valor insignificante, como está demonstrado na Tabela 1.

A empresa Klabin S.A., atuante no segmento de celulose e papel, possui florestas em formação, representando o total do seu ativo biológico. Mesmo apresentando perdas da avaliação do valor justo, elas demonstraram representar uma parte significativa dentro dos ativos biológicos da Klabin S.A., em que, por exemplo, em 2017 a perda da avaliação do valor justo representou 19,32%.

Suzano Papel e Celulose S.A também é uma empresa do segmento de celulose, então possui florestas em formação; são classificadas nos ativos biológicos de longo prazo, destinados ao fornecimento de matéria-prima para a continuidade das ativi-

dades da empresa. Na Suzano, nos períodos analisados de 2011 a 2015 e 2017, o valor justo demonstrou uma baixa representatividade dentro dos ativos biológicos, porém no ano de 2016 a variação do valor justo representou 19,17% dos ativos biológicos.

Os resultados encontrados da comparação percentual do valor justo dos ativos biológicos com o ativo total corroboram o estudo de Silva Filho, Martins e Machado (2013), quando evidenciaram que a adoção do *fair value* causou mudanças significativas no saldo dos ativos biológicos e impactaram, significativamente, o patrimônio líquido das companhias. No referido estudo, percebe-se que a adoção do valor justo impacta, consideravelmente, as companhias.

Utilizando os indicadores divulgados e realizando uma simulação em que seria excluída a variação do valor justo, a partir desses dados, foi criado um comparativo dos anos

analisados, onde então relaciona os valores com e sem a variação do valor justo, como estão demonstrados nas tabelas 2 e 3.

De acordo com os resultados encontrados nas tabelas 2 e 3, contendo os indicadores de rentabilidade com valor justo e sem valor justo, estes corroboram o estudo de Brito e Ambrozini (2013), em que concluíram que a adoção das IFRS impactam, significativamente, os valores apresentados nas demonstrações contábeis e seus indicadores financeiros, este estudo concluiu que a adoção das IFRS influenciaram os indicadores de desempenho econômicos analisados.

A partir da análise dos dados dos indicadores econômicos com e sem valor justo tem-se a Tabela 4, que demonstra a variação percentual dos indicadores econômicos:

A empresa BRF, nos anos de 2011, 2012 e 2013, não aplicava o valor justo sobre seus ativos biológicos e por

Tabela 2 – Indicadores de rentabilidade com valor justo dos ativos biológicos

| ANO | EMPRESA | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 |
|---------------|---------|-----------|-----------|-----------|------------|------------|------------|------------|
| ROA | BRF | 4,55% | 2,67% | 3,30% | 5,91% | 7,30% | -0,86% | -2,43% |
| | CSAN | -3,98% | -2,48% | -2,61% | 0,64% | 1,21% | 4,83% | 2,83% |
| | FIBR | -0,68% | 1,53% | 1,63% | 2,92% | 4,19% | 0,69% | 0,94% |
| | JBS | 1,43% | 5,33% | 1,94% | 3,45% | -4,77% | 8,47% | 1,74% |
| | KLBN | 0,14% | -0,72% | -0,81% | -0,93% | -3,27% | 5,76% | 6,34% |
| ROI | BRF | 4,56% | 2,64% | 3,28% | 6,16% | 7,70% | -0,87% | -2,49% |
| | CSAN | -3,13% | -2,50% | -2,64% | 0,61% | 1,16% | 4,80% | 2,80% |
| | FIBR | -0,16% | 1,44% | 1,35% | 2,47% | 3,79% | 0,37% | 0,49% |
| | JBS | 1,43% | 5,33% | 1,94% | 3,45% | -4,77% | 8,47% | 1,74% |
| | KLBN | 0,14% | -0,72% | -0,81% | -0,93% | -3,27% | 5,76% | 6,34% |
| ROE | BRF | 9,69% | 5,58% | 7,23% | 14,18% | 22,49% | -9,61% | -9,61% |
| | CSAN | -6,00% | -4,64% | -4,87% | 1,06% | 2,67% | 11,98% | 7,41% |
| | FIBR | -0,35% | 3,35% | 4,01% | 7,87% | 15,66% | 1,51% | 2,04% |
| | JBS | 3,69% | 13,87% | 5,38% | 10,35% | -23,41% | 34,96% | 7,36% |
| | KLBN | 0,31% | -1,66% | -2,06% | -2,54% | -10,07% | 16,68% | 15,55% |
| EBITDA | BRF | 2.887.467 | 2.355.581 | 3.135.734 | 4.708.737 | 5.545.090 | 2.654.094 | 2.654.094 |
| | CSAN | 2.261.854 | 2.554.803 | 3.573.608 | 3.530.609 | 5.416.562 | 3.433.019 | 4.599.201 |
| | FIBR | 3.072.031 | 4.334.239 | 6.194.143 | 10.376.220 | 12.872.127 | 11.248.284 | 11.218.751 |
| | JBS | 1.344.473 | 2.236.895 | 1.885.805 | 2.651.700 | 2.490.549 | 2.821.258 | 3.492.539 |
| | KLBN | 1.306.212 | 1.271.625 | 1.864.953 | 2.445.701 | 4.489.461 | 2.720.611 | 4.660.683 |
| GIRO DO ATIVO | BRF | 0,8573 | 0,9267 | 0,9428 | 0,8034 | 0,7972 | 0,7400 | 0,7400 |
| | CSAN | 0,2102 | 0,2195 | 0,2586 | 0,2768 | 0,3425 | 0,2792 | 0,3034 |
| | FIBR | 1,3034 | 1,5214 | 1,3529 | 1,4635 | 1,3299 | 1,6571 | 1,5012 |
| | JBS | 0,3052 | 0,2953 | 0,3083 | 0,2311 | 0,2165 | 0,2419 | 0,2741 |
| | KLBN | 0,2239 | 0,2048 | 0,2095 | 0,2583 | 0,3618 | 0,3361 | 0,3689 |

Fonte: dados da pesquisa.

isso não houve alterações nos indicadores. Contudo, a partir de 2014, passaram a avaliar seus ativos biológicos pelo valor justo, apresentando ganho de valor em todos os anos seguintes, até 2017. Sendo assim, com a exclusão do ganho do valor justo, os indicadores passaram a apresentar um decréscimo, principalmente no ano de 2016 quando a empresa apresentou prejuízo, o que impactou bruscamente os indicadores econômicos de Retorno sobre o Ativo (ROA), Retorno sobre o Investimento (ROI) e Retorno sobre Patrimônio Líquido (ROE). Em contrapartida a isso, o giro do ativo apresentou crescimento médio de 3,61% entre os anos de 2014 e 2017, pois tanto as vendas quanto o valor do ativo cresceram progressivamente.

A empresa JBS os indicadores ROA, ROI e ROE, com exceção de 2011, apresentaram-se positivos e quando excluídos os valores referentes a avaliação a valor justo de-

caíram, com destaque ao ano de 2017 onde o decréscimo foi mais acentuado, sendo de 24,33% para o ROA, 46,92% para o ROI e 46,53% para o ROE. A variação do EBITDA também foi negativa, mas foi consideravelmente pequena, sendo a média de todos os anos de -0,99%. Quanto ao giro do ativo, apresentou leve aumento médio de todos os anos de 0,09%, sendo o maior aumento no ano de 2017, 0.23%.

A empresa Fibria, nos anos de 2011, 2012 e 2013, apresentou o ROA, ROE e ROI negativos devido ao fato de apresentar resultado negativo. Pode-se avaliar que, no ano de 2011, ao ser excluído o valor justo os indicadores anteriormente citados melhoraram e em contraponto a isso, no ano de 2012, ao serem excluídos tais valores, os indicadores decaíram. Nos anos de 2011, 2016 e 2017, o EBITDA da Fibria apresentou crescimento considerável de 17,94%, 6,8% e 7,10%, respectivamente, en-

quanto nos demais anos, obteve um decréscimo médio de 4,85%. Quanto ao giro do ativo, nos mesmos anos de 2011, 2016 e 2017, obteve um decréscimo percentual médio de 0,96% e, nos demais anos, um acréscimo percentual médio de 0,57%.

A Klabin S.A. apresentou, em todos os anos analisados, perdas na avaliação do valor justo em seus ativos biológicos, assim alterando os seus indicadores positivamente, uma vez que excluindo o valor de perdas das demonstrações da empresa acaba por aumentar o seu resultado. Então, com a exclusão da variação do valor justo, os indicadores analisados foram afetados de forma positiva, conforme a Tabela 2, exceto o Giro do Ativo, que demonstrou no ano de 2011 uma variação negativa de 2,09%; 2012 de negativo 2,21%; 2013 negativo 3,04%; 2014 negativo 2,80%; 2015 negativo 2,25%; 2016 negativo 1,88%; e 2017 de negativo 2,56%, isso motivado pe-

Tabela 3 – Indicadores de rentabilidade sem valor justo dos ativos biológicos

| ANO | EMPRESA | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 |
|---------------|---------|-----------|-----------|-----------|------------|------------|------------|------------|
| ROA | BRF | 4,55% | 2,67% | 3,30% | 2,71% | 3,78% | -5,33% | -5,32% |
| | CSAN | -2,49% | -3,58% | -3,00% | 0,43% | 0,59% | 5,41% | 3,64% |
| | FIBR | -0,83% | 1,45% | 1,55% | 2,89% | 4,17% | 0,67% | 0,71% |
| | JBS | 3,50% | 7,43% | 4,93% | 6,15% | -2,41% | 10,18% | 4,25% |
| | KLBN | 0,04% | -0,68% | -1,17% | -0,98% | -3,36% | 8,19% | 6,96% |
| ROI | BRF | 4,56% | 2,64% | 3,28% | 2,97% | 4,20% | -5,34% | -5,38% |
| | CSAN | -1,65% | -3,60% | -3,03% | 0,41% | 0,54% | 5,39% | 3,62% |
| | FIBR | -0,31% | 1,36% | 1,28% | 2,44% | 3,77% | 0,35% | 0,26% |
| | JBS | 3,50% | 7,43% | 4,93% | 6,15% | -2,41% | 10,18% | 4,25% |
| | KLBN | 0,04% | -0,68% | -1,17% | -0,98% | -3,36% | 8,19% | 6,96% |
| ROE | BRF | 9,69% | 5,58% | 7,23% | 7,15% | 13,21% | -22,61% | -22,61% |
| | CSAN | -3,12% | -6,73% | -5,62% | 0,71% | 1,25% | 13,31% | 9,43% |
| | FIBR | -0,67% | 3,16% | 3,79% | 7,77% | 15,60% | 1,43% | 1,09% |
| | JBS | 8,70% | 18,66% | 12,94% | 17,48% | -10,87% | 39,71% | 16,60% |
| | KLBN | 0,10% | -1,57% | -2,98% | -2,66% | -10,34% | 22,63% | 16,93% |
| EBITDA | BRF | 2.887.467 | 2.565.001 | 3.135.734 | 3.521.235 | 4.066.914 | 1.412.034 | 1.412.034 |
| | CSAN | 2.667.471 | 2.667.471 | 3.471.343 | 3.478.854 | 5.231.979 | 3.645.267 | 4.925.550 |
| | FIBR | 3.003.240 | 4.290.445 | 6.142.721 | 10.347.492 | 12.850.819 | 11.228.756 | 10.967.457 |
| | JBS | 1.616.900 | 2.555.771 | 2.354.049 | 3.261.670 | 3.096.038 | 3.381.640 | 4.294.013 |
| | KLBN | 1.383.169 | 1.281.048 | 1.769.774 | 2.432.854 | 4.466.316 | 3.501.277 | 4.853.187 |
| GIRO DO ATIVO | BRF | 0,8573 | 0,9267 | 0,9428 | 0,8308 | 0,8275 | 0,7609 | 0,7609 |
| | CSAN | 0,2072 | 0,2218 | 0,2596 | 0,2773 | 0,3446 | 0,2775 | 0,3009 |
| | FIBR | 1,3053 | 1,5227 | 1,3539 | 1,4640 | 1,3301 | 1,6575 | 1,5046 |
| | JBS | 0,2988 | 0,2888 | 0,2989 | 0,2247 | 0,2116 | 0,2374 | 0,2671 |
| | KLBN | 0,2241 | 0,2047 | 0,2103 | 0,2585 | 0,3621 | 0,3274 | 0,3664 |

Fonte: dados da pesquisa.

Tabela 4 – Variação percentual dos indicadores econômicos

| ANO | EMPRESA | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 |
|---------------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|
| ROA | BRF | - | - | - | -54,11% | -48,25% | 522,88% | 119,05% |
| | CSAN | 21,48% | -5,66% | -4,53% | -1,16% | -0,40% | -2,74% | -24,33% |
| | FIBR | -37,49% | 44,18% | 15,10% | -31,70% | -51,40% | 12,07% | 28,76% |
| | JBS | -68,41% | -5,21% | 43,68% | 4,96% | 2,59% | 42,36% | 9,91% |
| | KLBN | 143,88% | 39,26% | 153,45% | 78,38% | -49,48% | 20,28% | 144,20% |
| ROI | BRF | - | - | - | -51,78% | -45,52% | 515,86% | 116,29% |
| | CSAN | 91,14% | -6,01% | -5,48% | -1,38% | -0,44% | -5,18% | -46,92% |
| | FIBR | -47,25% | 43,76% | 14,92% | -33,13% | -53,65% | 12,13% | 28,98% |
| | JBS | -68,41% | -5,21% | 43,68% | 4,96% | 2,59% | 42,36% | 9,91% |
| | KLBN | 143,88% | 39,26% | 153,45% | 78,38% | -49,48% | 20,28% | 144,20% |
| ROE | BRF | - | - | - | -49,55% | -41,23% | 593,15% | 135,30% |
| | CSAN | 91,48% | -5,90% | -5,34% | -1,30% | -0,39% | -5,12% | -46,53% |
| | FIBR | -47,94% | 45,09% | 15,29% | -33,03% | -53,27% | 11,12% | 27,24% |
| | JBS | -68,38% | -5,26% | 44,46% | 5,04% | 2,76% | 35,70% | 8,85% |
| | KLBN | 136,12% | 34,49% | 140,52% | 68,92% | -53,57% | 13,61% | 125,61% |
| EBITDA | BRF | - | - | - | -25,22% | -26,66% | -53,35% | -46,80% |
| | CSAN | -2,24% | -1,01% | -0,83% | -0,28% | -0,17% | -0,17% | -2,24% |
| | FIBR | 17,93% | -11,65% | -2,86% | -1,47% | -3,41% | 6,18% | 7,10% |
| | JBS | 5,89% | 0,74% | -5,10% | -0,53% | -0,52% | 28,69% | 4,13% |
| | KLBN | 20,26% | 14,26% | 24,83% | 23,00% | 24,31% | 19,86% | 22,95% |
| GIRO DO ATIVO | BRF | - | - | - | 3,40% | 3,80% | 4,43% | 2,82% |
| | CSAN | 0,15% | 0,09% | 0,07% | 0,03% | 0,02% | 0,02% | 0,23% |
| | FIBR | -1,44% | 1,07% | 0,38% | 0,20% | 0,63% | -0,61% | -0,84% |
| | JBS | 0,09% | -0,04% | 0,35% | 0,05% | 0,08% | -2,59% | -0,67% |
| | KLBN | -2,09% | -2,21% | -3,04% | -2,80% | -2,25% | -1,88% | -2,56% |

Fonte: dados da pesquisa

los motivos de os valores do ativo terem sido reduzidos. Utilizando-se a fórmula do Giro do Ativo, conforme o Quadro 2, foi demonstrado que o único índice nesse caso seria afetado de forma negativa.

Conforme demonstrado no Quadro 5, a Suzano demonstrou, nos anos de 2016 e 2017, valores de perda na avaliação do valor justo de seus ativos biológicos e nos demais anos analisados, de 2011 a 2015, reconheceu ganhos, uma vez que, registrada uma perda, os valores de seus índices são afetados de forma positiva; e uma vez que é feita a exclusão do valor justo, o oposto (o ganho) afeta de forma negativa os valores. No ano de 2016, quando registrou uma perda elevada, seus indicadores também variam de uma forma elevada. Assim no ambiente simulado, registrou, respectivamente, as variações nos indicadores de Retorno sobre o Ativo (ROA) de 42,36%, Retor-

no sobre o Investimento (ROI) de 42,36% e Retorno sobre Patrimônio Líquido (ROE) de 35,70%.

O presente estudo, assim como Macedo, Campagnoni e Rover (2015) e Simões et al. (2014), pôde concluir que alguns requisitos do CPC 29 não são totalmente atendidos, podendo até apresentar informações não fidedignas com a realidade. Sendo assim, as demonstrações contábeis que são afetadas por esses quesitos não atendidos e as informações contidas nestas dificultam aos usuários analisarem a mensuração dos ativos biológicos e suas variações.

5. Considerações Finais

As IFRS buscam aprimorar a qualidade e o entendimento das informações contábeis e a partir do ano de 2010, com a aprovação da Lei n.º 11.638/2007, todas as em-

presas com ativos biológicos e que são de capital aberto com ações na bolsa foram obrigadas a avaliá-las por meio através do valor justo, sendo este que substituiu, de maneira geral, o custo histórico, pois assim podem-se avaliar mais fielmente as variações ocorridas com os ativos.

Desta forma, o presente estudo objetiva analisar o impacto da aplicação do valor justo (*fair value*) nos ativos biológicos nos indicadores econômicos das empresas do IBRX50. Ademais, respondendo ao problema de pesquisa, visualiza-se que os impactos com a adoção do CPC 29 foram significativos no resultado das empresas avaliadas, visto que os ativos biológicos representam, substancialmente, um percentual considerável em relação ao total dos ativos, como exemplo disso, na Klabin S.A., nos anos de 2011 e 2012, seu ativo biológico representava 21,31% e 24,41% respectivamente.

Não obstante, a empresa BRF é a empresa que, desde que passou a registrar o valor justo dos ativos biológicos, sempre registrou um ganho. Percebe-se que em percentual é a empresa onde o valor justo tem maior representatividade sobre o ativo biológico, variando de 51,45% a 71,17%, de 2014 a 2017.

Desta forma, analisando os resultados encontrados com base nos indicadores de rentabilidade, verificou-se que sempre que foram considerados o valor justo dos ativos biológicos na elaboração dos cálculos, os resultados obtidos favorecem uma análise otimista. No entanto, pode-se afirmar que a IAS 41 e o CPC 29 melhoram a geração de informação de uma empresa, demonstrando que, ao não considerarem os devidos ajustes, os seus resultados podem de-

monstrar valores fantasiosos, dificultando a real interpretação de resultados para os usuários interessados.

Percebe-se que, de acordo com o estudo de Brito e Ambrozini (2013), o impacto foi significativo nos resultados, o que corrobora o estudo, tendo em vista que o valor justos dos ativos biológicos nas empresas do referido estudo impactaram, significativamente, os demonstrativos contábeis, tanto no resultado quando no ativo.

Os resultados também corroboram Barros et al. (2012) quando analisou os impactos do valor justo na mensuração de ativos biológicos das empresas listadas na BM&FBOVESPA e constatou que a aplicação do CPC 29 apresentou forte impacto na evidenciação contábil das empresas pesquisadas. De acordo com o es-

tudo, as empresas do índice IBRx50 também evidenciaram em seus demonstrativos impactos significantes, de 2010 a 2017, tendo em vista que o valor justo impactou relativamente as empresas do estudo.

Deste modo, ao analisar as demonstrações contábeis, percebe-se que cada empresa analisada neste estudo possui peculiaridades únicas que interferem a análise dos dados e, por isso, os resultados encontrados neste estudo não são generalizáveis. Sugere-se, para futuras pesquisas, que seja realizado um estudo por segmento, como, por exemplo: alimentício, papel e celulose, entre outros, buscando os impactos da aplicação do valor justo sobre os ativos biológicos, alcançando assim uma análise mais detalhada pelo segmento.

6. Referências

ALEIXO, Luiz Paulo da Silva. *A importância da informatização na contabilidade*. Pouso Alegre, MG, 2013. Disponível em: <https://semanaacademica.org.br/system/files/artigos/a_importancia_da_informatizacao_na_contabilidade.pdf>. Acesso em: 14 set. 2018.

AMARO, Hugo Dias; SOUZA, Alceu; SILVA, Eduardo Damião da. *Ativo biológico: conceituação, reconhecimento e mensuração*. Pernambuco, 2016. Disponível em: <<https://anaiscbc.emnuvens.com.br/anais/article/download/4107/4108>>. Acesso em: 02 set. 2018.

ANTUNES, Maria Thereza Pompa; GRECCO, Marta Cristina Pelucio; FORMIGONI, Henrique; MENDONÇA NETO, Octavio Ribeiro de. *A adoção no Brasil das normas internacionais de contabilidade IFRS: o processo e seus impactos na qualidade da informação contábil*. Revista de Economia & Relações Internacionais. São Paulo, 2012. Disponível em: <<http://estacio.webaula.com.br/cursos/cmtcc9/galeria/aula6/docs/a01.pdf>>. Acesso em: 03 nov. 2018.

BARRETO, Eric; MURCIA, Fernando Dal Ri; LIMA, Iran Siqueira. *Impacto da Mensuração a Valor Justo na Crise Financeira Mundial: Identificando a Percepção de Especialistas em Economia e Mercado Financeiro*. Revista de Contabilidade e Organizações, vol. 6 n. 15 (2012) p. 44-59.

BARROS, Célio da Costa et al. *O Impacto do Valor Justo na Mensuração dos Ativos Biológicos nas Empresas Listadas na Bm&Fbovespa*. Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ. Rio de Janeiro, v. 17, n. 3, p. 41 - p.59, 2012.

BRAGA, Roberto et al. *Uma proposta para a análise integrada da liquidez e rentabilidade das empresas*. Revista Contabilidade & Finanças. vol.15. São Paulo, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1519-7072004000400004&script=sci_arttext>. Acesso em: 03 nov 2018.

BRITO, Eduardo de. *Um estudo sobre a subjetividade na mensuração do valor justo na atividade da pecuária bovina*. 2010. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2010. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/96/96133/tde-07012011-105511/publico/EduardodeBrito.pdf>>. Acesso em: 2018-10-30.

BRITO, Suzana Schneider; AMBROZINI, Marcelo Augusto. Impactos da Implementação das Normas Internacionais de Contabilidade Sobre Indicadores Financeiros: Um Estudo das Empresas Brasileiras com Ativos Biológicos. *Revista Contabilidade Vista & Revista*. Belo Horizonte, v. 24, n. 3, p.78-102, 2013.

CFC. Conselho Federal de Contabilidade. RESOLUÇÃO CFC Nº 1.428, DE 25 DE JANEIRO DE 2013. Disponível em: <www.cfc.org.br/sisweb/sre/docs/RES_1428.doc>. Acesso em: 07 nov. 2018.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS. Deliberação CVM Nº 596, de 15 de setembro de 2009. *Aprova o pronunciamento técnico CPC 29 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, que trata de ativo biológico e produto agrícola*. Disponível em: <<http://www.cvm.gov.br/export/sites/cvm/legislacao/deliberacoes/anexos/0500/deli596.pdf>>. Acesso em: 02 set. 2018.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS - CPC 29. *Pronunciamento Técnico CPC 29 – Ativo Biológico e Produto Agrícola*. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/CPC/Documents/Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=60>>. Acesso em: 07 nov. 2018.

FREZATTI, Fábio; AGUIAR, Andson Braga de. EBITDA: POSSÍVEIS IMPACTOS SOBRE O GERENCIAMENTO DAS EMPRESAS. *Revista Universo Contábil*, ISSN 1809-3337, Blumenau, v. 3, n. 3, p. 07-24, 2007. Disponível em: <<http://gorila.furb.br/ojs/index.php/universocontabil/article/view/593/529>>. Acesso em: 05 nov. 2018.

GIL, Antonio Carlos. *Como Elaborar Projetos de Pesquisa*. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GOULART, André Moura Cintra. O Conceito de Ativos na Contabilidade: Um Fundamento a ser Explorado. *Revista Contabilidade & Finanças – USP* São Paulo, 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rcf/v13n28/v13n28a04.pdf>>. Acesso em: 07 nov. 2018.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Agropecuária puxa o PIB de 2017. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/noticias/agropecuaria-puxa-o-pib-de-2017>. Acesso em: 17 fev.2019.

HOLTZ, Luciana; ALMEIDA, José Elias Feres de. *Estudo sobre a Relevância e a Divulgação dos Ativos Biológicos das Empresas Listadas na BM&FBOVESPA*. Sociedade, Contabilidade e Gestão, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, mai/ago 2013. Disponível em: <<http://www.spell.org.br/documentos/ver/33726/estudo-sobre-a-relevancia-e-a-divulgacao-dos-ativos-biologicos-das-empresas-listadas-na-bm-fbovespa>>. Acesso em: 26 out. 2018.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu. *Uma investigação e uma proposição sobre o conceito e o uso do valor justo*. São Paulo, 2007. Disponível em: <<http://www.journals.usp.br/rcf/article/view/34220/36952>>. Acesso em: 29 ago. 2018.

MACEDO, Vinicius Martins; CAMPAGNONI, Mariana; ROVER, Suliani. *Ativos Biológicos nas Companhias Abertas no Brasil: Conformidade Com o CPC 29 e Associação com Características Empresariais*. Sociedade, Contabilidade e Gestão. Rio de Janeiro, v. 10, n. 3, 2015.

MARION, J. C. *Contabilidade rural: contabilidade agrícola, contabilidade da pecuária, imposto de renda – pessoa jurídica: atualizada conforme as leis n.11.638/07 e 11.941/09*. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MATARAZZO, Dante Carmine. *Análise Financeira de Balanços*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

NAVARRO, R. *Novas normas brasileiras de contabilidade segundo os padrões internacionais*. Apostila, 2013.

OLIVEIRA, Alessandro Aristides de; SILVA, Andréia Regina da; ZUCCARI, Solange Maria de Paula. *A análise das demonstrações contábeis e sua importância para evidenciar a situação econômica e financeira das organizações*. Revista Eletrônica Gestão e Negócios – vol. 1 – nº 1. São Paulo. 2010. Disponível em: <http://docs.uninove.br/arte/fac/publicacoes/pdfs/ricardo_alessandro.pdf>. Acesso em: 23 out. 2018.

OLIVEIRA, Natália Garcia de; CRUZ, Niara Gonçalves da; PINHEIRO, Laura Edith Taboada. *Mensuração de ativos biológicos a valor justo: um estudo realizado em empresas brasileiras listadas na BM&FBOVESPA*. Natal, 2014. Disponível em: <<https://anaiscbc.emnuvens.com.br/anais/article/view/3839/3840>>. Acesso em: 06 set. 2018.

ONU – Organização das Nações Unidas. FAO destaca papel do Brasil na resposta à demanda global por alimentos. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/fao-destaca-papel-do-brasil-na-resposta-a-demanda-global-por-alimentos/>. Acesso em: 17 fev. 2019.

PELEIAS, Ivam Ricardo et al. *Evolução do ensino da contabilidade no Brasil: uma análise histórica*. Revista Contabilidade & Finanças, v.18 n.spe, São Paulo jun. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-70772007000300003&lng=pt&tlng=pt>. Acesso em: 12 set. 2018.

RAUPP, Fabiano Maury; BEUREN, Ilse Maria. Metodologia da Pesquisa Aplicável às Ciências. *Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática*. São Paulo: Atlas, 2006.

RECH, Ilirio Jose; OLIVEIRA, Karine Gonzaga de. *Análise da Aplicação da CPC 29 e IAS 41 aos Ativos Biológicos no Setor de Silvicultura*. Uberlândia, [20-]. Disponível em: <https://www.researchgate.net/profile/Ilirio_Rech/publication/268303022_ANALISE_DA_APLICACAO_DA_CPC_29_E_IAS_41_AOS_ATIVOS_BIOLÓGICOS_NO_SETOR_DE_SILVICULUTRA/links/5820d45108ae12715afbd3c4/ANALISE-DA-APLICACAO-DA-CPC-29-E-IAS-41-AOS-ATIVOS-BIOLÓGICOS-NO-SETOR-DE-SILVICULUTRA.pdf>. Acesso em: 17 set. 2018.

SHIMAMOTO, Leila Sayuri; REIS, Luciano Gomes dos. *Convergência às Normas Internacionais de Contabilidade: uma análise sob a perspectiva dos profissionais contabilistas*. Revista de Estudo Contábeis, Londrina, v. 1, N. 1, P. 90-105, 2010.

SILVA, Francisco Narciso da. *Impacto do Valor Justo no Resultado: Um Estudo com Empresas do Segmento de Ativos Biológicos*. Goiânia, 2014. Disponível em: <<https://repositorio.bc.ufg.br/xmlui/handle/ri/4148>>. Acesso em: 06 set. 2018.

SILVA FILHO, Augusto Cezar da Cunha e; MARTINS, Vinícius Gomes; MACHADO Márcio André Veras. *Adoção do Valor Justo Para os Ativos Biológicos: Análise de sua Relevância em Empresas Brasileiras*. Revista Universo Contábil, ISSN 1809-3337, Blumenau, v. 9, n. 4, p. 110-127, 2013.

SIMÕES, Alexandra Rodrigues et al. *Adequação do Valor Justo na Mensuração dos Ativos Biológicos em Empresas Listadas na Bm&Fbovespa*. Pernambuco, 2014. Disponível em: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/ricontabeis/article/view/22259/18510>>. Acesso em: 05 set. 2018.

SOUZA, M. M.; BORBA, J. A.; ZANDONAI, F. *Evidenciação da perda no valor recuperável de ativos nas demonstrações contábeis: uma verificação nas empresas de capital aberto brasileiras*. Contabilidade Vista & Revista, v. 22, n. 2, p. 67-91, 2011.

VIEIRA, Camille Barroso Holanda Asp et al. *Índices de Rentabilidade: Um Estudo Sobre os Indicadores ROA, ROI e ROE de empresas do subsector de tecidos, calçados e vestuários listados na Bovespa*. [S.l.], 2011. Disponível em: <http://www.convibra.com.br/upload/paper/adm/adm_3052.pdf>. Acesso em: 08 nov. 2018.



A influência do programa Nota Fiscal Goiana no combate à sonegação fiscal em micros e pequenas empresas

O presente estudo propôs-se a identificar os reflexos do programa Nota Fiscal Goiana no combate à sonegação fiscal em micros e pequenas empresas. Para a pesquisa, foram utilizados o método indutivo, com fontes de dados bibliográficos e documental, e a legislação pertinente. Além disso, por meio de entrevista via e-mail com o coordenador do programa, foi possível obter dados estatísticos, juntamente com as informações divulgadas no portal e via site da Sefaz-GO. Os resultados indicam um potencial incremento na fiscalização da sonegação ao inserir o cidadão como o agente que cobra das empresas a emissão dos documentos fiscais obrigatórios. Porém, a participação da população e a quantidade de documentos processados ainda são muito reduzidas. Devido à escassez de estudos específicos no recorte do tema, contribuiu-se para vislumbrar um panorama e diagnóstico do programa em seu terceiro ano de execução. Sem a adesão da população, o objetivo principal do programa, que é a conscientização do cidadão quanto à importância de solicitar o documento fiscal para que ele cumpra a sua função social, nunca será realmente alcançado. Entretanto, recomenda-se que novos estudos sejam realizados, inclusive por parte do Estado de Goiás, que precisa conhecer sua eficiência e viabilidade econômica.

Rodrigo Wiesner

Mestrando em Ambiente e Sociedade pela Universidade Estadual de Goiás (UEG), é especialista em Controladoria e Gestão Financeiras de Empresas pela UEG; especialista em Docência do Ensino Superior pela Universidade Anhanguera-Uniderp; e bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade Estadual de Goiás. Atua como contador em empresa privada, nas áreas de Escrita Fiscal e Contábil. E-mail: rodrigowiesner@gmail.com

Murilo Morais Alexandre (Orientador)

Especialista em Direito Processual pela Universidade do Sul de Santa Catarina, é graduado em Direito pela Universidade Federal de Goiás e Ciências Contábeis pela UEG, procurador Jurídico na Prefeitura de Morrinhos e docente da Universidade Estadual de Goiás (UEG). E-mail: muriloadv@yahoo.com.br

2145 – Recebido em 3/1/2019. Distribuído em 4/1/2019 e 19/2/2019. Pedido de revisão em 21/3/2019. Aprovado em 23/3/2018, na quarta rodada, por três membros do Conselho Editorial. Publicado na edição maio-junho de 2019. Organização responsável pelo periódico: Conselho Federal de Contabilidade.

1. Introdução

O Estado é responsável pelo papel de provedor social, garantindo aos cidadãos acesso a direitos básicos, como a previdência, saúde, educação, etc. Desse modo, os gastos públicos passaram a vincular-se fortemente ao atendimento das demandas sociais. Paralelamente, a função atribuída aos impostos também sofreu modificações: de simples meio de arrecadação de fundos, passaram a ser encarados como mecanismos redistributivos na busca da equidade social, além de meios necessários, frente às suas funções sociais (GRUPENMACHER, 2016).

O combate à sonegação fiscal, que consiste na intenção de eximir-se, total ou parcialmente, do pagamento de um tributo (HEIDEMANN; ALIEVI, 2012) é uma batalha que ainda enfrenta muitos dilemas. Com uma participação ativa da sociedade na fiscalização das micros e pequenas empresas, que representam 99% dos estabelecimentos empresariais (SEBRAE, 2017), pode-se contribuir para o desenvolvimento da justiça social e comercial, pois são os próprios indivíduos que sofrem seus reflexos negativos da sonegação. Nesse contexto, o programa Nota Fiscal Goiana oferece benefícios diretos e indiretos ao próprio cidadão, em que sua inclusão como um agente fiscalizador, fomenta a inibição de práticas ilícitas, promove a redução da concorrência desleal e aumento da formalização, além de conscientizar a população da importância e função social dos tributos (GOIÁS, 2018a).

Diante disso, o objetivo do presente estudo é identificar os reflexos do programa Nota Fiscal Goiana no combate à sonegação fiscal em micros e pequenas empresas. Aliado a isso, foram elaboradas as seguintes hipóteses a serem contestadas/confirmadas: a) Por meio do controle social, a participação da

população no programa estimula as práticas lícitas de comércio em pequenos empreendimentos, reduzindo-se assim, a sonegação; b) O programa Nota Fiscal Goiana incrementa e potencializa os processos de fiscalização nas micros e pequenas empresas; c) Além dos benefícios diretos oferecidos pelo programa, como premiações mensais e descontos no IPVA, a supressão da sonegação traz benefícios à sociedade e promove a justiça comercial.

Para o desenvolvimento da pesquisa, foram consultadas as bases referências teóricas bibliográficas e documentais acerca do tema, bem como dados obtidos diretamente no portal Nota Fiscal Goiana, no site da Sefaz-GO, e entrevista via *e-mail* com o coordenador do programa, para obtenção de dados estatísticos. O estudo foi dividido em 5 seções: na seção 1, temos a introdução acerca do estudo; na seção 2, apresenta-se a revisão da literatura acerca da sonegação fiscal, da função social dos tributos, da caracterização e sonegação nas micros e pequenas empresas, e sobre as características gerais do Programa Nota Fiscal Goiana; na seção 3, é indicada a metodologia utilizada; na seção 4, são apresentados e discutidos os resultados do Programa em seus 3 anos de atividade; e, por fim, as conclusões da pesquisa são apresentadas na seção 5.

2. Revisão da literatura

2.1 A sonegação fiscal e a função social dos tributos

No Brasil, a institucionalização das bases legais da sonegação primeiramente foi disposta na Lei n.º 4.729/1965, a qual trouxe o conceito de sonegação fiscal. Posterior-

mente, a Lei n.º 8.137/1990 definiu os crimes contra a ordem tributária, não atribuindo o nome “sonegação fiscal”, mas definindo os mesmos fatos antes sob aquela designação (MACHADO, 2010). Segundo Luciano Amaro, “a Lei n.º 8.137/1990, ao definir os crimes contra a ordem tributária, reescreveu a lista dos crimes antes designados de ‘sonegação tributária’ pela Lei n.º 4.729/1965” (AMARO, 2006).

Diversos autores também expressam suas interpretações acerca do conceito “sonegação fiscal”. Para Santos (2001), é toda e qualquer ação dolosa cuja finalidade é a de impedir ou prolongar, na sua totalidade ou parcialmente, o conhecimento por parte do Fisco, da ocorrência do fato gerador do tributo. Segundo Heidemann e Alievi (2012), sonegação fiscal ou evasão consistem em falsear, omitir ou inserir declaração inexata em documento de natureza fiscal com a intenção de eximir-se, total ou parcialmente, do pagamento de tributo. Mazza (2015) caracteriza a evasão, fraude fiscal ou sonegação fiscal na prática de uma conduta ilícita pelo sujeito passivo, normalmente após a ocorrência do fato gerador, visando frustrar intencionalmente o recolhimento do tributo.

Além disso, Alexandre (2017) ratifica o conceito, tratando a evasão fiscal como a prática de atos que visam evitar o conhecimento do nascimento da obrigação tributária pela autoridade fiscal. Assim, o fato gerador ocorre, mas o contribuinte o esconde do Fisco na ânsia de fugir à tributação.

Para o Sinprofaz (2017), a elevada carga tributária no Brasil é tema frequente de debates na sociedade, bem como a discussão quanto à sobrecarga suportada pelos contribuintes adimplentes em função





dos que evadem. Diante disso, a justiça fiscal pressupõe a observância da capacidade contributiva, mas também o efetivo combate à sonegação fiscal. Vasconcellos (2009) diz que o desafio é fazer com que todos paguem seus tributos e, assim, reduzir a carga para os contribuintes que pagam muito e, para os que pagam pouco ou nada, passem a contribuir com o financiamento do Estado. Segundo o autor, a evasão gerou um padrão de incidência tributária sobre a produção tão caótico, imprevisível e devastador a ponto de poder quebrar uma empresa eficiente, que paga seus impostos corretamente, e de fazer sobreviver uma ineficiente, que sonega e saqueia seus concorrentes. A sonegação se tornou um polpudo prêmio à ineficiência e à desonestidade.

“O Estado precisa ter receitas, gerir e despender recursos materiais (dinheiro dos cidadãos) na realização de um fim (no caso, a promoção do bem-estar daqueles cidadãos); o Estado precisa estar organizado para ter efetivamente controlado o exercício desse poder financeiro” (COÊLHO; ALLEMAND; ABRAHAM, 2016, p.373). No documento Austeridade e Retrocesso (2016), elaborado pelo Fórum 21, em parceria com a Fundação Friedrich Ebert Stiftung (FES), GT de Macro da Sociedade Brasileira de Economia Política (SEP) e a Plataforma Política Social, argumenta-se que grande parte do desequilíbrio fiscal advém do crescimento dos gastos sociais nas áreas de educação e cultura, assistência social, e previdência social, esta última com o maior patamar no total de gastos sociais; e os dispêndios com saúde mantiveram-se estáveis. Porém, os efeitos positivos desses gastos sobre a sociedade trazem consigo um conjunto de questões sobre seu impacto redistributivo e sua importância enquanto instrumento de promoção social e ampliação do bem-estar da população mais carente do país.

Conforme dados do Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação (IBPT), em seu estudo sobre a relação da carga tributária *versus* retorno dos recursos à população em termos de qualidade de vida, realizado em 2015 com dados de 2013, aponta que, entre os 30 países com a maior carga tributária, o Brasil continua sendo o que proporciona o pior retorno dos valores arrecadados em prol do bem-estar da sociedade, ficando atrás inclusive, de países da América do Sul, como Uruguai e Argentina (IBPT, 2015).

2.2 A caracterização da Micro e Pequena Empresa (MPE)

Nas duas últimas décadas, assistiu-se ao desenvolvimento das micros e pequenas empresas (MPEs), tanto na sua multiplicação numérica quanto na geração de empregos. Diante disto, é necessário que as políticas públicas brasileiras sejam voltadas para grupos de MPEs e privilegiem o enfoque do desenvolvimento econômico, combinado com o esforço de buscar maior grau de formalização, como de fato já vem acontecendo (AMARAL FILHO, 2011).

Devido à sua importância econômica e social, iniciativas de implementação de novas políticas públicas e de reformulação de antigos instrumentos foram tomadas, com destaque para o Simples Nacional e para a Lei do Microempreendedor Individual (MEI). Tais medidas buscaram reduzir a tributação e a desburocratização e promover o incentivo à formalização no segmento, visto que reconhecem a existência de uma assimetria nas condições de concorrência, principalmente por suas desvantagens em relação às médias e grandes empresas (SANTOS; KREIN; CALIXTRE, 2012).

Com isso, a Lei Complementar n.º 123/2006 instituiu Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte e estabeleceu seu tratamento diferenciado e favorecido, principalmente vinculado à apuração e recolhimento dos Tributos nas esferas da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, mediante regime único de arrecadação, denominado de Simples Nacional. Em 2008, a Lei Complementar n.º 128 incluiu a figura do Microempreendedor Individual (MEI). Recentemente, a última alteração foi introduzida pela Lei Complementar n.º 155/2016, e seu objetivo foi reorganizar e simplificar a metodologia de apuração do imposto devido por empresas optantes do Simples Nacional.

Sucintamente, considera-se MEI o empresário individual ou empreendedor optante pelo Simples Nacional que exerça atividades de industrialização, comercialização e prestação de serviços conforme atividades estipuladas na legislação e que tenha auferido receita bruta de até R\$81.000,00 (oitenta e um mil reais) no ano-calendário corrente. No caso da microempresa - ME, deve auferir receita bruta igual ou inferior a R\$360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e Empresa de Pequeno Porte (EPP), receita bruta superior a R\$360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a R\$4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais) (BRASIL, 2016).

Dados estatísticos divulgados pela Receita Federal (BRASIL, 2018) apontam que o total de empresas optantes pelo Simples Nacional, incluindo-se o MEI, totalizava 12.706.387 (doze milhões e setecentos e seis mil trezentos e oitenta e sete) empresas em 31/12/2017. Em Goiás, este número correspondia respectivamente a 432.372 (quatrocentos e trinta e dois mil trezentos e setenta e duas) empresas no período.

No Brasil, o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), entidade privada sem fins lucrativos, é um importante agente de capacitação, promoção do desenvolvimento e apoio aos pequenos negócios de todo o país, trabalhando desde 1972 para estimular o empreendedorismo e possibilitar a competitividade e a sustentabilidade dos empreendimentos de micro e pequeno porte (SEBRAE, 2018).

De acordo com seu estudo mais recente, em parceria com o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) (SEBRAE, 2017), em 2015, as micros e pequenas empresas representaram 99% dos estabelecimentos empresariais; 53,9% dos empregos privados não agrícolas formais no país e 43,6% da massa de salários na economia. Outro estudo, em parceria com a Fundação Getúlio Vargas (FGV), também indica que é crescente a participação das MPEs no Produto Interno Bruto (PIB). Em 2001, o percentual era de 23,2% e, em 2011 atingiu 27%, ou seja, mais de um quarto do PIB brasileiro foi gerado pelos pequenos negócios no período, consolidando-os como os grandes responsáveis pela geração de emprego no País (SEBRAE, 2015).

2.3 Sonegação fiscal em micros e pequenas empresas

De fato, os micros e pequenos empreendimentos enfrentam em seu cotidiano uma batalha pela sobrevivência. Segundo o estudo publicado em 2016 pelo Sebrae, a taxa de mortalidade de empresas com até dois anos caiu de 45,8%, nas empresas nascidas em 2008, para 23,4% nas empresas nascidas em 2012. Esta foi a maior taxa de sobrevivência (76,6%) já calculada para as empresas nascidas no período (BEDÊ, 2016). A consolidação do tratamento diferenciado, inserido pelo Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, pode ser um dos fatores que contribuíram para este aumento.

Nesta batalha de sobrevivência, “o empresário só quer aumentar seus lucros, reduzindo custos, impostos, taxas e contribuições” (POTIGUAR, 1998, p.42). “Para manter sua competitividade, as empresas passaram a ver na sonegação e na evasão de impostos uma forma de sobrevivência. Sonegar é hoje a característica predominante do sistema tributário brasileiro” (VASCONCELLOS, 2009, p.71).

Se de um lado os cidadãos demandam dos respectivos Estados vários serviços coletivos, de outro, as pessoas jurídicas, fonte maior de geração

de riqueza nas economias capitalistas, demandam melhores condições para produzir, menos impostos e regras tributárias mais simples em particular. A pressão competitiva, muitas vezes, induz à sonegação. (SINPROFAZ, 2017, p 04).

De acordo com o Sinprofaz (2017), a literatura sobre a mensuração da sonegação fiscal é bastante escassa, e os poucos estudos existentes abordam um tributo ou um pequeno grupo deles, além de cada um desses estudos adotarem uma metodologia própria, de acordo com sua disponibilidade de dados. Essa escassez de informações e a sua baixa confiabilidade estão entre os maiores desafios a serem enfrentados por aqueles que se propõem a estimar a evasão fiscal, juntamente com a diversidade de regimes especiais de tributação e de benefícios fiscais, que tornam ainda mais complexa a estimação. Diante disto, por se tratar de ato ilícito, a mensuração real da sonegação fiscal na economia é incerta e em alguns casos improvável.

Porém, algumas instituições empenham-se em desenvolver metodologias aplicáveis na realização de estudos quantitativos e qualitativos sobre o tema. Neste contexto, insere-se o Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial (ETCO), organização da so-

“O Estado é responsável pelo papel de provedor social, garantindo aos cidadãos acesso a direitos básicos, como a previdência, saúde, educação, etc. Desse modo, os gastos públicos passaram a vincular-se fortemente ao atendimento das demandas sociais.”

cidade civil de interesse público, que tem por objetivo a melhoria no ambiente de negócios e no estímulo de ações que evitem os desequilíbrios concorrenciais causados pela evasão fiscal, informalidade, falsificação e outros desvios de conduta.

Em seu estudo em parceria com a FGV, acerca da Economia Subterrânea (ETCO, 2018), que é a produção de bens e serviços não reportada ao governo deliberadamente, entre outros aspectos, para sonegar impostos, estima-se que sua movimentação em 2016 chegou à R\$ 983 bilhões de reais, o equivalente a 16,3% do PIB Nacional. Para o instituto, conhecer o tamanho do problema é fundamental no seu combate, e uma das medidas mitigadoras apontadas, é a ampliação do uso da Nota Fiscal Eletrônica.

No cenário das micros e pequenas empresas, esta perspectiva se agrava, pois os estudos na área são escassos e, quando encontrados, estão desatualizados. O próprio Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação (IBPT), ao ser contatado, disse não possuir nenhuma pesquisa relacionada diretamente ao tema.

Segundo o subsecretário de Fiscalização da Receita Federal, entrevistado pela Agência Brasil, veículo de transmissão da Empresa Brasil de Comunicação (EBC) que presta serviços de comunicação governamental, é necessário ter estratégias para fiscalizar os pequenos empreendimentos, pois há um percentual muito grande de sonegação pela falta de emissão

do documento fiscal. Ele destaca que em uma ação da Receita, com foco nas empresas optantes pelo Simples Nacional nos anos de 2014 e 2015, o Fisco cruzou as informações de notas fiscais eletrônicas emitidas e de recebimentos por meio de cartão de crédito/débito, com a receita bruta declarada. A estimativa da sonegação foi de R\$600 milhões de reais (OLIVEIRA, 2017).

Para Vasconcellos (2009), a sonegação gera um sistema injusto, com padrão de incidência, em que quem paga imposto tem de compensar pelos que sonegam, e onde uma empresa eficiente pode não ser competitiva frente à outra com custos mais elevados, mas que sonega. O autor também considera a assimetria no Sistema Tributário Nacional, pois a realidade acaba por distorcer a neutralidade tributária, sobretudo quando se praticam subvenções e isenções fiscais, e isto implica disparidades nas condições do mercado e concorrência entre grandes e pequenas empresas.

2.4 O Programa Nota Fiscal Goiana

De acordo com a Comunicação Setorial do Estado, o Programa Nota Fiscal Goiana foi instituído pela Lei n.º 18.679 de 2014, alterado em 2015 pela Lei n.º 19.133, e tem por objetivo conscientizar o consumidor sobre a importância social do tributo, incentivando-o a solicitar a inclusão do seu CPF na emissão dos documentos fiscais no ato da compra.

Ele é uma ferramenta que incentiva a formalização das empresas e a concorrência leal entre os empresários. Com o programa, espera-se promover a educação fiscal e o fortalecimento da cidadania com vistas à valorização da função socioeconômica do tributo, promovendo a participação dos consumidores (GOIÁS, 2018b) (Quadro 1).

O coordenador do programa explica que “o foco do programa Nota Fiscal Goiana é a conscientização do cidadão da importância de pedir o documento fiscal em todas as compras e, assim, exercer a cidadania fiscal” (PAULA, 2018). Segundo declaração da secretária da Fazenda no exercício de 2015, o objetivo maior da Nota Fiscal Goiana é aumentar a consciência fiscal da população, pois à medida que as pessoas passem a utilizá-lo, a informalidade deverá ser combatida, assim como a concorrência desleal. Ao final de 2015, em seu primeiro ano de funcionamento, já era esperado um crescimento de cerca de R\$50 milhões na arrecadação do Estado (GOIÁS, 2018b). Entretanto, não foram encontrados nenhum indício ou relatório governamental que comprove o aumento esperado na arrecadação por intermédio do programa.

Desde maio de 2015, o programa realiza mensalmente o sorteio de prêmios em dinheiro de até R\$1.000.000,00 (um milhão de reais), e possibilita descontos no pagamento do IPVA, por meio da conversão em pontos do valor das compras

Quadro 1 - Quais os benefícios do Programa Nota Fiscal Goiana?

| Ao Estado | À empresa | Ao cidadão |
|---|--|--|
| Incentivo à formalização e justiça fiscal na arrecadação dos recursos públicos. Ação preventiva por meio da cidadania fiscal. Enfrentamento da sonegação. Aumento da eficiência na administração tributária. Aumento da confiabilidade no documento fiscal. Visão do fluxo das cadeias produtivas. | Diferencial competitivo: cliente concorre a prêmios de até R\$ 1 milhão. Incentivo às vendas pelo comércio formal. Redução da concorrência desleal, e de custos pela ampliação do uso de documentos eletrônicos. Identificação dos consumidores em cada venda. Fortalecimento da imagem de empresa socialmente responsável e comprometida com o desenvolvimento do Estado. | Maior segurança em suas compras por optar por estabelecimentos regularizados. Facilidade na identificação dos seus documentos fiscais (extrato eletrônico). Participação em sorteio de prêmios. Desconto de IPVA. Maior compreensão da função social do tributo. Participação cidadã na construção de um Estado comprometido com a prestação de serviços públicos qualificados. Retorno do tributo arrecadado na forma de melhoria dos serviços públicos prestados pelo Estado (saúde, educação, segurança pública, transporte). |

Fonte: Goiás, 2018a.

identificadas pelo CPF do participante. Cada R\$1,00 em compras equivale a um ponto e a cada 100 pontos o consumidor ganha um bilhete para participar do sorteio. Com relação ao IPVA, os descontos iniciam a partir da obtenção de 12 bilhetes, que equivale a 5% de desconto, podendo chegar até 10% a partir de 376 bilhetes acumulados durante o ano. Além disso, desde março de 2017, todos os consumidores inscritos podem indicar uma entidade social que concorrerá ao prêmio em dinheiro de R\$50.000,00 (cinquenta mil reais) (GOIÁS, 2018a).

Para os cidadãos, o cadastramento teve início em fevereiro de 2015, por intermédio do site <https://nfgoiana.sefaz.go.gov.br/> e em seu primeiro dia, registrou a adesão de 1.150 consumidores. Todas as empresas que entregam à Escrituração Fiscal Digital (EFD) foram cadastradas automaticamente, e as micros e pequenas empresas do Simples Nacional tiveram prazo para cadastramento voluntário até junho de 2015. Ao MEI, sua participação é facultativa (GOIÁS, 2018a).

3. Metodologia de pesquisa

Para a realização do estudo, foi utilizado o método indutivo, que,

segundo Marconi e Lakatos (2010), partindo-se de dados suficientemente constatados, infere-se uma verdade geral ou universal, com o objetivo de identificar conclusões amplas acerca do tema. Para Gil (2008), a indução passou a ser o método mais adequado para investigação nas ciências sociais, pois suas conclusões são prováveis.

Com o objetivo de elucidar a base teórica acerca da Sonegação Fiscal, em especial nas micros e pequenas empresas, fez-se necessário o estudo bibliográfico e nos documentos legais que regem o tema, bem como na legislação relativa ao programa Nota Fiscal Goiana. Além disso, por meio da captação de dados estatísticos do programa, bem como uma entrevista via e-mail com o coordenador do programa, foi possível obter um parecer mais prático da sua aplicação e desempenho, para *posteriori* correlação com o objetivo do estudo, que é identificar os reflexos do programa Nota Fiscal Goiana no combate à sonegação fiscal em micros e pequenas empresas.

Por fim, pode-se classificar a metodologia do estudo, da seguinte maneira: (I) do ponto de vista de sua natureza: pesquisa básica, pois seu objetivo é o avanço da ciência; (II) quanto a forma de abordagem ao problema: abordagem qualitativa

e quantitativa; (III) do ponto de vista dos objetivos: pesquisa descritivo-exploratória, e (IV) em relação aos procedimentos de coleta de dados: pesquisa bibliográfica, documental e entrevista.

4. Análise dos resultados do programa Nota Fiscal Goiana

Desde 2015, o Programa Nota Fiscal Goiana já sorteou 13 milhões e 190 mil reais em prêmios para os consumidores que se cadastraram e inseriram o CPF nos documentos fiscais de compra. Segundo dados disponibilizados no portal <https://nfgoiana.sefaz.go.gov.br>, nesses 3 anos até março de 2018, foram realizados 38 sorteios com 3.065 (três mil e sessenta e cinco) consumidores premiados, além de 13 (treze) entidades sociais ganhadoras.

Segundo o secretário da Fazenda de Goiás, ao incentivar o cidadão a incluir o CPF na nota fiscal, o programa funciona em duas vias “conscientizamos o consumidor da importância do tributo e incentivamos a formalização de empresas, diminuindo a concorrência desleal entre empresários” (PAULA, 2018). Desde janeiro de 2017, a Nota Fiscal Goiana sorteia mensalmente 151 prêmios, um no valor de R\$200 mil,

“Devido à sua importância econômica e social, iniciativas de implementação de novas políticas públicas e de reformulação de antigos instrumentos foram tomadas, com destaque para o Simples Nacional e para a Lei do Microempreendedor Individual (MEI).”

50 de R\$1 mil e 100 de R\$500 (em valores brutos). Além disso, premia com R\$50 mil uma entidade filantrópica indicada pelo ganhador do prêmio principal. Antes de 2017, eram distribuídos 40 prêmios mensais. Sempre em dezembro, o programa faz o sorteio do prêmio de 1 milhão de reais (GOIÁS, 2018b).

Para análise dos resultados do programa, foram compilados dados obtidos diretamente no portal Nota Fiscal Goiana, no *site* da Sefaz-GO, juntamente com dados solicitados via *e-mail* ao coordenador do programa, os quais foram compilados e convertidos em planilhas e gráficos via editor *Microsoft Office Excel*.

Como o sucesso ou fracasso do programa está vinculado à participação da população, inicialmente faz-se necessária uma análise da quantidade de inscrições dos consumidores.

Até fevereiro de 2018, totalizavam-se 340.726 consumidores cadastrados voluntariamente via portal, conforme Gráfico 1. Em março de 2018, segundo o coordenador do programa, foram automaticamente inscritas cerca de 280 mil pessoas, que seriam beneficiárias do ICMS Cidadão (PAULA, 2018). O auxílio proporcionaria isenção tributária às famílias cadastradas no Renda Cidadã, por meio da devolução de todo o imposto destacado nas compras feitas no mês, via cartão magnéti-

co, desde que o beneficiário peça o CPF na nota. Porém, devido a 2018 ser ano eleitoral, o programa não foi implementado. A Comunicação Setorial da Sefaz-GO estima que o programa Nota Fiscal Goiana já possui mais de 625 mil consumidores cadastrados (GOIÁS, 2018b).

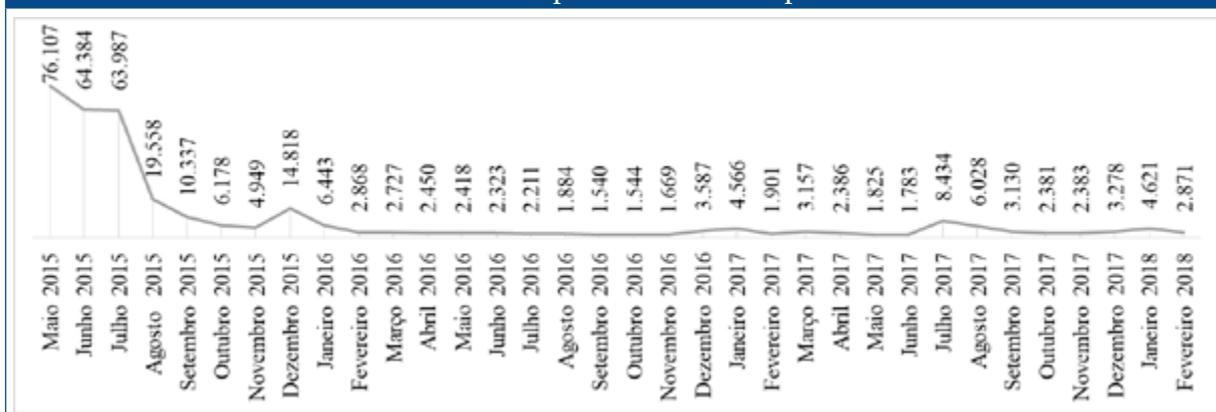
É prudente considerar que a inscrição no programa, pura e simplesmente, não fomenta o aumento da arrecadação do Estado, visto que os consumidores que antes já exigiam o documento fiscal, após o cadastro, passaram apenas a inserir o CPF para usufruir dos benefícios diretos. Portanto, para um impacto efetivo na arrecadação, é necessário que os consumidores cadastrados passem a exigir dos estabelecimentos comerciais, que antes não emitiam, os documentos fiscais. Neste aspecto, para compreendermos tal situação, são necessários novos estudos, que abordem o comportamento dos participantes do programa, antes e após a sua inscrição, com vistas à identificação das situações em que são solicitadas a inclusão do CPF no documento fiscal.

Em outro aspecto, segundo os dados estatísticos mais recentes divulgados pelo IBGE (2018), no último censo realizado em 2010, a população no Estado de Goiás representava 6.003.788 (seis milhões três mil setecentos e oitenta e oito) pessoas. Ainda de acordo com o estudo, os

cidadãos em idade economicamente ativa, ou seja, dos 15 a 70 anos ou mais, representavam o quantitativo de 4.561.383 (quatro milhões quinhentos e sessenta e um mil trezentos e oitenta e três) pessoas. Para 2017, a estimativa aponta uma população total de 6.778.772 (seis milhões setecentos e setenta e oito mil setecentos e setenta e dois) habitantes. Desta forma, se compararmos a quantidade aproximada de 625 mil inscritos com a população que já era economicamente ativa em 2010, constata-se que apenas 13,7% da população o estado está cadastrada. Este número de adesão pode ser considerado baixo, visto que o programa encontra-se em seu terceiro ano de execução. Além disso, nota-se, no Gráfico 1, que os maiores picos de cadastros foram identificados nos três primeiros meses do programa, e após este período, a média mensal apresentada foi de apenas 4.395 (quatro mil e trezentos e noventa e cinco) novos participantes por mês.

De acordo com a reportagem divulgada na revista Exame, os programas de inclusão do CPF na nota fiscal costumam enfrentar a resistência dos consumidores, que temem que as notas fiscais sejam utilizadas para reunir informações sobre a renda dos contribuintes e repassá-las ao Fisco. Segundo a notícia, muitos consumidores deixam de informar o CPF por temer

Gráfico 1 - Participantes Cadastrados por Mês



Fonte: Paula, 2018.

que o Governo Estadual repasse à Receita Federal dados sobre os valores gastos e verifique padrões de consumo incompatíveis com as informações registradas na Declaração de Imposto de Renda. Porém, caso o objetivo dos programas fosse a obtenção de dados sobre as movimentações financeiras dos cidadãos, uma das exigências seria que os consumidores informassem, obrigatoriamente, o próprio CPF, e comprovassem por meio de documentos, como o RG e a carteira de habilitação, que o CPF informado é de fato seu. A única ligação dos programas com a Receita Federal é que os valores recebidos em premiações devem ser tributados e declarados no Imposto de Renda, entretanto, esse

imposto é recolhido na fonte, ou seja, antes de chegar às mãos do consumidor premiado (YAZBEK, 2015).

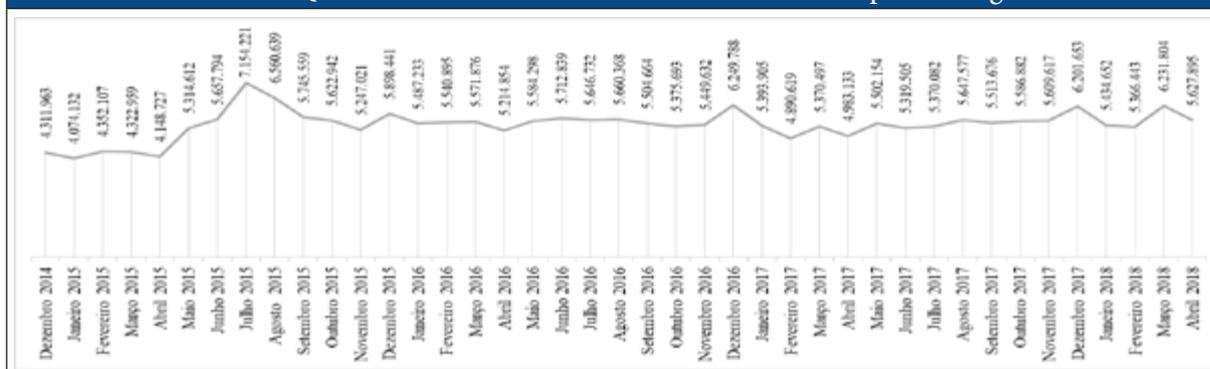
Com relação à quantidade de documentos fiscais emitidos com o CPF e processados para o programa, a média apontada foi de 5.450.246 (cinco milhões quatrocentos e cinquenta mil duzentos e quarenta e seis) documentos por mês, conforme Gráfico 2.

Neste ponto, cabe considerar que, desde janeiro de 2018, todas as empresas do Simples Nacional foram obrigadas a emitir a Nota Fiscal do Consumidor Eletrônica (NFCe), documento que substituiu os Cupons Fiscais emitidos via ECF. No Gráfico 3, podemos observar o comparati-

vo entre a quantidade total de documentos fiscais processados para o programa, e a emissão total de Notas Fiscais Eletrônicas (NFe) e NFCe.

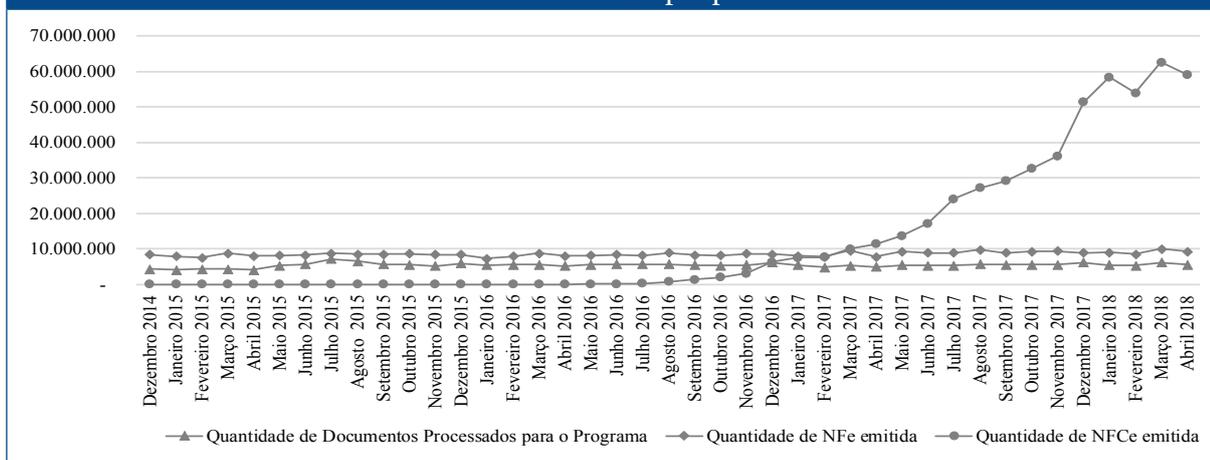
Observa-se que a crescente emissão de NFCe não elevou a quantidade de documentos processados para o programa. Isto indica que as empresas optantes pelo Simples Nacional não estão aderindo ao programa ou a população inscrita não solicita a inclusão do CPF nas micros e pequenas empresas. O balanço divulgado pela Coordenação de Documentos Fiscais da Sefaz aponta que a quantidade de NFCe emitida nos três primeiros meses de 2018 chegou a quase 175 milhões. Em contrapartida, os documentos fiscais identificados com o

Gráfico 2 - Quantitativo de Documentos Fiscais Processados para o Programa



Fonte: Paula, 2018.

Gráfico 3 – Comparativo entre a quantidade de documentos processados para o programa e a emissão total de NFe e NFCe por período



Fonte: Paula, 2018.

CPF dos consumidores, que incluem tanto as NFCe e a NFe, totalizaram apenas cerca de 17 milhões no mesmo período. Na Tabela 1, podemos observar que apenas 8,41% do total de documentos fiscais emitidos entre janeiro e março de 2018 foram identificados com o CPF dos consumidores e processados para o Programa Nota Fiscal Goiana.

Por outro lado, aliado à emissão de documentos fiscais, temos a conversão das compras em bilhetes, onde cada R\$1,00 equivale a 1 ponto, e a cada 100 pontos, o consumidor adquire 1 bilhete. A média até março de 2018 representou o equivalente a 1.285.743 (um milhão duzentos e oitenta e cinco mil setecentos e quarenta e três) bilhetes por mês. Conforme Gráfico 4, o maior pico de emissão de bilhetes concentrou-se em janeiro de 2018, provavelmente justificado pelo aumento das vendas no período de Natal/final de ano em dezembro de 2017, e por uma maior base acumulada de consumidores cadastrados. É importante destacar que, no Gráfico 4, não foram computados os bilhetes gerados nos sorteios extras de R\$1 milhão de reais, pois, para estes sorteios, são considerados a soma de todos os bilhetes emitidos durante o ano.

Com relação aos resultados dos sorteios, destaca-se que 99,41%

dos ganhadores estão localizados no próprio Estado de Goiás, porém, moradores dos demais estados da Federação também podem se cadastrar e concorrer às premiações, desde que efetuem compras identificadas pelo CPF em estabelecimentos comerciais goianos. Outro aspecto observado nos ganhadores, apresentado no Gráfico 5, é a concentração de 75,82% dos ganhadores em 4 municípios goianos, sendo mais da metade moradores da capital. Ademais, 24,18% dos ganhadores estão distribuídos em outros 131 municípios com menos de 1,7% de participação. Isto evidencia que a presença das cidades do interior nas premiações ainda é pequena.

A premiação mensal de R\$50 mil reais para uma entidade social foi incluída a partir do sorteio realizado em março de 2017. Desde então, já foram premiadas 13 instituições, no valor total de R\$650 mil reais. Isto potencializa a função so-

cial dos tributos, que é atender às necessidades da sociedade, principalmente privilegiando o apoio aos mais necessitados, e comprova esta característica social no programa.

Outro benefício direto à população oferecido pela adesão ao programa é o desconto no IPVA. A sistemática do desconto está vinculada à acumulação de bilhetes durante o exercício anterior ao pagamento do tributo. Desta forma, para obter descontos no IPVA em 2018, foram processados os bilhetes acumulados em 2017.

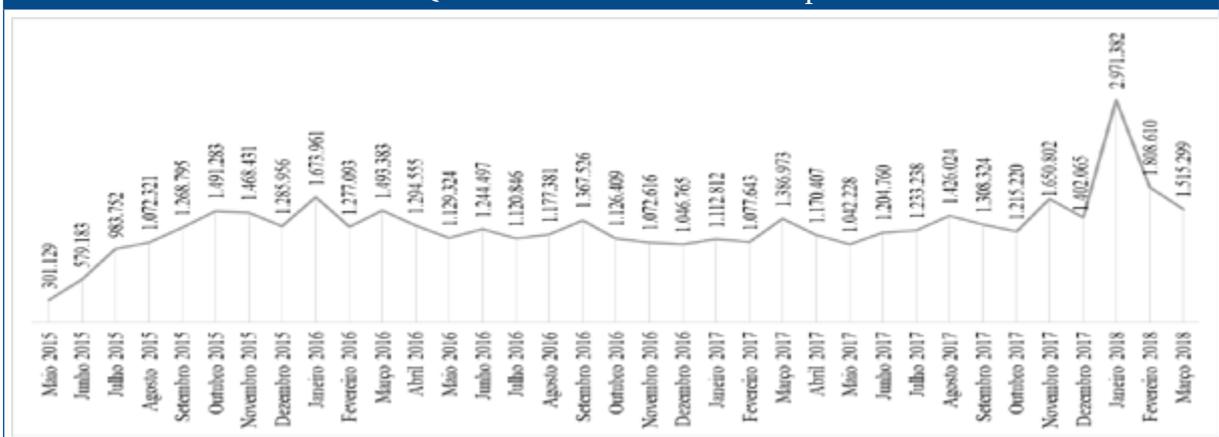
Na Tabela 2, podemos visualizar a quantidade de participantes que obtiveram descontos no IPVA 2018. Observa-se que, do total de 624.982 (seiscentos e vinte e quatro mil novecentos e oitenta e dois) inscritos, 49,85% não possuíram nenhum bilhete em 2017, ou seja, não realizam o mínimo de R\$100,00 reais em compras identificadas com seu CPF. Este alto índice foi motivado pela in-

Tabela 1 – Porcentagem de documentos processados para o Programa Nota Fiscal Goiana

| Período | Quantidade de NFe | Quantidade de NFCe | Documentos Processados para o Programa | % de documentos processados para o Programa |
|----------------|-------------------|--------------------|--|---|
| Janeiro/2018 | 9.050.487 | 58.337.374 | 5.434.652 | 8,06% |
| Fevereiro/2018 | 8.544.575 | 53.952.951 | 5.366.443 | 8,59% |
| Março/2018 | 9.961.112 | 62.565.712 | 6.231.804 | 8,59% |
| Total | 27.556.174 | 174.856.037 | 17.032.899 | 8,41% |

Fonte: Paula, 2018.

Gráfico 4 - Quantidade de Bilhetes Emitidos por Sorteio



Fonte: Goiás, 2018a.

clusão automática dos participantes do programa ICMS cidadão em março de 2018, que não acumularam bilhetes em 2017. Podemos notar também que, em 2017, 11,12% dos participantes não alcançaram os 11 bilhetes mínimos para o benefício, o que corresponderia a R\$1.100,00 em compras identificadas pelo CPF, valor considerado baixo para um total de compras no período de 1 ano. Além disso, a grande maioria dos inscritos (29,37%) alcançou o valor mínimo de desconto, apenas 5%.

Para o IPVA 2019, identificamos que, até abril de 2018, 19,89% da base cadastrada ainda não possuiu nenhum bilhete no programa; 35,37% não atingiu o mínimo de 11 bilhetes; e, 41,84% já possuíam 5% de desconto em 2019, o que corresponde a um aumento de 42,42% em relação à quantidade de pessoas com 5% em 2018.

Para a análise do Programa Nota Fiscal Goiana, também foram solicitados os índices de denúncias, principalmente pela omissão de emissão de documento fiscal nas operações mercantis. Porém, segundo o coordenador do programa, “não temos o número de denúncias por omissão de emissão de documentos fiscais, pois esse tipo de denúncia é direcionado para a Ouvidoria do Estado e eles não possuem essa informação” (PAULA, 2018).

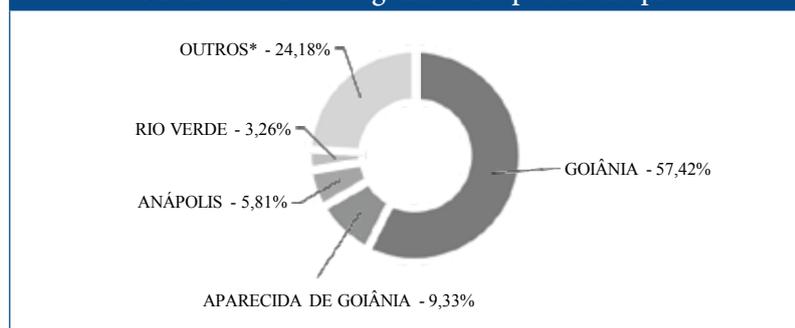
Por fim, para compreensão do impacto econômico do programa, faz-se necessário analisar a arrecadação de ICMS, principal fonte de recursos tributários de competência dos Estados e Distrito Federal, pois sua função é essencialmente fiscal, ou seja, arrecadatória (MAZZA, 2015). No Gráfico 6, visualizamos o crescimento da receita nos anos de 2010 a 2017, segundo dados obtidos diretamente do site da Sefaz-GO.

Podemos analisar que, no período de atividade do programa, as receitas de ICMS, nos anos de 2015, 2016 e 2017, cresceram respecti-

vamente 3,72%, 4,29% e 4,80%. Em relação à inflação no período, a qual mede o aumento dos preços na economia, segundo dados do Banco Central (2019), os índices representaram: 10,67% em 2015, 6,29% em 2016 e 2,95% em 2017. Além disso, segundo dados do Instituto Mauro Borges (GOIÁS, 2018), o PIB do Estado, que representa o indicador de medida da atividade econômica, apresentou uma redução de -4,3% em 2015 e -2,7% em 2016, e aponta um aumento de 1,8% em 2017.

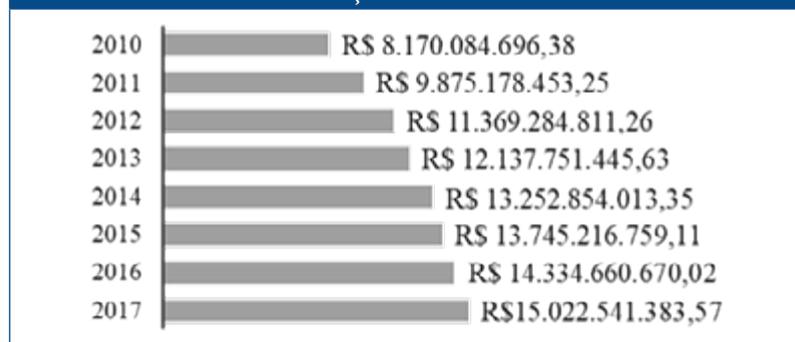
Nota-se pelos dados que houve uma crescente arrecadação de ICMS no período, entretanto, as taxas de inflação também aumentaram, o que pode indicar um aumento na arrecadação motivado pelo aumento dos preços do mercado. Em relação à inflação de 2017, que apresentou uma variação menor que a variação da arrecadação, percebe-se que no ano, houve um aumento do PIB no estado. Assim, o aumento da arrecadação em 2017 pode ter sido alavancado em consequência da inflação, em conjunto com o acréscimo no PIB.

Gráfico 5 – Total de ganhadores por município



Fonte: Sefaz, 2018a.

Gráfico 06 – Arrecadação de ICMS no estado de Goiás



Fonte: Sefaz, 2018b.

Tabela 2 – Quantidade de participantes por desconto no IPVA

| % de Desconto | Desconto IPVA 2018 | Desconto IPVA 2019 (até abril/2018) |
|---------------|--------------------|-------------------------------------|
| 0% | 69.514 | 221.082 |
| 5% | 183.581 | 261.465 |
| 6% | 43.670 | 15.311 |
| 7% | 10.479 | 2.251 |
| 8% | 3.577 | 538 |
| 9% | 1.375 | - |
| 10% | 1.241 | - |
| Sem bilhetes | 311.545 | 124.335 |

Fonte: (Paula, 2018)

Portanto, não há indícios suficientes que relacionem o aumento da arrecadação de ICMS no Estado, com a implantação do programa. Segundo o coordenador, “estamos ainda estudando uma metodologia que nos aponte o verdadeiro impacto do programa no combate à sonegação de ICMS” (PAULA, 2018). Para ele, a arrecadação decorrente do Nota Fiscal Goiana é um desafio de todos os estados, que implementaram o mesmo tipo de programa, e ainda está sendo desenvolvida uma metodologia mais confiável para apurar a arrecadação alcançada. Mas esse não é o foco do programa e, sim, a conscientização do cidadão quanto à importância de solicitar o documento fiscal, para que ele cumpra a sua função social.

5. Conclusão

O desenvolvimento do presente estudo possibilitou uma delimitação das nuances envolvidas no programa Nota Fiscal Goiana, no combate à sonegação fiscal nas micros e pequenas empresas, as quais correspondem a maior parcela dos estabelecimentos comerciais. Além disso, também se contribuiu para vislumbrar um panorama e diagnóstico do programa em seu terceiro ano de execução, devido à falta de estudos específicos no recorte deste tema, inclusive por parte do Estado de Goiás. Neste ponto, é importante salientar que a administração e investimento dos recursos públicos, devem ser norteados para melhoria dos programas sociais.

De modo geral, notamos que o programa possui potencial de incremento na fiscalização da sonegação, ao inserir o cidadão como o agente que cobra das empresas, a emissão dos documentos fiscais obrigatórios. É por meio da emissão de Notas Fiscais, e recentemente da NFCe, que as micros e peque-

nas empresas optantes do Simples Nacional fazem o recolhimento de seus tributos. Assim, ao solicitar a inclusão do seu CPF para obtenção dos benefícios diretos oferecidos, que são as premiações mensais e o desconto no IPVA, indiretamente, coíbe-se a omissão do fornecimento do documento fiscal, sendo esta, uma das práticas de sonegação estipuladas em lei.

O ato de sonegar prejudica indiretamente todos os indivíduos pertencentes ao grupo social, pois reduz as fontes de recursos do estado. Por isso, eles devem atuar de maneira participativa na manutenção do bem-estar e atendimento das necessidades coletivas. Portanto, podemos considerar que as três hipóteses iniciais apresentadas na introdução foram confirmadas, e o objetivo da pesquisa, que era identificar os reflexos do programa Nota Fiscal Goiana no combate à sonegação fiscal em micros e pequenas empresas, foi atingido.

Porém, os resultados do estudo indicam que o programa ainda não está consolidado no Estado, visto que a quantidade total de inscritos representa apenas 13,7% da população economicamente ativa. Além disso, a quantidade de documentos processados para o programa foi apenas 8,41% em relação ao total de documentos fiscais emitidos nos meses de janeiro a março de 2018. Os dados acerca do desconto do IPVA também apontam que até abril de 2018, 19,89% da base cadastrada ainda não possui nenhum bilhete no programa, ou seja, não realizaram o mínimo de R\$100,00 em compras identificadas pelo CPF. Aliado a isto ainda identificou-se a baixa representatividade das cidades do interior nas premiações, e nenhum indício que relacione o aumento da arrecadação de ICMS à implantação do programa.

Sem sombra de dúvida, a disponibilização das informações públicas acerca do Programa Nota Fiscal Goiana diretamente no portal, jun-

tamente com demais dados públicos no *site* da Sefaz-GO, foram imprescindíveis para o bom desempenho da investigação. Também devemos considerar que a participação do coordenador do programa e a disponibilização de outros dados via *e-mail* foram primordiais para a compreensão e análise dos resultados. Porém, devido à própria extensão do tema, não é possível em apenas um artigo analisar todos os aspectos envolvidos, sendo esta uma das fragilidades da pesquisa, mas também uma indicação para a realização de novos estudos complementares.

Após os resultados do estudo, alguns questionamentos que antes eram desconhecidos, foram levantados: a) Por que a adesão da população, comparada com a quantidade populacional do Estado é tão baixa?; b) Será que os participantes do programa, solicitam a inclusão de seu CPF em todas as suas compras?; c) Por que os municípios do interior possuem uma mínima representatividade nos resultados dos sorteios?; d) Quais os fatores que levam a população a não solicitar a inclusão do seu CPF nos documentos fiscais?; e) Por que, após 3 anos, ainda não existe uma metodologia efetiva que possa avaliar objetivamente os resultados socioeconômicos do programa?

Devemos considerar que, mesmo que o objetivo principal do programa não seja o combate à sonegação, os recursos públicos alocados devem visar no mínimo um retorno maior do que seus gastos. Portanto, recomenda-se que novos estudos sejam realizados para sanar estas questões, inclusive por parte do próprio Estado de Goiás, que precisa conhecer com urgência, a eficiência e viabilidade econômica na implantação de recursos públicos ao programa, pois, além do alto valor pago em premiações, ainda são gerados os custos para sua manutenção.

Por fim, conclui-se que, mesmo diante das indagações identificadas na pesquisa, o programa Nota Fiscal Goiana possuiu potencial para a supressão da sonegação nos pequenos empreendimentos, servindo inclusive como meio de fiscalização, ao in-

serir o cidadão como o agente que cobra a emissão dos documentos fiscais. Mas para que isso aconteça de forma efetiva, a grande maioria da população economicamente ativa no estado precisa participar e atuar na sua manutenção, o que ainda

não ocorre. Sem a adesão da população, o objetivo principal do programa, que é a conscientização do cidadão quanto à importância de solicitar o documento fiscal para que ele cumpra a sua função social, nunca será realmente alcançado.

6. Referências

ALEXANDRE, Ricardo. Direito tributário. 11. ed. Salvador: JusPODIVM, 2017. 864 p.

AMARO, Luciano. Direito Tributário Brasileiro. 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2006. 512 p.

AMARAL FILHO, Jair do. Micro e Pequenas Empresas (MPEs) e construção social do mercado. Brasília: CEPAL – IPEA, 2011. 59 p. (Textos para Discussão).

AUSTERIDADE e retrocesso: finanças públicas e política fiscal no Brasil. São Paulo: Fórum, 21; FES; SEP; e Plataforma Política Social, 2016. Disponível em: <<http://brasildebate.com.br/wp-content/uploads/Austeridade-e-Retrocesso.pdf>>. Acesso em: 18 abr. 2018.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Histórico das metas para a inflação. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/controleinflacao/historicometas>>. Acesso em: 21 mar. 2019.

BEDÊ, Marco Aurélio (Coord.). Sobrevivência das empresas no Brasil. Brasília: Sebrae, 2016. 96 p.

BRASIL. Lei n.º 4.729, de 14 de julho de 1965. Define o crime de sonegação fiscal e dá outras providências. Brasília, DF.

_____. Lei n.º 8.137, de 27 de dezembro de 1990. Define crimes contra a ordem tributária, econômica e contra as relações de consumo, e dá outras providências. Brasília, DF.

_____. Lei complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006. Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte. Brasília, DF.

_____. Lei complementar n.º 128, de 19 de dezembro de 2008. Altera a Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006. Brasília, DF.

_____. Lei complementar n.º 155, de 27 de outubro de 2016. Altera a Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006. Brasília, DF.

_____. Receita Federal. Estatísticas Simples Nacional. 2018. Disponível em: <<http://www8.receita.fazenda.gov.br/simplesnacional/Arrecadacao/EstatisticasArrecadacao.aspx>>. Acesso em: 24 abr. 2018.

COÊLHO, Marcus Vinicius Furtado; ALLEMAND, Luiz Claudio; ABRAHAM, Marcus (Org.). Responsabilidade fiscal: análise da Lei Complementar n.º 101/2000. Brasília: OAB, 2016. 708 p.

ETCO. Índice da Economia Subterrânea. 2018. Disponível em: <<http://www.etc.org.br/economia-subterranea/>>. Acesso em: 25 abr. 2018.

GIL, Antônio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008. 200 p.

GOIÁS. Instituto Mauro Borges. SEGPLAN. Informe técnico N.º 06 / 18: Tema: PIB Goiás – 4º trimestre e fechamento de 2017. 2018. Disponível em: <<http://www.imb.go.gov.br/files/docs/publicacoes/informes-tecnicos/2018/06-pib-goias-4o-trimestre-e-fechamento-de-2017-201803.pdf>>. Acesso em: 21 mar. 2019.

_____. Lei n.º 18.679, de 26 de novembro de 2014. Institui o Sistema Estadual de Cidadania Fiscal e o Programa de Cidadania Fiscal - Nota Fiscal Goiana, e dá outras providências. Goiânia-GO.

_____. Lei n.º 19.133, de 16 de dezembro de 2015. Altera a Lei n.º 18.679, de 26 de novembro de 2014, que institui o Sistema Estadual de Cidadania Fiscal e o Programa de Cidadania Fiscal - Nota Fiscal Goiana, e dá outras providências. Goiânia-GO.

_____. Secretaria de Estado da Fazenda - SEFAZ. Nota Fiscal Goiana. 2018. Disponível em: <<https://nfgoiana.sefaz.go.gov.br>>. Acesso em: 13 abr. 2018a.

_____. Secretaria de Estado da Fazenda - SEFAZ. Disponível em: <<http://www.sefaz.go.gov.br/>>. Acesso em: 28 abr. 2018b.

GRUPENMACHER, Betina Treiger (Org.). Temas de direito tributário. Curitiba: EVG, 2016.

HEIDEMANN, Maristela Gheller; ALIEVI, Valmor. Direito tributário. Ijuí: Unijuí, 2012. 196 p. (Coleção educação a distância. Série livro-texto).

IBGE. Conheça cidades e estados do Brasil. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 25 maio 2018.

IBPT. Cálculo do IRBES - Índice de Retorno de Bem Estar à Sociedade: Estudo sobre a Carga Tributária/PIB x IDH. São Paulo, 2015. Disponível em: <<http://ibpt.impostometro.s3.amazonaws.com/Arquivos/06+IRBES+2015.pdf>>. Acesso em: 19 abr. 2018.

MACHADO, Hugo de Brito. Curso de Direito Tributário. 31. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2010. 559 p.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de metodologia científica. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 320 p.

MAZZA, Alexandre. Manual de direito tributário. São Paulo: Saraiva, 2015. 816 p.

OLIVEIRA, Kelly. Receita aumenta fiscalização a empresas e espera recolher R\$ 461 milhões. 2017. Repórter da Agência Brasil. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2017-09/receita-aumenta-fiscalizacao-empresas-e-espera-recolher-r-461-milhoes>>. Acesso em: 25 abr. 2018.

PAULA, Leonardo Vieira de. Solicitação - Participação em Projeto de Pesquisa - Entrevista. [mensagem pessoal] Mensagem recebida por: <rodrigowiesner@gmail.com>. em: 12 abr. 2018.

POTIGUAR, José Augusto Torres. O papel do Ministério Público nas questões tributárias. In: Sonegação, Fraudes e Evasão Fiscal. Belém: ANFIP, 1998. p. 39-50. Disponível em: <http://www2.anfip.org.br/publicacoes/livros/includes/livros/arqs-pdfs/sonseg_volume8.pdf>. Acesso em: 17 abr. 2018.

SANTOS, A. L.; KREIN, J. D.; CALIXTRE, A. B. (Org.). Micro e Pequenas Empresas: Mercado de Trabalho e Implicação para o Desenvolvimento. Rio de Janeiro: Ipea, 2012. 232p.

SANTOS, Washington dos. Dicionário Jurídico Brasileiro. Belo Horizonte: Del Rey, 2001. 340 p.

SEBRAE. Anuário do Trabalho nos Pequenos Negócios 2015. 8. ed. Brasília: Dieese, 2017. 528 p.

_____. O que é o Sebrae? Disponível em: <http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/canais_adicionais/o_que_fazemos>. Acesso em: 22 abr. 2018.

_____. Participação das Micro e Pequenas Empresas na Economia Brasileira: RELATÓRIO EXECUTIVO. Brasília: FGV, 2015. 52 p.

SINPROFAZ. Sonegação no Brasil: Uma Estimativa do Desvio da Arrecadação do Exercício de 2016. Brasília, 2017. 32 p. Disponível em: <<http://www.quantocostaobrasil.com.br/artigos-pdf/sonegacao-no-brasil-uma-estimativa-do-desvio-da-arrecadacao-do-exercicio-de-2016.pdf>>. Acesso em: 19 abr. 2018.

VASCONCELLOS, Roberto França de (Org.). Direito tributário: política fiscal. São Paulo: Saraiva, 2009. (Série GVlaw)

YAZBEK, Priscila. Você tem medo de pedir CPF na nota fiscal? Pois não deveria. 2015. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/seu-dinheiro/voce-tem-medo-de-pedir-cpf-na-nota-fiscal-fois-nao-deveria/>>. Acesso em: 27 ago. 2018.